

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Eng **HERMES** LEÔNEO MENNA BARRETO LARANJA GONÇALVES

**O Eurasianismo: sua influência na política
externa russa pós-soviética e reflexos na
Política de Defesa do Brasil**



Rio de Janeiro

2014

Maj Eng **HERMES** LEÔNIO MENNA BARRETO LARANJA GONÇALVES

**O Eurasianismo: sua influência na política
externa russa pós-soviética e reflexos na
Política de Defesa do Brasil**

Dissertação apresentada à Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército,
como um dos requisitos para aprovação
no Programa de Pós-graduação *stricto
sensu* de Mestrado em Ciências Militares.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Aparecida Marques

Rio de Janeiro

2014

G635e GONÇALVES, Hermes L.M.B.L.

O eurasionismo: sua influência na política externa russa pós-soviética e reflexos para a política de defesa do Brasil. / Hermes L. Menna Barreto Laranja Gonçalves. 2014.

134 f.; il.: 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014. Bibliografia: f. 124-134.

1. Geopolítica; 2. Política. 3. Relações Internacionais. I. Título

CDD 355.45

Maj Eng **HERMES LEÓNEO MENNA BARRETO LARANJA GONÇALVES**

O EURASIANISMO: SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA
PÓS-SOVIÉTICA E POSSÍVEIS REFLEXOS NA POLÍTICA DE DEFESA DO
BRASIL

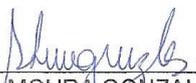
Dissertação apresentada à Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército, como, requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Militares.

Aprovada em 25 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA



ADRIANA APARECIDA MARQUES – Profª Drª – Presidente
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

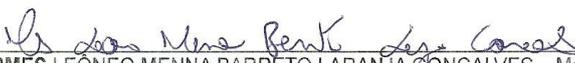


SELMA LÚCIA DE MOURA GONZALES – Maj Qco (Drª) – Membro
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



ANDRE ROBERTO MARTIN – Prof Dr – Membro
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana
Universidade de São Paulo

Ciente


HERMES LEÓNEO MENNA BARRETO LARANJA GONÇALVES – Maj Eng Postulante
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai todo poderoso, e ao nosso senhor Jesus Cristo, pela proteção concedida em todos os momentos e por ter me proporcionado a saúde e a energia necessárias para a realização deste trabalho científico.

À minha querida esposa, Andréa Cristina, por todo amor, compreensão, paciência, e irrestrito apoio para que esta dissertação chegasse a seu termo. A sua presença ao meu lado é um constante incentivo para que eu busque maximizar meus eventuais “pontos fortes” e minimizar as minhas inevitáveis “oportunidades de melhoria”.

À minha orientadora, a incansável professora-doutora Adriana Aparecida Marques, pela segura e oportuna orientação acadêmica que me foi prestada, sem a qual dificilmente concluiria o presente trabalho.

Ao professor-doutor André Roberto Martin, pelos oportunos e enriquecedores conhecimentos e orientações transmitidos durante suas significantes visitas à ECEME, oportunidades ímpares na qual, face aos valiosos dados que apresentou, nos fez sentir a necessidade de continuar estudando a Geopolítica brasileira.

À professora-doutora Selma Lúcia de Moura Gonzales, agradeço pelas sugestões, sempre pertinentes, que vem sendo fundamentais para o aperfeiçoamento tanto do presente trabalho quanto da minha compreensão da complexa conjuntura atual.

Ao Senhor Tenente-Coronel Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon, pelo incansável trabalho de coordenação, inestimável apoio na obtenção de diversas fontes de consulta, de difícil obtenção no Brasil, permitindo uma pesquisa bem mais abrangente e completa.

Aos meus colegas de programa de pós-graduação 2013-2014 agradeço pelas valiosas sugestões, críticas e recomendações as quais muito contribuíram para elevar a qualidade do presente trabalho dissertativo.

Aos meus pais, Hermes e Maria Cristina, pelo exemplo de toda uma vida dedicada à família e pela força que fizeram para que tivesse a chance de frequentar as melhores escolas que lhes foi possível me propiciar.

À nossa querida Antonela, onde estiver.

Aos soldados do Brasil, de todos os tempos.

RESUMO

Esta dissertação busca examinar a escola geopolítica do Eurasianismo, sua influência na política externa da Federação Russa, desde o fim da antiga União Soviética, e os reflexos para a Política de Defesa do Brasil. Inicialmente a pesquisa discute as condicionantes geopolíticas que formaram a atual configuração, a atuação internacional e a identidade do Estado Russo ao longo de sua história. A seguir, o estudo passa a expor as características fundamentais dos diversos tipos de Eurasianismo que surgiram na Rússia desde o início do século XX, convergindo finalmente para o chamado Eurasianismo contemporâneo, ou Neo-Eurasianismo. Esta escola de pensamento possui um conjunto de ideias baseado na Geopolítica, na Filosofia e na cultura, mas também no pensamento do Eurasianismo Primitivo, desenvolvido por emigrados russos entre os anos de 1920 e 1930. Esta base teórica múltipla foi reforçada, ainda, com o pensamento de diversos teóricos do Ocidente. A nova geo-ideologia russa, que preferimos chamar no presente estudo de Eurasianismo contemporâneo, vem sendo exposta fora da Rússia principalmente pelo cientista político russo Alexandr Dugin, que é o autor de diversos livros sobre o assunto. Finalmente, a pesquisa analisa a Política Externa russa pós-soviética, influenciada pelos eurasianos, buscando ressaltar os eventuais reflexos dessa para o planejamento estratégico de defesa do Brasil neste começo de século XXI.

Palavras-chave: Rússia – Eurasianismo – Brasil

ABSTRACT

This dissertation seeks to examine the Eurasian geopolitical school, its influence in the Russia Federation Foreign Affairs policies since the end of the Soviet Union and its consequences for the Brazilian defense policy. Initially the research discusses the geopolitical imperatives that has originated the present structure, the international behavior and the identity of the Russian State throughout its history. Next, the study starts explaining the basic features of the different types of Eurasianisms that occurred in Russia since the beginning of 20th century, finally converging to the so called Neo-Eurasianism, or modern Eurasianism. This school of thought has a set of ideas based on geopolitics, philosophy and culture, but also in the thought of the early Eurasianism, developed by Russian emigres in the 1920's and 1930's. This multiple framework was reinforced yet with the thoughts of various western thinkers. The new Russian geo-ideology, that we prefer to denominate modern Eurasianism, has been disseminated outside Russia specially by the Russian political scientist Alexandr Dugin, who has authored a dozen books on the issue. Finally, the research analyses the post-Soviet Russian foreign policies, which has been influenced by the Eurasian thought, seeking to stress its consequences for the Brazilian defense strategical planning in the beginning of 21st century.

Key-words: Russia – Eurasianism - Brazil

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Mapa topográfico da Rússia, dezembro de 2013.....	14
Imagem 02 - Componentes da organização de cooperação de Shanghai.....	17
Imagem 03 - Representação dos grandes espaços de Dugin.....	18
Imagem 04 - A área pivô revista por Mackinder em 1919.....	19
Imagem 05 - Divisão do estudo da Geopolítica pela Escola Crítica.....	27
Imagem 06 - Brasão de Armas da Rússia.....	31
Imagem 07 - Corredores históricos de invasão da Rússia.....	36
Imagem 08 - Mapa de Brzezinski do Tabuleiro Eurasiático.....	45
Imagem 09 - Flâmula do nacional-bolchevismo russo.....	58
Imagem 10 - General Igor Rodionov.....	60
Imagem 11 - General Leonid Ivashov.....	61
Imagem 12 - Alexandr Dugin em 2014.....	62
Imagem 13 - Evolução temporal dos Eurasianismos.....	66
Imagem 14 - Eixos geoestratégicos russos sobre o mapa da Eurásia.....	75
Imagem 15 - Ideologia governamental na Rússia (1991-2014)	88
Imagem 16 - Prioridades para atuação internacional do Exército Brasileiro.....	98
Imagem 17 - Poder naval comparado de algumas potências.....	99
Imagem 18 - PNB 2013 comparado.....	104
Imagem 19 - Expansão do dispêndio militar russo comparado ao dos EUA.....	108
Imagem 20 - Indústria aeroespacial ucraniana.....	114
Imagem 21 – Plataforma Universal Armata – T99.....	116

Imagem 22 – Sistema Pantsir S1.....	117
Imagem 23 - Caça Sukhoi T-50.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS

BRICS	arranjo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (acrônimo)
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CS/ONU	Conselho de Segurança da ONU
DAEBAI	Diretriz para Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EDN	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
GRU	Glavnoye Razvedyvatel'noye Upravleniye – Serviço Militar de Inteligência
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEB	Política Externa brasileira
PCFR	Partido Comunista da Federação Russa
PLDR	Partido Liberal Democrático da Rússia
PNB	Produto Nacional Bruto
SIPLEX	Sistema de Planejamento Estratégico do Exército
SISGAZ	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICAS E CONCEITUAIS.....	23
3. A GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA.....	31
3.1 A Federação Russa hoje.....	32
3.2 Uma análise da geopolítica russa.....	35
3.3 A geoestratégia ocidental sobre a Eurásia.....	43
4. O EURASIANISMO NA RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA.....	49
4.1 Considerações iniciais.....	49
4.2 A fragmentação do Eurasianismo.....	51
4.2.1 O Eurasianismo clássico.....	52
4.2.2 O Eurasianismo de transição.....	53
4.2.3 O Eurasianismo filosófico de Panarin.....	54
4.2.4 A politização: o nacional-bolchevismo.....	56
4.2.5 O Eurasianismo e os militares russos.....	59
4.3 A síntese: o Eurasianismo de Dugin.....	62
4.4 O Eurasianismo e a questão da identidade russa.....	67
5. O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO EURASIANO.....	71
5.1 Considerações Iniciais.....	71
5.2 Os grandes espaços.....	75
5.3 O eixo europeu.....	77
5.4 O eixo asiático.....	78
5.5 O eixo iraniano.....	79
6. A POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA.....	81
6.1 Considerações iniciais.....	81
6.2 Cooperação com o Ocidente.....	83
6.3 Reafirmação da potência emergente.....	86
6.4 O esforço multilateral e a aproximação com o Brasil.....	89
7. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO.....	94
7.1 As estratégias nacionais russas.....	94

7.2 O planejamento estratégico Brasileiro.....	96
7.3 A influência da atual cultura estratégica brasileira.....	102
7.4 Uma proposta de geo-ideologia autóctone.....	104
8. REFLEXOS PARA A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL.....	106
8.1 A Rússia e a conjuntura recente.....	106
8.2 Reflexos para a Defesa do Brasil.....	112
9. CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

A chegada de cerca de 200 soldados das tropas aeroterrestres russas ao Aeroporto de Pristina, na Sérvia, em 12 de junho de 1999, foi uma ação de inesperada da Rússia durante o desfecho da Crise do Kosovo, ocorrida naquele mesmo ano (ANTONENKO, 1999). Para os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que esperavam ocupar o estratégico aeroporto conforme o planejamento anterior, a movimentação das tropas da Rússia, inesperadamente, evidenciou uma sensível mudança da postura internacional daquele país.

De fato a Rússia, desde o fim da União Soviética, e da Guerra Fria, em 1991, estivera sempre disposta a cooperar com os EUA e seus aliados¹. Segundo Kerr, a cooperação irrestrita com os membros da OTAN² se deu naquele período, de 1991 até meados dos anos 1990, pelo fato da cúpula diplomática e governamental da época ser favorável a uma aproximação com os europeus e norte-americanos (KERR, 1995).

Atualmente, a Federação Russa (Imagem 01 abaixo), que no presente estudo trataremos também pelo termo Rússia, desde que foi formada, dos escombros da antiga União Soviética, vem sendo ator indispensável na arena internacional, sobretudo a partir do início deste século XXI. É nessa época que, com a ascensão ao poder de Vladimir Putin, o Estado russo reinicia o reforço de seu poder nacional, almejando usar a geopolítica como fator primordial de reconquista do antigo espaço controlado pela União Soviética.

Na sequência do colapso soviético, gradualmente, as elites russas trataram de formular uma doutrina que permitisse o soerguimento da grandeza, territorial e política, da Rússia czarista, e mesmo do Império Soviético, recém-desaparecido. Dentre as diversas correntes que surgiram, destacou-se o Eurasianismo contemporâneo, também conhecido por Neo-Eurasianismo, cujos princípios teóricos preconizam o reestabelecimento da área de domínio político dos soviéticos, sob uma nova ideologia que substituiria a comunista.

¹ Aqui tratados como Ocidente, no sentido da Comunidade de Segurança pensada por Deutsch e reelaborada por Adler e Barnett (ADLER e BARNETT, 1998). Para Isakova, o Ocidente englobaria a América do Norte, a Europa Ocidental, além da Austrália e Nova Zelândia. (ISAKOVA, 2005)

² Organização do Tratado do Atlântico Norte - Aliança estruturada a partir de 1949, pelos EUA e países do chamado “Ocidente”, para se opor à União Soviética e seus aliados totalitários, que posteriormente formaram o Pacto de Varsóvia (nota do autor)

Imagem 01 – Mapa topográfico da Federação Russa, dezembro de 2013



Fonte: Embaixada Russa nos EUA. Disponível em <http://www.russianembassy.org/page/general-information>

Mas, antes de prosseguir, pode ser bom perguntar: o que seria a geopolítica tão prezada pela atual elite governante russa? Não há uma resposta fácil para essa questão, visto que não há um conceito único sobre o termo.

A Geopolítica clássica teve início, como uma corrente de pensamento autônomo, por volta do final do século XIX. Nessa época, pensadores com Friedrich Ratzel, Rudolph Kjelen, Alfred Mahan, Halford Mackinder e outros consolidaram os primeiros conceitos e teorias sobre a geopolítica chamada clássica ou tradicional. (O'TUATHAIL, 2006).

A Rússia também teve seus geopolíticos e teorias da linhagem clássica, nos séculos XIX e XX, como por exemplo: Soloviev e Chenenin (Aliança da Ortodoxia cristã com o Czarismo), Trubetskoy (Eurasianismo clássico), Danilevsky (Pan-Eslavismo) Gorshkov (Globalismo naval soviético). (GREGOR, 1989, p.36; ISAKOVA, 2005, p.10-12).

O Eurasianismo atual, por sua vez, é uma doutrina geopolítica lastreada nos aspectos teorizados principalmente pelo cientista político russo Alexandr Dugin. Essa doutrina trata-se de uma visão renovada e expandida do Eurasianismo clássico de Trubetskoy, que busca, da mesma forma, orientar as ações geoestratégicas da Rússia preferencialmente para a Ásia, e especialmente para a Ásia Central (SOUZA, 2012; GREBENIKOVA, 2012).

A Rússia, desde os primórdios de sua formação, em meados do século XII, sempre foi um Estado influenciado tanto pela herança cultural europeia, quanto por uma forte influência asiática. Para Kerr, apesar de o Estado russo ter sua origem histórica e cultural na Europa, desde a expansão para o leste desencadeada a partir do século XVI, quando vastos territórios asiáticos foram incorporados pelos russos, tal percepção predominantemente europeia começou a ser alterada (KERR, 1995).

Ainda segundo Kerr, “não foi senão no século XX, contudo, que o conceito, ou seja, o discurso geográfico de Eurásia, como uma entidade política surgiu” (KERR, 1995). Para Matos, contudo, “a sistematização, ainda nos anos 1920, da teoria geopolítica do Eurasianismo”, baseou-se em pensamento russo de raízes bem mais antigas, remontando ao século XIX e anteriores (MATOS, 2012). O que importa é que essa visão de mundo eurásiana, teorizada no século passado, sempre esteve pronta para justificar a expansão, e hegemonia, russo-soviética sobre a Ásia Central e Extremo-Oriente (ISMAILOV e PAPAVAL, 2010).

Para esses eurasianistas tradicionais, também conhecidos como “emigrados”³, ou a Rússia se tornava uma nação eurasiática, uma grande nação, ou seja, um império, ou nada deveria ser (ISMAILOV e PAPAIVA, 2010). No entender de Ersen, por sua vez, “os eurasianistas preconizam a ideia do Império Eurasiano, de forma distinta dos impérios russo e soviético, a ser estabelecido por meio do fortalecimento do poder geopolítico e a formação de uma comunidade turco-eslava” (ERSEN, 2004).

A partir da ascensão de Vladimir Putin, efetivamente, ao poder na Rússia, em 2000, percebeu-se uma sensível mudança de posição na política externa do país. Para Smith, contudo, tal mudança já começara a ocorrer a partir de 1993, quando, ainda no Governo de Boris Yeltsin, para agradar setores descontentes, foram permitidas certas contestações ao discurso pró-Occidente vigente na cúpula (SMITH, 1999).

Com a chegada do movimento político de Putin (o Rússia Unida) ao poder, consolidou-se uma crescente discordância da política de aproximação com os EUA e a Europa Ocidental, que, aliás, já fora esboçada a partir da nomeação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Yevgeny Primakov, em 1996, e mesmo antes (ZAPOLSKIS, 2007; MAZAT e SERRANO, 2012 e MANKOFF, 2012, p.07).

Tal afastamento pode ser exemplificado pelos seguintes fatos, dentre outros: o fim do alinhamento automático russo aos desígnios da OTAN, a reafirmação do poder russo na região do Cáucaso (sob ameaça de aderir à OTAN), a criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), o suporte velado a adversários dos EUA e do Ocidente, a retomada do apoio ancestral aos “eslavos do sul” nos Bálcãs (questão do Kosovo), dentre outras medidas de contenção ocidental (ZAPOLSKIS, 2007).

A OCX, organização que reúne a Rússia a China, além de alguns outros países da Eurásia⁴, foi o formato diplomático que, na prática, tentou evitar a inserção da OTAN, na Ásia Central (SOUZAS, 2012). Visando, oficialmente, combater três malefícios regionais: o separatismo, o terrorismo e o extremismo, a OCX reúne alguns

³ São chamados de emigrados, por que – em sua maioria – tais intelectuais eram russos que fugiram do regime comunista instaurado formalmente na Rússia com o fim da guerra civil e a fundação da União Soviética, em 1922 (nota do autor)

⁴ Atualmente, segundo o site da organização são membros da OCX: China, Rússia, Casaquistão, Usbequistão, Quisguistão, Tadjiquistão. São membros observadores Irã, Paquistão, Índia e Mongólia. São “parceiros de diálogo: Turquia, Sri Lanka e Belarus. O Turcomenistão eventualmente participa como observador e o Afeganistão já foi convidado ocasional do grupo (OCS, 2014).

dos maiores produtores de energia do mundo, sendo hoje, de fato, um fórum regional contrário aos EUA (KHANNA, 2008).

Imagem 02 – Organização de Cooperação de Shanghai em 2008 (em vermelho)

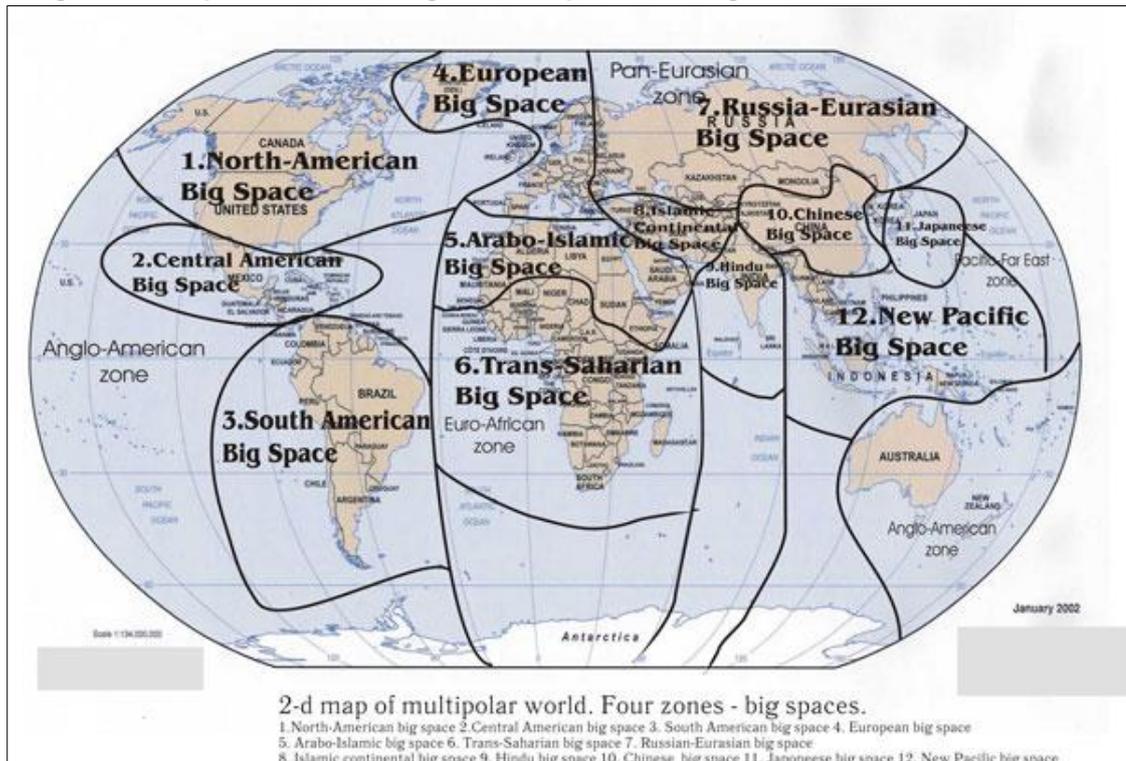


Fonte: STRATFOR

Voltando a Alexandr Dugin, em suas pesquisas, ele se inspirou em diversos geopolíticos da Europa Ocidental e dos EUA, com destaque para o geopolítico alemão Karl Haushofer. Este, foi um dos teóricos do chamado poder terrestre, e um dos grandes ideólogos do famoso espaço vital (*Lebensraum*) nazista, que teorizou um mundo dividido nas chamadas “*pan-regionen*”, ou “pan-regiões” (tradução nossa), verdadeiros espaços de hegemonia, e as redesenha para defender, contra o mundo unipolar da globalização atual, um novo modelo de globalização multipolar. Trata-se dos chamados “Grandes Espaços”, representados na imagem 3 abaixo.

Os teóricos do poder terrestre, seguidos atentamente por Alexandr Dugin ressaltam a Teoria do Poder Terrestre, elaborada pelo geógrafo britânico Halford J. Mackinder, em 1904, de que quem controlar o *Heartland* controlará o mundo. Afirma que a geopolítica internacional ainda vive do confronto de potências terrestres (Continentalistas ou Eurasianos) e potências marítimas (Atlantistas) (SOUZA, 2012).

Imagem 03 - Representação dos grandes espaços de Dugin



Fonte: International Eurasian Movement

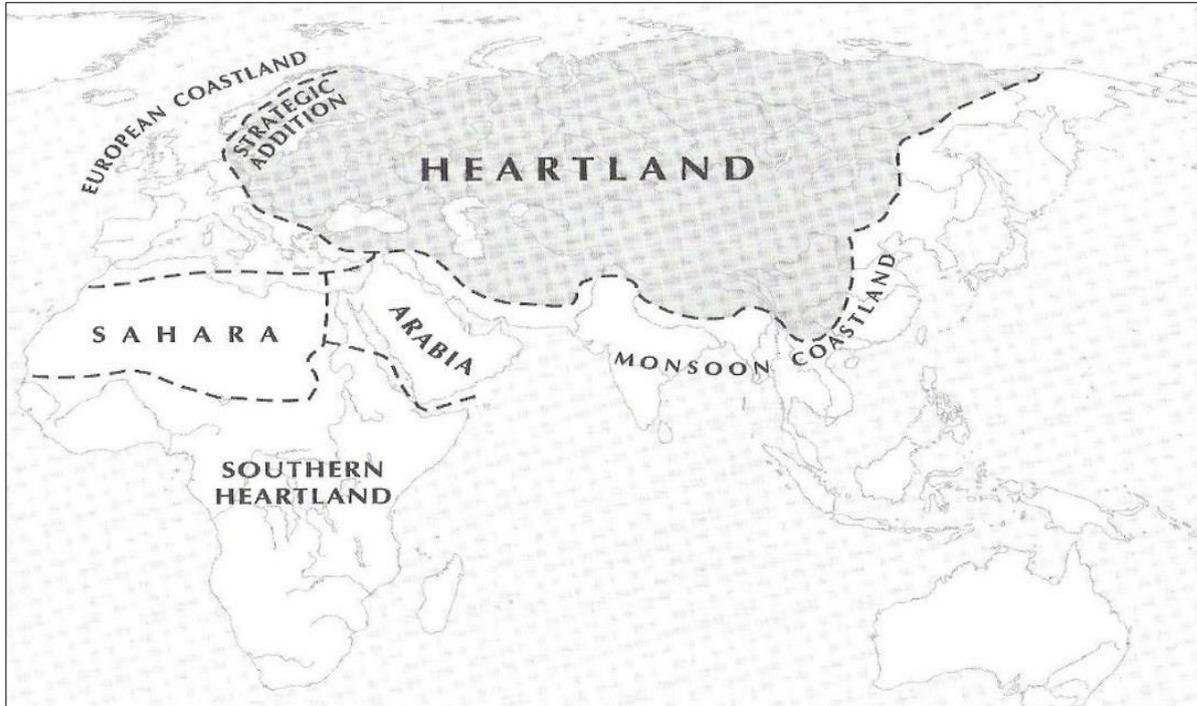
Para Mackinder, o chamado pivô da Eurásia conteria, inicialmente, a Ásia Central e a porção norte da Eurásia até as proximidades do Oceano Ártico, conforme seu famoso artigo “O pivô geográfico da História”, de 1904. Tal artigo foi a base para diversos outros estudos sobre o poder terrestre e a Eurásia (MACKINDER, 1904). Cabe notar que nessa primeira versão, o pensador britânico fez questão de demonstrar que o coração da Eurásia seria insuscetível de ser atingido pelo poder naval. A segurança contra as forças do “poder marítimo” estaria coerente com o pensamento de outro geógrafo famoso, o norte-americano Alfred Thayer Mahan.

Para Mahan, por sua vez, o poder marítimo seria o mais importante para alguma potência que deseje atingir a supremacia mundial. Segundo Meira Mattos, a estratégia do poder marítimo resultou “a estratégia baseada no centro do poder mundial localizado no território bioceânico norte-americano (enorme subcontinente debruçado sobre os dois maiores oceanos do planeta) e domínio dos estreitos e passagens oceânicas” (MEIRA MATTOS, 2002, p.147).

Posteriormente, Mackinder revisou seu pressuposto inicial, e em seu artigo seguinte, “Ideais Democráticos e Realidade”, de 1919, ele apresenta o pivô, ou

Heartland, como sendo uma vasta extensão da Eurásia geográfica. A imagem 4, abaixo, faz a representação dessa visão revisitada da “área pivô” da história.

Imagem 04 – A área pivô revista por Mackinder em 1919



Fonte: Mackinder Forum, 2013

A Rússia, portanto, nesta última década, tem procurado interagir, mais intensamente, com os países de seu entorno, como por exemplo, por meio da OCX, acima mencionada, mas também com outras potências emergentes, dessa feita por meio do chamado agrupamento BRICS⁵. Este, inserido no eixo das relações de cooperação Sul-Sul⁶, é formado por países em ascensão, a saber: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (KOSOLAPOV, 2013).

Em anos recentes, o Brasil, por sua vez, vem intensificando seus esforços para uma maior participação nos negócios internacionais, o que inclui, por exemplo uma agressiva política de exposição internacional (abertura de novas embaixadas, crescente participação em missões de paz da ONU, ações de liderança no G20 – tanto

⁵ Para o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, o agrupamento BRICS é um mecanismo inter-regional que abre para seus cinco membros (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) um espaço para (a) diálogo, identificação de convergências e concertação em relação a diversos temas; e (b) ampliação de contatos e cooperação em setores específicos. (BRASIL, 2014)

⁶ Para Lima, a cooperação Sul-Sul seria a originalmente realizada entre países do antigo Terceiro Mundo, porém renovada a partir da formação do G-20, na Conferência de Cancun, em 2003. Nessa ocasião, países como o Brasil passaram a questionar a hipocrisia dos países desenvolvidos, bem como demandar mais concessões econômicas dos mesmos, particularmente na área agrícola (LIMA, 2005)

no político como no econômico, busca de proeminência na questão ambiental, e a aproximação com a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, por meio do Agrupamento BRICS.

Portanto, coerentemente com a sua posição geopolítica o país vem tentando expandir seu poder de influência na esfera internacional por meio de sucessivas interações com países, blocos e potências regionais do chamado eixo sul-sul, sem esquecer de manter relações com os países mais desenvolvidos do hemisfério norte.

Dentre essas potências emergentes com inter-relações em ascensão, destaca-se a Rússia, ou Federação Russa, que por ser herdeira da antiga União Soviética, recebeu um depósito residual considerável de poder político, econômico e militar (VISENTINI,2006).

O pensamento geopolítico brasileiro, tradicionalmente, sempre buscou influência política no continente sul-americano e, por vezes, no continente africano. Ocorre que com o rápido crescimento do país, e também devido a sua própria situação geopolítica – típica de um país continental - o Brasil, naturalmente, vai tender a extrapolar os limites de influência tradicional.

Por outro lado, no campo militar, o Brasil ainda apresenta poder militar incompatível com suas ambições internacionais. Atualmente, o país aparece na 14ª posição do *ranking* de potências militares convencionais montado anualmente pela Global Firepower (GLOBAL FIREPOWER,2014). O país deve fazer uso dos conceitos do *softpower* (cultura, empatia, expressão linguística), incluindo aí sua vasta tradição diplomática, mas o *hardpower* vem sendo esquecido.

Face ao exposto, a presente dissertação pretende responder como a visão geopolítica do Eurasianismo, ou ainda, como veremos, dos variados tipos de Eurasianismo, vem influenciando a política externa russa, destacando especialmente os reflexos para a política de defesa do Brasil. Tal questão vem se tornando cada vez mais relevante, na medida em que o país vem incrementando suas relações com a Rússia, quer seja no campo bilateral, mas também na esfera multilateral.

A partir das eventuais constatações acerca da atuação da Rússia no plano internacional pretende-se propor ações para a adequação das políticas de defesa do Brasil a esses cenários. O objetivo, por conseguinte, será lançar as ideias iniciais de um planejamento estratégico do Brasil visando a melhor resposta a um mundo onde a Rússia venha a se confirmar como grande potência.

O Capítulo 2 será dedicado à realização do enquadramento teórico e conceitual, procurando dar um rápido panorama acerca do que há de mais atual nas discussões sobre o Eurasianismo. Longe de esgotar totalmente o que se é discutido sobre o tema, o intento é chegar o mais próximo possível do “Estado da Arte” acerca desse complexo e inquietante tema. Dentro desse capítulo pretendemos fornecer as definições mais significativas para alguns conceitos que serão essenciais no decorrer do estudo.

No Capítulo 3 será buscada uma breve recapitulação sobre a o pensamento geopolítico russo. Isso porque concordamos que cada país, possui uma interpretação específica da sua conjuntura geopolítica (CHAPMAN, 2011). Neste capítulo, que será uma breve volta ao passado, a atenção se voltará a que condições geográficas e políticas que influenciaram a atual conjuntura geopolítica russa, justificando assim a atuação de sua política externa.

No capítulo 4 serão analisados o surgimento e a evolução do conceito de Eurasianismo, a partir do século XX, destacando-se as variações de sua matriz ideológica central. Ao final dar-se-á ênfase mais destacada às propostas de Alexandr Dugin, que vem a ser a corrente eurásiana de mais relevância nos dias atuais.

Ao longo do capítulo 5 serão explanados os principais aspectos geopolíticos da escola eurásiana contemporânea. A ênfase será dada nos aspectos pensados pelo já citado Alexandr Dugin, em sua obra principal *Osnovy Geopolitiki: Geopoliticheskoe Budushee Rossii*, ou seja, “Os Fundamentos da Geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia”. É bom ressaltar que essa obra não possui, ainda, traduções do russo para o português, não tendo sido encontradas versões completas em outras línguas de uso internacional corrente como inglês, francês ou espanhol.

No Capítulo 6 será realizada uma descrição seguida de uma análise da evolução da política externa russa, com ênfase nos primeiros anos do século XXI, que coincidem, mais ou menos, com o mandato inicial de Vladimir Putin na presidência da Federação Russa. Nesta parte, que vai focar a política externa russa dos anos recentes, o enfoque será descrever os principais eventos da diplomacia russa, que servirão de base para os capítulos mais à frente.

No capítulo 7 será feita uma revisão das estratégias nacionais e dos setores de defesa da Rússia e do Brasil, com ênfase nos eventos desse início de século. Com esse recorte, aliás, será dado ênfase aos acontecimentos dos últimos anos, quando

as duas potências regionais esboçam a conclusão de algum tipo de parceria estratégica.

No capítulo 8 será realizada uma breve explanação acerca das conjunturas presentes de Brasil e Rússia. Dentro do capítulo serão postos em relevo eventos relacionados às questões de defesa, dando ênfase àqueles onde sobressai a influência eurásiana. Ao final, baseado nos eventos descritos serão examinadas ameaças e oportunidades da interação com a Rússia para o planejamento estratégico de defesa brasileira

Finalmente, como conclusão, serão relatados os principais resultados obtidos nos capítulos anteriores, à luz das ocorrências recentes descritas no capítulo 8, como os desdobramentos da parceria com a Rússia, isoladamente, e no âmbito do agrupamento BRICS e a Crise da Ucrânia Tudo com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as interações aventadas, oportunidades e ameaças, no relacionamento entre as duas potências emergentes.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

A pesquisa a ser realizada terá a Geopolítica, como paradigma principal, com contribuições assessórias das Relações Internacionais, da Ciência Política, além da Geografia Política e da História. Tendo levado em conta que o tema do estudo é bastante complexo, foi selecionada essa perspectiva interdisciplinar para a construção do modelo de análise e para a compreensão da inserção do Eurasianismo no espaço, no tempo e, mesmo, na visão política de outros atores internacionais que se associam à questão.

O uso dos termos Rússia ou Federação Russa vem sendo encontrado simultaneamente na literatura consultada. Segundo a própria Constituição Federal da Rússia, define, em seu artigo 1º, tanto faz usar um termo ou outro (RÚSSIA, 1993). No presente estudo, seguiremos a flexibilidade admitida pela própria lei maior da Rússia, usando os dois termos para designar o país.

A Geopolítica é uma disciplina que possui definição difícil, face à própria dinâmica e complexidade do mundo atual. Para o general Meira Mattos, um grande expoente da geopolítica brasileira no século XX, a Geopolítica seria “a política aplicada ao espaço geográfico”. Do mesmo modo, mais a frente, na mesma obra, o pensador brasileiro cita o pensamento de Ratzel como o mais adequado para entendermos o conceito, por sua simplicidade: “espaço é poder” (MEIRA MATTOS, 2011, p.88).

Já para Costa, esta seria uma “manipulação de alguns conhecimentos ditos ‘geográficos’ para a formulação de esquemas (de interesses) às políticas de poder”. Para o autor, a Geopolítica brasileira do século XX voltava-se mais para a vitória do Estado brasileiro dentro de seus limites, quando muito tratando do espaço contíguo sul-americano (COSTA, 1992).

Ao estudarmos atores estrangeiros, o conceito de geopolítica continua de complexa definição. Para Kaplan, expoente do pensamento dos EUA e dos países-membros da OTAN, que aqui chamamos de Ocidente, a Geopolítica visaria:

(...)ao estudo do ambiente externo enfrentado com que cada Estado se depara ao traçar sua própria estratégia - ambiente que envolver a presença de outros Estados, também lutando pela sobrevivência e por vantagens. Em suma, a geopolítica é a influência da geografia sobre as divisões humanas (KAPLAN,2012, p 62).

Segundo Gray (1986), que é um famoso estrategista contemporâneo, professor de relações internacionais e colaborador de diversos governos recentes dos EUA e da Grã-Bretanha, “a geopolítica seria a relação imutável entre a geografia e o poder estratégico” (GRAY, 1986). Em obra posterior, o autor afirma que ela teria relações com “the spatial study and practice of international relations”⁷ (GRAY, 2005).

Mais à frente, no mesmo estudo, Gray se complementa afirmando que o estudo espacial serve para avaliar os persistentes padrões de ocorrência de conflitos no mundo atual, calcado na disputa territorial. Para ele, portanto, a Geopolítica clássica seria “uma variante do Realismo Clássico” (GRAY, 2005).

Para os eurasianistas como Dugin, a geopolítica seria “a reconsideração da história das relações internacionais”, baseando-a na dicotomia entre a luta histórica entre o Atlantismo e o Eurasianismo, ou seja, o poder marítimo contra o poder terrestre. Para os eurasianistas, a Rússia seria o centro de um império eurasiático – império terrestre - que se oporia ao globalismo dos EUA e seus aliados – o império marítimo (ERSEN, 2004).

Para Paragh Khanna, estudioso da ascensão dos países emergentes, o conceito em tela seria simplesmente: “a geopolítica é a relação entre poder e espaço”. Para o autor, a geografia é o que molda a geopolítica. Além disso, Khanna coloca mais ênfase nas relações econômicas do que na influência cultural ou psicológica (KHANNA, 2008).

Já para Dodds, um crítico da geopolítica, esta, por sua visão espacial, ou seja, por se preocupar com conceitos variados, tais como fronteiras, recursos, fluxos, territórios e identidades, “precisa de (mais) parâmetros que possam prover uma análise e compreensão crítica, por mais controvérsias que possam suscitar” (DODDS, 2007).

Segundo Chapman, esse complemento surge ainda nos anos 1980, em contraponto às realidades da Guerra Fria, centrada na competição ideológica entre as duas superpotências, quando surge uma escola de pensamento que combate vigorosamente o paradigma geopolítico anterior.

This perspective which is leftist in ideological orientation, seeks to challenge traditional geopolitical interpretations. It criticizes what it sees as a state-centric approach to international relations; takes a hostile approach to what it claims are ethnocentric, determinist, and exceptionalist attributes to classical geopolitical writings; it dismisses traditional

⁷ “o estudo e a prática espacial das relações internacionais” (GRAY, 2005, tradução nossa)

balance of power and influence analyses of international affairs; it is concerned with geographical aspects of U.S. and other Western interventions in the developing world; it emphasizes rhetorical aspects of geopolitical analysis while seeking to “deconstruct” this literature; it challenges the strategic rationalizations used by the United States and other Western countries to portray countries such as the former Soviet Union and China and transnational terrorist groups such as al-Qaeda as geopolitical threats; and it is concerned with political rhetoric, which its proponents contend maintains Western dominance of international affairs (CHAPMAN, 2011)⁸.

Para O’Tuathail, dessa mesma linha crítica, a Geopolítica seria “o estudo da espacialização da política internacional por poderes centrais e estados hegemônicos” (O’TUATHAIL, 1996, p.60). Em outra obra, afirmou que seria “a teoria redentora para a conceituação e prática da política dos Estados” (O’TUATHAIL, 1999).

Posteriormente, em um manual de geopolítica que escreveu juntamente com outros autores, definiu a mesma como “um discurso sobre a política mundial com uma ênfase particular na competição estatal e nas dimensões geográficas do poder” (O’TUATHAIL et Al, 2006). Ou seja, a ênfase do autor volta-se para o aspecto autoritário da geopolítica.

Para Lacoste, geógrafo francês, e um dos próceres da Geopolítica Crítica, a geopolítica teria diversos usos, destacando o seu uso para justificar a chamada política de poder entre os diversos atores internacionais:

(...) désigne en fait tout ce qui concerne les rivalités de pouvoirs ou d’influence sur des territoires et les populations qui y vivent: rivalités entre des pouvoirs politiques de toutes sortes - et pas seulement entre des États, mais aussi entre des mouvements politiques ou des groupes armés plus ou moins clandestins - rivalités pour le contrôle ou la domination de territoires de grande ou petite taille. (LACOSTE, 2006)⁹.

⁸ “Esta perspectiva, que é esquerdista em sua orientação ideológica, busca desafiar as interpretações geopolíticas tradicionais. Ela critica o que vê como uma ênfase (excessiva) na centralidade do Estado nas relações internacionais; demonstra uma visão hostil ao que afirma como atributos etnocêntricos, deterministas e excepcionalistas dos escritos da geopolítica clássica; desconsidera os tradicionais (conceitos de) equilíbrio de poder e análise de influências na esfera internacional; preocupa-se com os aspectos geográficos das intervenções dos EUA e de outros países do Ocidente no mundo em desenvolvimento; enfatiza os aspectos retóricos da análise geopolítica enquanto busca “desconstruir” essa literatura; desafia as racionalizações estratégicas usadas pelos EUA e outros países ocidentais para caracterizar a antiga União Soviética, a China e os grupos terroristas transnacionais, como a Al Qaeda, como ameaças geopolíticas; e demonstra interesse pela retórica política, que seus proponentes afirmam, mantém a dominância do Ocidente nas relações internacionais” (CHAPMAN, 2011, p.3. Tradução nossa).

⁹ “(...) designando de fato, tudo o que diz respeito à rivalidade de poderes ou influência sobre os territórios e as pessoas que ali vivem: rivalidade entre os poderes políticos de todos os tipos - e não só entre os Estados, mas também entre os movimentos políticos e grupos armados mais ou menos clandestinos - rivalidade para o controle ou dominação de territórios grandes ou pequenos (LACOSTE, 2006, tradução nossa)

Para Flint, lembrando que a noção de poder teve bastante influência no conceito de geopolítica, esta seria uma “disputa acerca dos espaços e lugares, focando a obtenção de poder” (FLINT, 2006)

Para Agnew, da mesma linha de pensamento do anterior, “o estudo do impacto da geografia nas relações entre Estados” (AGNEW, 2000). O mesmo autor fornece outra definição mais elaborada: “a geopolítica buscaria visualizar o mundo em termos de áreas geográficas avançadas, recursos naturais e acesso ao mar pelo Estado, como uma forma suprema de organização, competindo com outros estados por estas áreas e recursos” (AGNEW, 1998).

Do exposto acima, podemos concluir que a Geopolítica Crítica é sobretudo uma visão contestadora acerca da visão de mundo moderna. Ela buscaria uma desconstrução do pensamento geopolítico tradicional, baseado tão somente nas questões de espaço e localização. Para os críticos, mais que isso, a geopolítica tradicional teria uma visão estreita, eurocêntrica, estereotipada e visando a construção de versões e o desenvolvimento de estratégias (O´TUATHAIL, 1996).

Para O´Tuathail, a geopolítica crítica teria três dimensões a serem perseguidas: 1) demolidora da Geopolítica Tradicional; 2) partícipe da vida estatal real; e 3) modificadora da visão convencional da geografia na política global. (O´TUATHAIL, 1994).

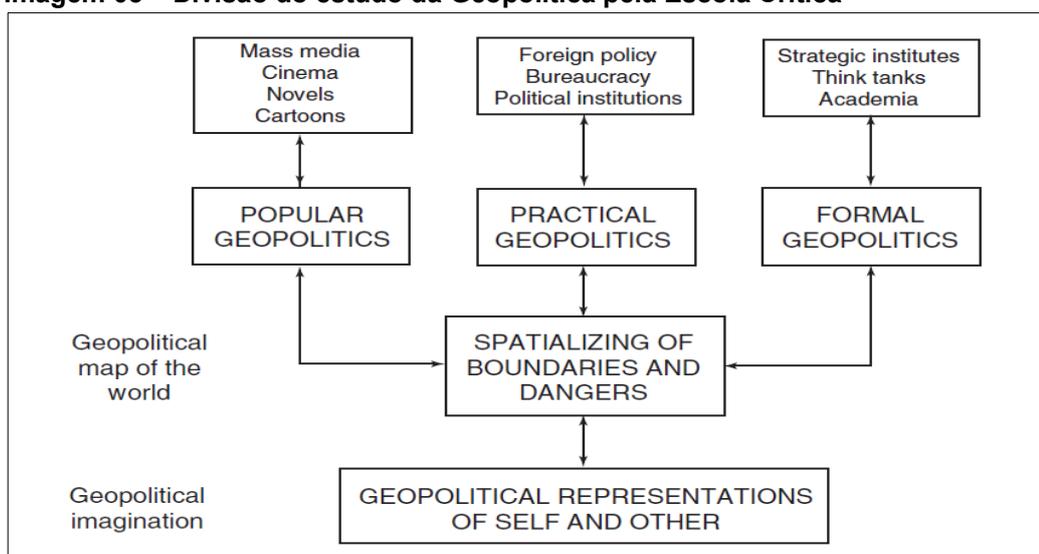
Para Dodds, a Geopolítica Crítica difere da Geopolítica tradicional por meio de três preocupações: 1) a geopolítica como passada para os públicos internos de cada nação, ou seja, o discurso geopolítico para uso interno; 2) a Geopolítica como discurso político que procura passar representações geográficas para as políticas globais, ou seja, o discurso geopolítico para uso externo e 3) a Geopolítica engajada em questões e gênero, raça e classe (DODDS, 2007, p.45)

Além disso, os geopolíticos críticos, até para facilitar as análises de temas complexos, dividiram a geopolítica crítica em três vertentes: Geopolítica crítica formal, Geopolítica crítica popular e Geopolítica crítica prática (DODDS, 2007; O´TUATHAIL, 1999). A primeira, abarcando a Geopolítica tradicional, é aquela trabalhada pelos meios acadêmicos, *think tanks* e centros de pesquisa estratégica. A Geopolítica popular seria aquela levada à opinião pública interna, de cada potência, e à da comunidade internacional, por meio de filmes, músicas, centrais de notícias, romances, entre outros meios de comunicação de massa.

A Geopolítica prática, muito importante para o nosso estudo, seria a tradução dos postulados elaborados pela geopolítica formal, por parte das chancelarias, governos e instituições políticas. A parte prática tenta realizar, ou tornar viável, as teorias políticas emitidas pelas Academias.

Abaixo segue o quadro esquemático baseado em uma imagem originalmente esboçado por Dodds (2007):

Imagem 05 – Divisão do estudo da Geopolítica pela Escola Crítica



Fonte: DODDS, 2007, p.46

Segundo Klinke, para os objetivos propostos serem atingidos, serão usados os métodos de análise referentes à Geografia Crítica. Esta, vai se debruçar sobre quatro questões precípuas: o espaço, a identidade, o ponto de vista (as visões contraditórias) e a visão do Estado (KLINKE, 2009).

O ponto de vista da Geopolítica Crítica vai abordar as questões sob um enfoque pluralista (ou seja, aceitando que o Estado não é ator exclusivo na arena internacional). Além disso, há sempre a preocupação em explicar as motivações de ambos os lados de determinada contenda ou relação (TUATHAIL, 2008).

Para Ambrosio, a Geopolítica Crítica nas últimas décadas já está consagrada como escola de análise da geopolítica. Diferentemente da análise que é feita pela Geopolítica Clássica (que preza fatores objetivos como, por exemplo, tamanho de território, população e posicionamento geográfico) a geopolítica crítica se detém em examinar como os políticos e diplomatas usam variadas formas de discurso para

influenciar a natureza da política internacional, a visão internacional sobre seus Estados e as relações interestatais (AMBROSIO, 2013).

Para Kerr, a essência do fenômeno geopolítico, concordando assim com O'Tuathail e os críticos, no que tange a sua complexidade, é que ela diz respeito ao controle do espaço. Como houve um brutal desenvolvimento da tecnologia, com conseqüente interdependência – cada vez maior – entre os diversos atores internacionais, o sentido de espaço mudou. Antes, um controle espacial que bastava, para ser feito, pela disponibilidade de meios militares, agora com as nuances transnacionais do espaço moderno, vai demandar meios econômicos, eletrônicos e de inteligência para ter sucesso. Daí a quase impossibilidade dos grandes atores geopolíticos exercerem o seu poder da maneira tradicional, no presente (KERR, 1995).

No presente estudo não haverá espaço para fazermos uma análise completa dos documentos oficiais, por exemplo, do Ministérios de Assuntos Exteriores da Rússia pós-soviética. Não obstante, sempre que possível procuraremos fornecer uma visão crítica dos eventos descritos, inclusive pelos Eurasianos, conforme a metodologia clássica.

Outro conceito a ser bastante usado em nosso trabalho será o de Geoestratégia. Esta, segundo Brzezinski, ocorreria no contexto da geopolítica, nos termos abaixo:

The words geopolitical, strategic, and geostrategic are used to convey the following meanings: geopolitical reflects the combination of geographic and political factors determining the condition of a state or region, and emphasizing the impact of geography on politics; strategic refers to the comprehensive and planned application of measures to achieve a central goal or to vital assets of military significance; and geostrategic merges strategic consideration with geopolitical ones. (BRZEZINSKI, 1986)¹⁰.

O próprio Brzezinski, em obra posterior afirma que “a geoestratégia - que seria a gestão estratégica dos interesses geopolíticos – pode ser comparada a um xadrez, jogado (no caso) sobre o tabuleiro oval da Eurásia e por vários parceiros” (BRZEZINSKI, 1998, p.19).

¹⁰ “As palavras geopolítica, estratégica e geoestratégica são usadas para fornecer os seguintes significados: geopolítica reflete a combinação de fatores geográficos e políticos determinando as condições de um Estado ou região, e enfatizando o impacto da geografia sobre a política; estratégica refere-se à aplicação planejada e abrangente de medidas para atingir um objetivo central ou bens vitais de significado militar; e geoestratégica mescla considerações estratégicas e geopolíticas” (BRZEZINSKI, 1986, tradução nossa).

Já para Meena, geógrafo indiano, apresenta uma visão mais limitada do conceito. Para ele Geoestratégia teria mais a ver com a direção para onde determinado Estado priorizaria seus sempre escassos recursos, para fins de maximizar seus resultados em política externa:

Geostrategy is the geographic direction of a state's foreign policy. More precisely, geostrategy describes where a state concentrates its efforts by projecting military power and directing diplomatic activity. The underlying assumption is that states have limited resources and are unable, even if they are willing, to conduct an all-out foreign policy. Instead they must focus politically and militarily on specific areas of the world. Geostrategy describes the foreign-policy thrust of a state and does not deal with motivations or decision-making processes. The geostrategy of a state, therefore, is not necessarily motivated by geographic or geopolitical factors. A state may project power to a location because of ideological reasons, interest groups, or simply the whim of its leader (MEENA, 2014)¹¹

Dando um olhar brasileiro para o conceito: para Tosta, apoiado no trabalho de teóricos norte-americanos como Spykman e Weigert, que em seus trabalhos miram os EUA, vê a Geoestratégia como o estabelecimento de diretrizes para uma política de segurança nacional, baseado nas realidades geográficas (TOSTA, 1984, p.31). Para Vesentini, a geoestratégia seria simplesmente “a dimensão espacial da estratégia” (VESENTINI, 2008, p.18). Para Meira Mattos, por sua vez a geoestratégia seria “a estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela geopolítica (às áreas consideradas críticas) (MEIRA MATTOS, 2011b, p.223).

No que tange à nomenclatura dos países, é de bom tom deixar evidente que usaremos nesse trabalho os conceitos emitidos por Buzan e Waeber, em seus estudos sobre segurança internacional (BUZAN e WAEVER, 2003). O ponto em questão diz respeito ao que seriam: superpotência, grande potência e potência regional, os quais serão eventualmente utilizados por aqui.

¹¹ A Geoestratégia é a direção geográfica da política exterior de determinado Estado. Mais precisamente, a geoestratégia descreve onde um Estado concentra seus esforços por meio da projeção de poder militar e direcionamento da atividade diplomática. A percepção subentendida é que os Estados possuem recursos limitados e são incapazes, mesmo se quisessem, de conduzir uma política externa ilimitada. Ao invés disso eles precisam focar política e militarmente em áreas específicas do mundo. A geoestratégia descreve a investida diplomática de um Estado e não se preocupa com motivações ou processos decisórios. A geoestratégia de um Estado, portanto não é necessariamente motivada por fatores geográficos ou geopolíticos. Um Estado pode projetar poder para um local devido a razões ideológicas, interesses setoriais ou simplesmente pelo desejo de seu líder (MEENA, 2014, Tradução Nossa)

Por superpotências, entende-se que sejam países que reúnem exército numeroso, bem equipado e tecnologicamente avançado; além disso, dispõem de enorme poder político e econômico, este capaz de subsidiar aos dois primeiros elementos. Estes atributos materiais (*hardpower*), somados a uma capacidade de exercer o poder brando (*softpower*), devem ser “consistentes a ponto de possibilitarem a interferência nos assuntos de todo o globo” (BUZAN e WAEVER, 2003). Além disso, uma superpotência deve desejar atingir esse status, ao mesmo tempo em que todas essas capacidades são reconhecidas por seus pares na comunidade internacional.

Por grandes potências entendem-se os países que não possuem todas as capacidades das superpotências, simultaneamente, mas podem eventualmente exercer influência em algum cenário. Tais potências podem ter uma força armada pujante, mas uma economia fraca, ou uma economia forte e elementos de defesa fracos. Outra variação visualizada por Buzan e Waever diz respeito a uma economia, poder político e valores universais paradigmáticos, mas sem um exército robusto. Contudo, ainda que não projetem poder mundialmente, seus interesses, por motivos diversos, por exemplo, históricos, não se restringem aos assuntos de sua esfera regional. Com isso, elas se inserem em dinâmicas de outras regiões do globo. Similarmente à superpotência, as grandes potências devem ser reconhecidas como tal.

Então, chega-se à gradação de potência regional. Esta possui poder apenas na região em que se situa. Na cena internacional, sua influência inexiste, não sendo reconhecidas pelas grandes potências como tendo capacidade de atuar de forma impositiva na arena mundial (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 34).

Ao encerrarmos essa parte conceitual, convém lembrar que o estudo não pretende esgotar o tema, mas tão somente aprofundar o conhecimento existente no Brasil acerca da política externa russa, suas raízes geopolíticas, a influência do Eurasianismo e os eventuais reflexos para a política de defesa do Brasil.

A seguir começaremos a explicar sobre o pensamento geopolítico da Rússia, e como ele se formou ao longo de sua história. Mais à frente, no capítulo seguinte será demonstrado como esse pensamento geopolítico sofreu a influência das diversas variantes do Eurasianismo, com destaque para a de Alexandr Dugin.

3 A GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA

O presente capítulo pretende expor a situação geopolítica da Rússia, ou seja, qual o significado de seu espaço e de sua localização relativa no mundo atual, baseado em fatos históricos, geográficos e culturais. Partindo do status atual da Federação Russa será mostrado como certos imperativos geopolíticos foram gradualmente se formando para o país que ocupa a vastidão das estepes entre a Europa e a Ásia.

Com esse entendimento consolidado, pretende-se facilitar um melhor entendimento do porquê de certos posicionamentos da Política Externa russa na atualidade, a serem expostos no Capítulo 4.

Ainda em 1993, o então presidente da Rússia, Boris Yeltsin, determinou que o antigo brasão imperial da dinastia *Romanov* e, conseqüentemente, da Rússia Imperial, fosse reinstalado como símbolo do Estado Russo. O brasão, que em seu bojo, contém uma águia de duas cabeças, em sua versão mais difundida, significa que o Estado russo atribui igual importância, tanto a sua parte europeia quanto pela porção asiática (RÚSSIA, 2014b).

Segundo Stites, o brasão com a “águia bicéfala” (imagem 06) foi adotado pela Rússia, mais ou menos, próximo à tomada de Constantinopla (atual Istambul) pelos turcos otomanos em 1453. Com isso, o simbolismo de sua adoção pelos moscovitas significava que a religião cristã ortodoxa migrava da segunda Roma para a “terceira Roma”, que seria Moscou, no centro da Eurásia (ISAKOVA, 2005, p.22; STITES, 2005).

Para Chapman, cada país produz suas próprias visões geopolíticas. Estas “seriam influenciadas por fatores históricos diversos, que incluiriam as realizações econômicas, de inteligência, de política externa e militares, próprias dos interesses de segurança e cultura nacionais, bem como das personalidades individuais de suas lideranças” (CHAPMAN, 2011).

Imagem 06 - Brasão de Armas da Rússia



Fonte: servidor oficial da Rússia (RUSSIA,2014)

Logo, a Geopolítica não é uma ciência exata, mas pelo contrário varia de acordo com o tempo e o espaço em que seus conceitos são emitidos, sendo, portanto um saber tão dinâmico quanto subjetivo.

Para compreendermos a Geopolítica da Rússia de hoje, portanto, deve-se buscar entender o efeito da Geografia nas ações do Estado russo, em suas várias configurações, ao longo de sua história.

De forma introdutória, antes de passarmos à visão geopolítica, convém repassarmos, resumidamente, o que é, e qual é, a situação da Federação Russa atualmente, de modo a podermos entender seu desafio geopolítico e as pressões a que pode estar submetida.

3.1. A FEDERAÇÃO RUSSA HOJE

Situada na porção norte da Eurásia geográfica, a Federação Russa, ou Rússia, é um estado federal que abarca 83 entidades, com variada autonomia administrativa, sendo seu regime de governo atual o federalismo presidencial (RÚSSIA, 2014).

Trata-se do país com maior extensão territorial do mundo, apresentando área total de 17.098.200 km². As fronteiras russas são as mais longas do mundo: a faixa litorânea oeste, faz divisa com os países bálticos, Belarus e a Ucrânia, na sua face europeia; já sua fronteira leste é configurada pelo litoral dos Mares de Bering e de Ochotsk, que fazem parte do Oceano Pacífico setentrional. Ao norte, faz fronteira com o Oceano Ártico e ao sul com diversos países da Ásia Central (OFFICIAL RUSSIA, 2014).

Segundo Khanna, o território da Rússia pode ser decomposto em várias regiões, como por exemplo: a eslava, que ocupa a porção de território mais próxima à Europa; a caucasiana, que engloba parte das montanhas do Cáucaso; a ural-siberiana, que se situa no entorno e para além dos montes Urais; e, por fim a asiática, que faz divisa com o Oceano Pacífico, o Japão, a península coreana e a China. Para este autor, o território russo já pode, por si só, ser considerado a “ilha mundial eurasiática” (KHANNA, 2008).

O país, com cerca de 143 milhões de habitantes é o oitavo mais populoso do mundo. Além disso, a Rússia apresenta o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, com cerca de US\$16.700. O país é um dos maiores produtores mundiais de

gás, petróleo, carvão e metais preciosos, sendo por isso considerado uma potência energética (RÚSSIA, 2013).

A imensidão territorial russa abarca diversos climas – do subpolar, no extremo norte, passando pelo de montanha, ao centro, e o temperado continental, a maior parte. O país possui diversos rios, de grande extensão territorial que cortam seu território, em geral de sul para norte, como por exemplo o Lena, o Yenisei, o Ob e o Amur, apresentando assim um vasto potencial hidroelétrico (RÚSSIA, 2013).

A população russa acha-se distribuída irregularmente pelo vasto território, com destaque demográfico para a porção mais próxima à Europa. As cidades mais populosas, em ordem decrescente, seriam: Moscou (cerca de 11 milhões de habitantes), São Petersburgo (cerca de 5 milhões), Novosibirsk (1,5 milhão), Yecaterinburgo (1,3 milhão) e Ninji Novgorod (1,2 milhão). A população russa apresenta composição majoritária dessa etnia, cerca de 80%, seguido de tártaros (3,9%), ucranianos (1,4%) e diversas outras etnias que totalizariam cerca de 13% do total populacional (RÚSSIA, 2013).

Com o fim do comunismo soviético (1989), e consequente dissolução da União Soviética (1991), a Rússia emergiu como herdeira do antigo império soviético. Sob o governo de Boris Yeltsin (1991-1999), o país sofreu uma transição abrupta de uma economia planificada para outra de mercado (TEIXEIRA, 2008). No primeiro governo da transição transpareceu intensa cooperação com os EUA e a OTAN (Ocidente). O grupo de Yeltsin, face à sua pretensão a uma inserção total da Rússia na esfera política e cultural do Ocidente, sob uma visão de mundo mais kantiana, reconhecida como idealista-internacionalista (ZAPOLSKIS, 2007).

A partir de 1998, após os problemas iniciais na Guerra da Chechênia (1994-1996), a crise econômica russa - que já vinha se desenhando desde o início da década e as crescentes divergências com os EUA e os aliados ocidentais, levou ao poder o partido Rússia Unida¹² ou *Yedinaya Rossia*, liderado por Vladimir Putin.

Tal partido já trazia em seu bojo elementos programáticos e membros comprometidos com o eurasianismo (GREBENNIKOVA, 2010). Vladimir Putin, foi eleito em 2012, novamente, para o cargo de presidente da Federação Russa. Putin,

¹² Para Markov “O partido “Rússia Unida” (RU) é um instrumento político à parte. O RU não funciona como um partido propriamente dito. Na verdade trata-se de um movimento político de votação em favor de Vladimir Putin nas eleições não presidenciais e de votação em favor das decisões presidenciais e governamentais em parlamentos dos diversos níveis (MARKOV, 2008, p34)

que, como visto, já exercera a função por dois mandatos consecutivos, entre 2000 e 2008, tendo sido sucedido por um aliado seu: Dmitri Medvedev, da mesma agremiação, e que a exemplo dele, agora é o primeiro-ministro do país (MAZAT e SERRANO, 2012).

Segundo Markov, uma vez no governo, Putin passou a realizar um governo que priorizou o fortalecimento da autoridade central na Rússia, como resposta à relativa imagem de anarquia que o país passava para o mundo. Como exemplo dessas ações de centralização de poder podemos citar: a renovação do esforço militar na Chechênia para esmagar o separatismo islâmico; a eliminação de privilégios das oligarquias formadas na década de 1990; a reestatização parcial da produção de petróleo e gás russa; a cassação da grande autonomia dos governos regionais, o que incluiu a nomeação de governadores pelo poder central. Em suma, seu governo restabeleceu a autoridade central que sempre caracterizou o governo russo (ERSEN, 2005, p. 145; MARKOV, 2008, p.33).

Além do fortalecimento do Estado internamente, para atender aos anseios geopolíticos russos, o atual governo passou a garantir a soberania externa do país. Inicialmente, com os rendimentos auferidos com a venda de petróleo, gás e outros abundantes recursos naturais do país: saldou a maior parte da dívida pública contraída pela Rússia e suas entidades componentes, criou uma considerável Reserva Cambial, além de um Fundo de Estabilização financeira (MARKOV, 2008, p34).

Posteriormente, os governos Putin e Medvedev deram grande ênfase ao fortalecimento das Forças Armadas Russas, as quais, desde o colapso da União Soviética, achavam-se desorganizadas, desestruturadas e mal equipadas. Segundo Bystrova, a partir de 2006, “o Estado russo passou a investir pesadamente nas Forças Armadas”, tanto que, a exemplo do período soviético, foi recriada “o órgão coordenação central do complexo industrial – ou Comissão Industrial-Militar – ganhando novamente grande poder de decisão” (BYSTROVA, 2011, p 17).

A reorganização industrial russa, especialmente a retomada de fortes investimentos em seu complexo industrial-militar também se justifica pela venda de armamentos. Está é uma vantagem comparativa russa muito usada para obtenção de divisas internacionais, sendo a China – o portento do leste – apesar de eventuais discordâncias um grande comprador de armamento russo (MANKOFF, 2012, p.19)

A seguir, tentaremos mostrar por que os russos, atualmente, contrariando os melhores prognósticos ocidentais quanto a conduta da Rússia pós-soviética, vem gradualmente se afastando do Ocidente.

3.2. UMA ANÁLISE DA GEOPOLÍTICA RUSSA

O britânico Halford Mackinder, em sua obra magna de 1904, afirma que ao longo da história recente, o espaço ocupado pela Rússia na Eurásia sempre foi dividido entre uma área de planícies gramíneas (estepes), ao sul, e outra, ao norte, mais restritiva ao movimento humano, pela densa presença da vasta floresta de coníferas. Tal realidade geográfica resultou em efeitos políticos duradouros para os habitantes tanto da Europa quanto do resto da “*Euro-Ásia*” (MACKINDER, 1904).

Para Mackinder, as planícies gramíneas ao sul forneceram a rota de invasão para sucessivas invasões asiáticas, que formataram a cultura europeia desde a Antiguidade clássica até o século XVI. Em contraste com o desenvolvimento europeu que as invasões asiáticas, inadvertidamente, incentivaram, para a Rússia tais invasões significaram ficar sob o jugo mongol por alguns séculos. Tal fato gerou um afastamento russo da Europa e um relativo atraso político, econômico e cultural, que repercute até o presente (MACKINDER, 1904).

Para Kaplan, antes da Federação Russa atual foram as seguintes entidades estatais a se fazerem presentes na Eurásia: a Rússia Kieviana (séculos XII a XIV), a Rússia Medieval (séculos XV e XVI), o Império Russo (séculos XVIII a XIX) e a União Soviética (século XX). Todas em maior ou menor grau, em algum ponto de suas histórias sofreram algum tipo de ameaça de força estrangeira, que na maioria das vezes gerou graves efeitos para seu governo e população (KAPLAN, 2012).

O núcleo central de quase todas as configurações de Estado russo orbitou no entorno da cidade de Moscou. Este aglomerado urbano, desde a baixa Idade Média (ou seja, a partir do ano 1000) foi estabelecido em posição central às nascentes de diversos rios alinhados com a futura expansão russa, e em meio à proteção relativa das florestas e charcos boreais já citados por Mackinder.

Tal localização estratégica, contudo, dificultava, mas não impedia que algum conquistador tentasse capturar a cidadela moscovita, por uma das duas rotas históricas de invasão: por oeste, com uma variante escandinava e outra europeia, e pelo leste, esta pelas estepes da Ásia Central (vide imagem 7).

Embora nunca utilizada historicamente para invadir o que seria hoje a Rússia, havia uma terceira via de acesso, pelo sul, que conectava a Eurásia Central (o *Heartland*) com o chamado Oriente Médio, através das Montanhas do Cáucaso.

Por sinal, modernamente, baseado nas ameaças a sua segurança levantadas por Katz, a Rússia, por meio de declarações de autoridades governamentais, acadêmicos e especialistas, teme exatamente as mesmas ameaças da Rússia Medieval, agora modernizadas, provenientes: da aliança ocidental (no oeste), do mundo muçulmano (no sul) e da China (de leste) (KATZ, 2007).

Após a catástrofe política, e cultural, que foi a invasão mongol (século XIII), já na época de Ivan IV (o terrível), Moscou se recobrou, tornando-se o bastião central de onde partiram ordens, tropas e suprimentos para alargar o território russo na direção de fronteiras menos vulneráveis, inicialmente para o norte e noroeste, mas posteriormente para sul, leste e oeste. Segundo Isakova, entre a Batalha de Kulikovo (vitória símbolo dos russos sobre os mongóis, em 1380) ao final da 1ª Guerra Mundial, a Rússia esteve em guerra por 334 anos. Nesse período, seu território se expandiu cerca de 400 vezes (ISAKOVA, 2005).

Dessa história conturbada, nota-se a grande preocupação das elites russas, do domínio mongol até hoje, em sempre exercer pressão sobre as áreas que fornecessem segurança geopolítica para seu núcleo central, vulnerável a invasões estrangeiras. Dentre tais áreas críticas podemos citar a planície germânica, as Montanhas do Cáucaso, os sopés da Cordilheira do Himalaia, a Mongólia exterior os rios da Manchúria e o Oceano Pacífico, já no extremo leste (KAPLAN, 2012).

Segundo Isakova, os acadêmicos russos consideram o czar Ivan IV, o terrível, o primeiro praticante da Geopolítica moderna, ao menos para a Rússia. Esse governante definiu as linhas mestras da visão geopolítica russa, que, *mutatis mutandi*, são perseguidas até hoje, a saber: a) a importância de controlar o espaço pertencente a seus antigos inimigos medievais (ou seja, o que hoje os russos chamam de “exterior próximo”, ou seja, as antigas repúblicas soviéticas) e b) a necessidade de possuir territórios com acesso regular a portos de águas quentes (ISAKOVA, 2005).

Estes imperativos geopolíticos simplificados, destacados por Isakova no trecho acima, são importantes pois estarão contidos, como veremos, no discurso tanto do pensamento geopolítico soviético quanto no atualmente desenvolvido pelo

Eurasianismo. O capítulo 5, especificamente, delineará os principais contornos dessa escola geopolítica recente.

Voltado à situação geopolítica russa, outro ponto de vista é que, diante dessa situação geográfica crítica, ou seja: como histórica rota de invasões e a crônica vulnerabilidade de seu núcleo central (sediado no entorno de Moscou) a Rússia sempre teve seu destino político inseguro. Este sempre ficou à mercê de invasores que ora vinham do leste, e menor escala do oeste e eventualmente do sul. Ainda segundo Friedman, para lidar com tais vulnerabilidades, e atingir suas prioridades geopolíticas, a Rússia se expandiu em três fases (FRIEDMAN, 2008).

Na primeira, a Rússia se expandiu, não na direção dos corredores de invasão para estabelecer pontos de bloqueio, mas para longe deles a fim de estabelecer, “na falta de poder ofensivo, um reduto sobretudo mais defensável” (FRIEDMAN, 2008, p.03, tradução nossa). Tal manobra geoestratégica da Rússia, a colocou no rumo das grandes vastidões geladas das planícies árticas, mas também da imensidão do território que circunda os Montes Urais e mais além.

Numa segunda fase, “muito mais agressiva e arriscada”, Moscou passou a atacar o território dos antigos conquistadores, não cessando a ofensiva até que suas tropas e colonizadores atingissem os Urais a leste, e o Mar Cáspio e as Montanhas do Cáucaso, a sul (FRIEDMAN, 2008, p.04, tradução nossa). A anexação forçada de centenas de milhares de quilômetros quadrados de estepe caracterizou, pela primeira vez, uma das principais estratégias geopolíticas russas: o território tampão.

A terceira onda de expansão bloqueou a rota de invasão de oeste, mas prosseguiu empurrando as fronteiras russas para sul. Tal expansão se deu na época de Pedro, o Grande e Catarina, dois imperadores russos que ficaram famosos, pela aproximação com os demais países europeus. Nessa fase foram incorporados a Ucrânia, o sopé do Cáucaso e os países bálticos, incluindo os arredores da atual cidade de São Petersburgo.

Com esse crescimento territorial do século XVIII, a Rússia Imperial se aproximou das fronteiras de futuros rivais históricos, como a Polônia, o Império Otomano e a Suécia; no sentido leste, dominando os vastos, e ricos territórios da Sibéria e territórios, até então inóspitos, no Extremo Oriente da Ásia. A sul, além de dominar a região do Cáucaso, as forças russas buscaram fronteiras defensáveis, que em geral coincidiram com os desertos da Ásia Central e as montanhas do Pamir (prolongamento do Himalaia).

Essa expansão inexorável atingiu seu auge no século XIX. Por essa época, as rivalidades fronteiriças entre os limites dos Impérios Britânico e Russo, na Ásia Central, mais especificamente nas fronteiras setentrionais das antigas possessões britânicas das Índias, gerou a cunhagem do famoso termo “Great Games”, ou Grande Jogo. Segundo Kaplan, o que motivou essa expansão inexorável da Rússia, especialmente para leste foi “insegurança: insegurança de uma potência terrestre que tem que se manter atacando e explorando em todas as direções ou ser ela mesmo aniquilada” (KAPLAN, 2012).

Para Kerr, a ascensão do Japão e a vitória deste sobre a Rússia Imperial, em 1905, foi o fim do sonho da hegemonia incontestada russa na Ásia. Tal fato histórico pode ter gerado a percepção de que a manutenção dos vastos territórios além dos montes Urais, longe de significar poder e glória, livre de riscos, era uma ameaça (KERR, 1995).

Essa percepção de vulnerabilidade geopolítica a leste, nos dias de hoje, mesmo com o fim tanto da Rússia Imperial quanto da União Soviética, não desapareceu. Pelo contrário, permanece, sendo que os insulares japoneses, foram substituídos, ou reforçados, em seu desafio, pelas massas demográficas chinesas.

Sobre isso, ou seja, sobre a pressão demográfica que os chineses estariam exercendo sobre o anecúmeno russo na Sibéria e no Extremo Oriente, Khanna postula que:

(...) Nowhere on Earth, does a depopulating state so provocatively border on an overpopulated one as do Russia and China. Russians are voting with their feet, migrating West in steady waves. Meanwhile, north of Beijing, the Great Wall is crumbling and roughly six hundred thousand illegal migrants are pouring northward into Russia's depopulated Far East - a number almost identical to Russia's annual population decline. Only seven million Russians remain in the Far East, while China's northeastern provinces alone have a population of over a hundred million (KHANNA, 2008, p.72)¹³

Atualmente, no que tange a sua geopolítica prática, a Rússia se vê às voltas com três problemas, segundo Khanna: o êxodo populacional de russos da Sibéria, no

¹³ (...) Em nenhum lugar da Terra, um Estado despovoado faz fronteira com um superpopuloso da maneira que Rússia e China fazem. Os russos estão ‘dando no pé’, migrando para Oeste em ondas intensas. Enquanto isso, ao norte de Pequim, a Grande Muralha está desmoronando e cerca de 600.000 migrantes ilegais estão se despejando no rumo do despovoado Extremo Oriente da Rússia – um número quase idêntico à diminuição populacional russa. Somente 7 milhões de russos permanecem no Extremo Oriente, enquanto as províncias setentrionais da China, sozinhas, têm uma população de mais do que cem milhões”. (KHANA, 2008, p.72, Tradução nossa)

rumo da Rússia Europeia; a grande pressão demográfica chinesa sobre as fronteiras russas, justamente na sua porção asiática e a pressão separatista de territórios muçulmanos, nas proximidades do Cáucaso (KHANNA, 2008).

Para Trenin, corroborando Khanna, e numa visão de que a Federação Russa deveria realmente “integrar para não entregar” a sua “Amazônia Branca” para os chineses, a “Rússia faria bem em pensar em Vladivostok (capital do território russo do Extremo Oriente) como a sua capital do século XXI. É um porto marítimo que respira amplitude”. Para Karaganov, por sua vez, se a Rússia deveria ter três capitais: São Petersburgo, como capital cultural; Moscou como política e militar e Vladivostok, como capital econômica (KARAGANOV, 2012; TRENIN, 2013).

Para Friedman, a questão populacional também debilita a geopolítica russa, uma vez que deixa uma grande quantidade de áreas, ricas em recursos minerais, sem quem os beneficie. Outro ponto destacado pelo especialista norte-americano diz respeito à relativamente pequena população, face à posição geográfica do grande país, refletindo em sua produção agrícola (FRIEDMAN, 2008).

É que a localização da Rússia em latitudes muito altas, ou seja, muito ao norte, faz com que a estação das colheitas agrícolas seja muito curta. Além de limitar o tamanho das colheitas, o clima dificulta o transporte eficiente da colheita, principalmente de grãos, entre as lavouras e os grandes centros populacionais, onde os alimentos são essenciais para a estabilidade do Estado.

De uma maneira geral, na Rússia Imperial os conceitos em voga falavam de um “Pan-Eslavismo”, dentro do pensamento dos Romanov acerca de aproximação com o Ocidente. Para Isakova, os decanos desse período foram homens como Soloviev, Shapov e Checherin, cuja proposta geopolítica era bem mais profunda do que a dos clássicos ocidentais. É deles o pensamento de que a vastidão russa, a escassa população face a mesma e as condições climáticas adversas condicionariam o governo russo a ser atavicamente autoritário (ISAKOVA, 2005).

Já na União Soviética, ou seja, no que tange ao pensamento geopolítico no período soviético (1922 a 1991), os conceitos geopolíticos, inicialmente, focaram no Internacionalismo, ou “Continentalismo Socialista”. Tal pensamento utópico, pensado originariamente pelo revolucionário soviético Lev Trotski foi reformulado, posteriormente por Iosif Stalin, como um refinamento mais pragmático para atender aos desígnios geopolíticos da União Soviética durante a Guerra Fria.

É dessa época, o auge da Guerra Fria, que se destaca o pensamento geopolítico do Almirante Sergei Gorshkov, sobre a expansão do poder marítimo soviético para conter o domínio dos EUA sobre o “oceano-mundo”. Para Chapman, a Doutrina *Gorshkov* previa a busca pela paridade naval com a marinha dos EUA, para disputar com ela a hegemonia global. Para tanto, numa releitura “pró-poder terrestre” da teoria do poder naval de Mahan, o almirante soviético previa intensa construção naval e a localização de bases navais e pontos de apoio logísticos em diversas áreas do globo. Ele foi o grande responsável pela construção da marinha de alto-mar e pelo poder nuclear naval da União Soviética, capacidades militares estas que foram herdadas pela Rússia (GREGOR, 1989; CHAPMAN, 2011).

Do legado da antiga Doutrina *Gorshkov*, ou seja, do uso irrestrito dos mares e oceanos pela Rússia, um outro ponto que permanece vívido na geopolítica russa diz respeito ao Oceano Polar Ártico, ou seja, o flanco norte do *Heartland* de *Mackinder*. Segundo Voronkov, recentemente, a descoberta de vastas reservas de hidrocarbonetos no fundo daquela massa d’água (ou seja, reservas *off-shore* na plataforma continental, como na Amazônia Azul brasileira) altera a importância geopolítica daquela área do Ártico (VORONKOV, 2013).

Afora a questão da exploração de hidrocarbonetos no Ártico, a Rússia tem outras considerações nessa questão da Geopolítica Energética. Para Santos, “as maiores preocupações da Rússia (nesse quesito) dizem respeito ao controle das rotas de exportação dos recursos energéticos” (SANTOS, 2004). Como se consolidou como uma potência energética no fim da década de 1990, a Rússia presta muita atenção à miríade de oleodutos e gasodutos que nascem, ou passam por seu território, com destaque, ainda para as quantidades de hidrocarboneto que passam pelos estratégicos dutos (ALVES, 2012).

Vale notar que a diplomacia energética russa já foi usada para pressionar, tanto a União Europeia, quanto países de seu “Exterior Próximo”, como por exemplo a Ucrânia, a Belarus e o Azerbaijão, a se alinharem aos desejos russos.

O resultado de séculos de “desafio permanente” pela sua segurança gerou a alternância de correntes políticas variante: ora favoráveis a uma Rússia europeizada, ora favoráveis a um retorno russo às tradições da Eurásia. Vários acadêmicos opinaram sobre essa disputa no interior do Estado russo ao longo da história.

Para Isakova, as escolas geopolíticas que podem ser identificadas na cena política russa, ao longo da história são: Ocidentalismo, Eurasianismo, Neo-

Eurasianismo e o Pragmatismo político. Nessa visão, o Neo-Eurasianismo seria uma das escolas de pensamento geopolítico que tentam dar prumo à política externa russa atual, sendo que a visão pragmática seria a tradução para a realidade da visão teórica eurasianista (ISAKOVA, 2005). Os dois últimos serão o que abordaremos com maior ênfase neste estudo.

Para Urnov, o século XIX significou o amadurecimento de quatro percepções geopolíticas pelos intelectuais e governantes da Rússia: o Ocidentalismo, o Isolacionismo, o Isolacionismo antiocidental e o não isolacionismo. O espectro de colaboração ia de uma colaboração total com os países a oeste (Ocidentalismo), passando por um isolacionismo que podia ser ora neutro, ora hostil aos países europeus e aos EUA (Isolacionismo e Isolacionismo antiocidental) ou ainda a total abertura do país às oportunidades de todos os lados (não isolacionismo) (URNOV, 2006).

Para Dodds, no caso russo pode-se notar, ao longo do tempo, ao menos três variações: em primeiro lugar há a noção de que a Rússia é uma parte da Europa e que o país precisa se unir aos modelos de desenvolvimento ocidentais, conhecida como Ocidentalismo; em segundo lugar a ideia de que a Rússia é uma área geográfica específica (Eurásia) com sua forma particular de Estado e Sociedade, cerne do pensamento Eurasianismo; em terceiro lugar, o conceito, mais moderado, de que a Rússia seria um ponte entre Europa e Ásia. Essa questão do lugar da Rússia no mundo, já é objeto de discussão, desde do século XIX (DODDS, 2009).

Para Santos, atualmente o que se pode discernir na cena russa é somente a bipartição entre o grupo a favor do Ocidente e o grupo eurasiático. O primeiro grupo pensa que os valores culturais do Ocidente, tais como a democracia, o pluralismo e a valorização do indivíduo são universais, e portanto aplicáveis à Rússia. Já o segundo, os eurasianos, já cultuam valores mais tradicionais para o russo médio, tais como a noção de *Rodina* (Pátria), de um certo autoritarismo e de valores coletivos. Para esses, a Rússia não se insere, nem na cultura ocidental, nem na oriental, mas tão somente numa cultura própria, dita eurasiática (SANTOS, 2004).

Conforme notado por Isakova, a geopolítica russa transcenderia ações ligadas ao Estado russo e o estudo do ambiente externo que o cerca. Na verdade, a visão russa sobre a geopolítica vai mais além, abarcando questões como o tipo de regime, bem como o relacionamento deste com seus cidadãos (ISAKOVA, 2005, p.10).

Tal conduta autocrática, típica da cultura estratégia russa, no entender da maioria da intelectualidade russa, e especialmente, para os eurásianos, seria um preço aceitável a pagar pela manutenção de uma cultura russa superior. Além disso, segundo Soloviev, os russos, face a seu caráter nacional, acostumado a enfrentar e vencer um clima severo, não teriam dificuldades para viver sob uma organização política autoritária (ISAKOVA, 2005, p.11).

Geopoliticamente falando, até mesmo para um observador ocidental, as medidas políticas – reconhecidamente de força - tomadas por Vladimir Putin soam justificadas. Isto, porque da análise da conjuntura russa da década de 1990, via-se claramente a necessidade de reorganizar o Estado russo, para qualquer posterior ação externa. Aí incluso um retorno ao desejado patamar atingido pela superpotência soviética.

Embora seja difícil alinhar o pensamento geopolítico russo diretamente ao ocidental sobre o tema, as ações práticas da geopolítica russa permitem vislumbrar uma dinâmica da perspectiva realista na sua política externa. Isso quer dizer que a Rússia, ao menos neste início de século, vem agindo por meio de ações que buscam tão somente a consecução dos seus interesses, ou objetivos, nacionais permanentes.

Na parte seguinte vamos dar relevo ao pensamento estratégico do Ocidente sobre a Eurásia como forma de entendermos a visão de mundo dos EUA e da OTAN sobre a Eurásia. A ideia é permitir uma visão ampla sobre as estratégias conflitantes que será completada com o pensamento eurásiano sobre o tema nos capítulos 4 e 5.

3.3. A GEOESTRATÉGIA OCIDENTAL PARA A EURÁSIA

Nesta parte, o estudo pretende voltar-se para as ações geo-estratégicas dos EUA e dos países da OTAN sobre áreas da Eurásia, de tipos variados, a que os eurásianos costumam chamar de Atlantismo. Tais ações listadas por Akgül (2005) como recorrentes, desde o imediato final da União Soviética, vem sendo vistas pelos eurásianos como uma flagrante afronta dos chamados “atlânticos” contra o solo sagrado da “Rodina” (mãe pátria).

Para Dugin e os eurásianos, o Atlantismo seria um termo geopolítico que significaria: a) do ponto de vista histórico e geográfico: a civilização situada no setor ocidental do globo terrestre; b) do ponto de vista estratégico-militar: os países membros da OTAN, especialmente os EUA; c) do ponto de vista cultura: uma rede de

informações unificada criada pelos impérios midiáticos ocidentais; d) do ponto de vista psicossocial: o sistema de mercado, tido para ser absoluto, negando todas as diferentes formas de organização da vida econômica. Os agentes do Atlantismo são “os construtores da chamada nova ordem mundial – um sistema mundial sem precedentes que beneficia uma minoria absoluta da população planetária, o chamado bilhão de ouro” (DUGIN, 2010)

Para Mead, corroborando ainda que parcialmente, essa visão de Dugin, a agenda ocidental a ser disseminada para todo o mundo abarcaria, entre outros pontos: a liberalização comercial, a não-proliferação nuclear, os direitos humanos, a prevalência do Estado de Direito e a Mudança Climática (MEAD, 2014). Essa teria que ser necessariamente a agenda diplomática a ser objetivada abertamente pelos países do Ocidente em busca da “Nova Ordem Mundial”.

É provável que em complemento a essa agenda aberta, os ocidentais certamente ajam com uma agenda mais reservada, visando objetivos mais específicos. Em seu estudo sobre a visão das elites russas sobre o Irã, Shlapentoch comenta sobre a visão eurásiana do que seria a política dos EUA para a Rússia/Eurásia:

(...) the United States would not stop at marginalization and destruction of the USSR, but proceed till Russia fell apart. The attempt to destroy Russia/Eurasia is not driven not by economic interest but by the desire to homogenize the world according to the American model. Americanization of Eurasia/Russia would mean the complete destruction of its civilizational core. U.S. confrontation was Russia's inevitable destiny, but it could not fight alone and needed an ally. (SHLAPENTOCH, 2009, p.17)¹⁴

Essa visão ameaçadora dos EUA e seus aliados em relação à Rússia será um dos pináculos da ideologia eurásiana, como será visto nos capítulos seguintes. Tal visão evidentemente procede da disputa geopolítica travada durante a Guerra Fria, mas possui fortes componentes históricos, filosóficos e culturais.

Na prática, a estratégia ocidental para a Eurásia, e que vem justificando o gradual endurecimento da posição e das reações geoestratégicas russas podem ser exemplificadas pelos seguintes casos mais consagrados: as Crises da Geórgia (2002

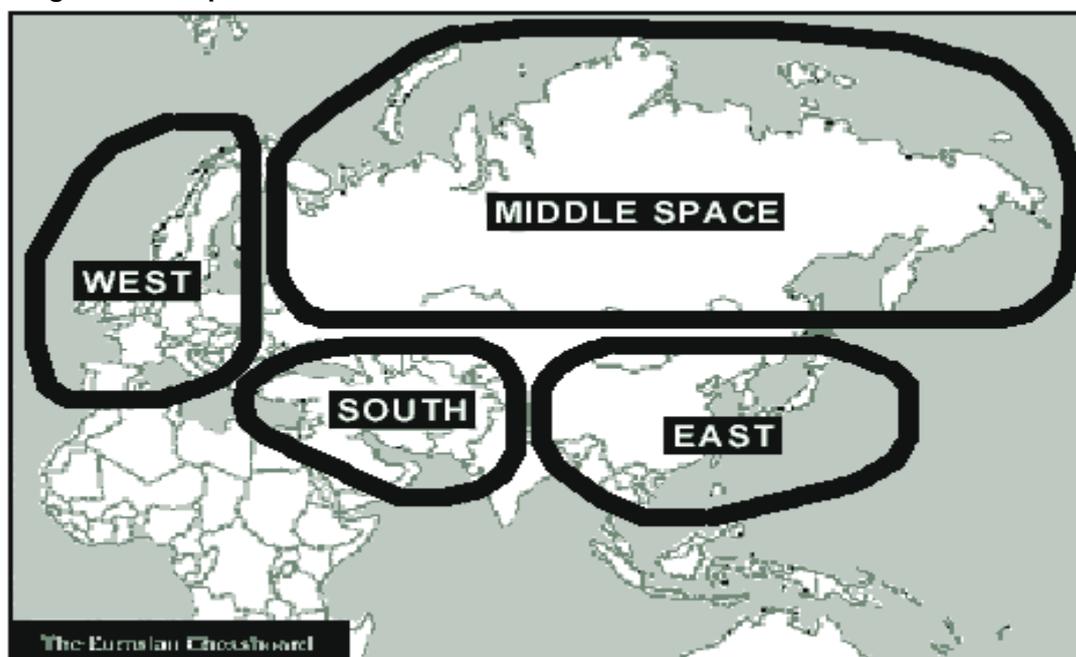
¹⁴ Os EUA não se deterão com o isolamento e destruição da União Soviética, mas procederão até que a Rússia se fragmente. A tentativa de destruir a Rússia/Eurásia não é guiada por interesses econômicos mas o desejo de homogeneizar o mundo de acordo com o modelo americano. A americanização da Eurásia/Rússia significaria a destruição completa de seu núcleo civilizacional. A confrontação com os EUA é o destino inevitável da Rússia, mas ela não poderia lutar sozinha e vai precisar de um aliado” (SHLAPENTOCH, 2009, p.17, tradução nossa).

e 2008) e as Crises da Ucrânia (em 2004 e 2014), que – de certo modo – comprovam o avanço ocidental sobre o antigo espaço soviético. É certo que houveram outros pontos de conflito, mas a gravidade e a conseqüente repercussão internacional desses dois atos exemplificam a seriedade da questão para os russos.

Para Petersen, a estratégia ideal da OTAN sempre foi conseguir impedir o “condomínio russo chinês” de deter a hegemonia na Ásia Central, atendendo assim o pressuposto de Mackinder. Face à inevitabilidade de ações concretas para preencher o vazio de poder na Ásia Central pós-soviética, a decisão teria que ser a expansão das instituições ocidentais para esse “coração” da Eurásia (PETERSEN, 2011).

Zbigniew Brzezinski, já em 1997, fazia proposições sobre qual seria a melhor estratégia a seguir na Ásia Central e arredores. Para ele, a Eurásia é o espaço terrestre cujos recursos combinados superam vastamente os mesmo assim vultosos recursos nacionais dos EUA. A sorte da potência atlântica é que as realidades do poder fazem com que o vasto “tabuleiro eurasiático” seja quase impossível de ser dominado por apenas uma potência (BRZEZINSKI, 1998, p.19).

Imagem 08 – Mapa de Brzezinski do Tabuleiro Eurasiático



Fonte: The Grand Chessboard (1998)

Brzezinski na mesma obra, divide a ilha-mundo eurasiática em quatro grandes espaços (imagem 08), acima, destinadas a receberem geoestratégias simultâneas, porém específicas. Para os EUA, no entender do pensador polaco-americano, a geoestratégia eurasiática envolveria:

(...) the purposeful management of geostrategically dynamic states and the careful handling of geopolitically catalytic states, in keeping with the twin interests of America in the short-term preservation of its unique global power and in the long-run transformation of it into increasingly institutionalized global cooperation. To put it in a terminology that harkens back to the more brutal age of ancient empires, the three grand imperatives of imperial geostrategy are to prevent collusion and maintain security dependence among the vassals, to keep tributaries pliant and protected, and to keep the barbarians from coming together. (BRZEZINSKI, 1998)¹⁵

A leitura da proposta de Brzezinski aponta os estados dinâmicos (países ex-soviéticos) e os estados catalíticos (China e Rússia), como objetos da governança ocidental. Além disso, aponta bem claramente (cooperação institucional) o intuito ocidental de avançar seu rol de instituições (FMI, Banco Mundial, OCDE) para o chamado “exterior próximo” russo. Essa seria a vertente institucional.

Segundo Moniz Bandeira, os EUA, mesmo com o fim da União Soviética, jamais deixaram de seguir a estratégia preconizada por Brzezinski para a Eurásia. Por exemplo, em 1999, o Congresso norte-americano aprovou a *Silk Road Strategy*, para ajudar de forma cerrada os países daquela região saídos do regime comunista soviético (MONIZ BANDEIRA, 2013, p.68).

Outra vertente, mais geopolítica, e menos militar, seria a expansão de entidades mais evidentes da política ocidental, como a UE e a OTAN, para o interior de uma zona considerada pelos russos eurásianos como esfera de influência da Rússia. As tentativas mais gritantes dessa expansão foram os casos, já citados, da Geórgia e da Ucrânia, mas, de forma mais indireta, não podemos esquecer de casos mais antigos como o da base norte-americana no Uzbequistão, até 2005.

Cabe notar, que a visão russa dos eventos sempre caracteriza esse avanço geoestratégico o seu “exterior próximo” como uma inserção indevida. Ainda mais em áreas que considera como de sua responsabilidade, e além do que possuidoras de vastos recursos estratégicos (petróleo, gás, urânio entre outros).

¹⁵ Para os EUA, a geoestratégia eurásiana envolve: a gestão resoluta de estados geoestrategicamente dinâmicos e o manuseio cuidadoso de estados geopoliticamente catalíticos; na manutenção dos interesses gêmeos da América (sic), na preservação, no curto prazo, de seu poder global incontestável e na transformação, no longo prazo, desse poder numa crescente cooperação global institucionalizada. Para colocar em termos que remontam a uma época mais brutal dos impérios antigos, os três grandes imperativos da geoestratégia imperial são: prevenir as coalizões, manter a dependência de segurança entre os vassalos e dissuadir os bárbaros de se reunirem (BRZEZINSKI, 1997, tradução nossa).

Akgül, em seu interessante estudo sobre a influência do Eurasianismo sobre a política externa russa, do ponto de vista da Turquia, comenta que um dos principais pontos de atrito com o Ocidente “atlântico” surge exatamente dessa expansão de entidades com a OTAN sobre os países ex-soviéticos. Os outros dois pontos de discórdia são: a questão da cooperação nuclear com o Irã e a questão do desarmamento nuclear (AKGÜL, 2005, p.25).

Esta e outras ações agressivas do Ocidente, frustrou as expectativas de “ocidentalistas” como o ex-ministro das relações exteriores russo, Andrei Kozirev e o próprio Boris Yeltsin, reforçando a argumentação da oposição russa mais nacionalista (eurasianos) (AKGÜL, 2005, p.24).

O governo de Yeltsin, embora retratado pela Geopolítica popular quase sempre como simpático ao Ocidente, na verdade pode ser caracterizado como tal até certo ponto. De fato, com Andrei Kozirev como chanceler, a aposta no apoio ocidental foi irrestrita com prejuízos inclusive para a auto-estima russa. A partir da assunção de Primakov, ainda no período Yeltsin, a política externa russa começa a agir de forma diversa, atendendo ao apelo eurasianista.

Após os eventos de 11 de setembro de 2001, ou seja o ataque da Al Qaeda ao *hinterland* norte-americano, já no governo de Vladimir Putin, este houve por bem adotar uma postura pragmática em relação à chamada “Guerra ao Terror”. Tal postura significou, por exemplo, permitir que tropas norte-americanas estabelecessem bases militares de apoio à Guerra do Afeganistão, em plena Ásia Central (AKGÜL, 2005, p.54).

Brzezinski, em seu livro sobre a Eurásia, chegou a arriscar algumas projeções de cenários que vem se tornando realidade no presente. Dentre as citadas, e que colhemos de Ernesto, sobressai a previsão de uma disputa acirrada pela hegemonia sobre a Ucrânia:

Ukraine, a new and important space on the Eurasian chessboard, is a geopolitical pivot because its very existence as an independent country helps to transform Russia. Without Ukraine, Russia ceases to be a Eurasian empire. However, if Moscow regains control over Ukraine, with its 52 million people and major resources as well as access to the Black Sea, Russia automatically again regains the wherewithal to become a powerful imperial state, spanning Europe and Asia. (KISSINGER, 1998 apud ERNESTO, 2014)¹⁶

¹⁶ “A Ucrânia, um novo e importante espaço no tabuleiro eurasiático, é um pivô geopolítico pelo fato de que a sua própria existência como um Estado independente ajuda a “transformar” a Rússia. (...) Sem a Ucrânia, a Rússia

Com os dados até aqui em mente, sem esquecer do vasto potencial energético do Casaquistão, tido por Kaplan, como o atual *Heartland*, será que a Ucrânia não seria o verdadeiro coração da Eurásia? Faz-se essa afirmação, uma vez que, atualmente sob controle do eurasiologista Nursultan Nazarbayev, o Casaquistão já opera sob forte influência russa.

Em reforço a isso, conforme Moniz Bandeira, há estudiosos que consideram que as revoluções na Sérvia, Geórgia e Ucrânia teriam sido incentivadas fortemente pelos países ocidentais. Nesses países críticos, respectivamente nos Balcãs, no Cáucaso e na Europa de Leste, lideranças “Soviet style” foram substituídas por governos mais favoráveis ao Ocidente (MONIZ BANDEIRA, 2013, p.96).

Voltando ao início do capítulo, e ainda sobre o distintivo imperial russo, reincorporado por Boris Yeltsin em 1993, uma curiosidade acerca do mesmo é que a águia bi-facetada acha-se coroada por três coroas unidas por um laço dourado. Uma explicação constante no próprio sítio oficial da Rússia é que ela significaria a união entre as três etnias originais da Rússia antiga: os russos, os bielorrussos e os ucranianos (RÚSSIA, 2014).

Tal simbolismo é significativo, na medida em que pode demonstrar, mesmo que implicitamente, o desejo russo de extrapolar suas ainda extensas, mas como vimos, no presente, até mais vulneráveis fronteiras terrestres, rumo a uma situação estratégica mais segura. Com essa noção dos imperativos geopolíticos russos consolidados, o capítulo seguinte vai procurar descrever a geo-ideologia que vem sendo criada pelos russos para atender a esses imperativos geopolíticos, deixando para o capítulo 5 a descrição da proposta eurasiática para atender os imperativos vistos ao longo deste capítulo.

deixa de ser um Império Eurasiático (...) “Entretanto, se Moscou reassumir o controle sobre a Ucrânia, com seus 52 milhões de pessoas e grandes recursos e acesso ao Mar Negro, a Rússia automaticamente, e de novo, atinge os requisitos para se tornar um poderoso estado imperial, abrangendo Europa e Ásia.” (KISSINGER, 1998 apud ERNESTO, 2014, Tradução Nossa)

4 O EURASIANISMO NA RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA

O presente capítulo pretende abordar as principais ideias que compõem o pensamento do Eurasianismo contemporâneo, chamando atenção para as nuances de pensamento dos seus diversos modelos e destacando, ao final, a variante capitaneada por Alexandr Dugin. A ideia central é demonstrar a complexidade do pensamento eurasiático atual, buscando sua origem nos eurasiáticos clássicos do começo do século XX, passando pelo pensamento eurasiático de transição representado por Lev Gumilev e chegando nas correntes eurasiáticas russas mais recentes, a partir dos anos 1990.

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para seus atuais defensores o Eurasianismo é uma ideologia geopolítica que vê a Rússia como uma potência terrestre, de dimensões continentais, e que reuniria diversas civilizações presentes na chamada Eurásia (eslavos, germânicos, turcos, árabes, mongóis e chineses) sob hegemonia russa. Tal império “civilizacional” terrestre teria o destino de retomar a ancestral disputa entre o poder terrestre e o chamado poder marítimo, representado pelos EUA e seus aliados da OTAN.

O Eurasianismo contemporâneo é uma escola de pensamento que surgiu na Rússia no período logo após a dissolução da União Soviética, nos anos 1990. Este, como visto, foi um período de profunda crise em todos os campos do poder russo, bem como para sua população.

A perspectiva baseou-se claramente no Eurasianismo clássico (que floresceu no início do século XX), com lastro, ainda anterior, na obra de pensadores, filósofos e historiadores no tempo da Rússia Czarista, no século XIX, e certamente com raízes bem mais antigas (SOUZA, 2012).

Posteriormente, o trabalho dos eurasiáticos clássicos, de Lev Gumilev, de Alexandr Panarin, bem como dos geopolíticos clássicos (Mackinder e Haushofer, principalmente) formaram a base para o Eurasianismo atual, cuja base teórica foi consolidada, entre outros teóricos, pelo já citado cientista político russo Alexandr Dugin (LARUELLE, 2008).

Sobre Gumilev, Laruelle, entende que ele é o organizador da maior parte do pensamento, e elo de ligação mais importante do pensamento eurasiático recente (Eurasianismo Contemporâneo) com o antigo (Eurasianismo Clássico). Ele, além disso, entre os anos 1960 e 1970, estabeleceu as bases filosóficas do tema, especialmente teorizando sobre diversos conceitos usados pelas versões atuais tais como 'etnogênese' e o de 'passionalidade' (LARUELLE, 2008).

Para Santos, pode-se notar ao longo do período pós-soviético claramente duas opções ideológicas na Rússia: os internacionalistas liberais (ou ocidentalistas) e os eurasiáticos com suas diversas matizes:

Os primeiros (Gorbatchev, Kozyrev, Yeltsin, Trenin, etc.) crêem que os valores ocidentais do pluralismo e da democracia são universais e aplicáveis à Rússia. Os segundos (Dugin, Zhirinovskiy, Zyuganov, Solzhenitsyn, etc.) têm linhas ideológicas nacionalistas e patrióticas que acreditam que, devido às particularidades geográficas, históricas, culturais e mesmo psicológicas, a Rússia não pode ser classificada como Ocidental ou Oriental, sendo um Estado forte e dominante na Eurásia. O Eurasianismo conseguiu reconciliar filosofias muitas vezes contraditórias como o comunismo, a religião ortodoxa e o fundamentalismo nacionalista" (SANTOS, 2004)

Segundo Ersen, o Eurasianismo atual se assemelha ao Realismo ocidental, diferindo no ponto em que enquanto o último enfatiza o Estado-nação, o primeiro se escora no conceito de Império. Para o mesmo autor, os eurasiáticos de hoje se subdividiriam em modernizadores e expansionistas.

Os primeiros, a minoria, seriam nostálgicos da União Soviética e preconizam um novo conflito mundial para redesenhar, novamente, as esferas de influência, sendo seus líderes homens como Aleksandr Prokhanov e Shamil Sultanov. Já os segundos, liderados por Alexandr Dugin, e sendo considerados majoritários, preconizam uma gradual reabsorção do espaço pós-soviético (exterior próximo russo) bem como uma aliança com outros povos da Eurásia para a formação de um império eurasiático (ERSEN, 2004).

Para fins de compreensão da amplitude do conceito de Eurasianismo, é bom que se diga que tal ideologia não se restringe à Rússia. Segundo Khanna, a União Europeia (EU) também possui teóricos eurasiáticos; contudo a diferença entre os eurasiáticos russos e os eurasiáticos europeus, é que esses últimos desejam a incorporação da Rússia, incluindo seu território e sua cultura, ao espaço europeu. (KHANNA, 2008).

Outra concepção de Eurasianismo é a capitaneada por pensadores de origem turca que propõem que a Ásia Central, habitada majoritariamente por povos dessa etnia teriam direito a uma hegemonia sobre o “heartland” de Mackinder. Nesse caso, a Rússia é que seria foco da geoestratégica turca para garantir a hegemonia destes sobre a Eurásia (LARUELLE, 2008, p.171 e seguintes).

Voltando aos russos, para Okunev, geopolítico russo da atualidade, “a ideia fundamental da Escola Eurasiana (em qualquer tempo) é que a Rússia não é Europa, nem Ásia, formando um sistema geopolítico específico”. (OKUNEV, 2013). Tal constatação seria revolucionária na medida em que preconiza para os russos a liderança de um processo de hegemonia que não se centraria nem no Atlântico Norte (EUA e seus aliados) nem no Leste da Ásia (China), mas na Eurásia.

Para Tomé, por sua vez, pode-se ver rasgos de certa nostalgia imperial nessa nova concepção geopolítica:

“A perda do estatuto de grande potência internacional traduzir-se-ia numa nostalgia imperial e num ressentimento antiocidental, com a emergência de uma linha restauracionista e de um neo-urasianismo em que se valorizam a História e as qualidades da posição geográfica da Rússia” (TOMÉ, 2007).

Isakova e Ersen fornecem definições bem similares, e sintéticas, sobre a origem do fenômeno em estudo: “o Eurasianismo atual combinaria o pensamento geopolítico do Eurasianismo histórico, com conceitos da geopolítica clássica pensada por homens como Mackinder, Haushofer e outros; além disso, projetando a dissolução da cultura ocidental, tida como decadente, usariam partes do pensamento do Tradicionalismo Ocidental, como René Guenon e Julius Évola, e da Nova Direita europeia como do francês Alain de Benoist e do belga Jan Tiriart”. (ERSEN, 2004, p.03: ISAKOVA, 2005, p.15).

4.2. A FRAGMENTAÇÃO DO EURASIANISMO

Desde o surgimento do pensamento eurasiático original, pelos chamados “emigrados” - ainda nos anos 1920 – o pensamento eurasiático sofreu diversas alterações e acréscimos. Tais mutações, ocorridas ao longo do século XX, e realizadas por teóricos como Lev Gumilev buscaram dar maior consistência filosófica ao mesmo, sem contudo dar muita ênfase às questões políticas (LARUELLE, 2008). A politização

do tema, e sua aplicação prática, é resultado que se deve a Alexandr Dugin e seus colaboradores, incluindo militares e diplomatas.

Desses teóricos, podemos destacar: Evgenii Primakov, ex-ministro de Relações Exteriores da Rússia, Genadii Ziuganov, político ligado ao Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), Alexandr Prokhanov, Alexandr Panarin e, principalmente, o já citado cientista político Alexandr Dugin (BASSIN, 2005). Todos os citados procuraram, de uma forma fornecer sua interpretação sobre a melhor forma de usar a ideologia em prol de um declarado projeto de renascimento do poderio Rússia.

De uma forma geral as diversas correntes de eurasianismo que se formaram no início dos anos 1990 se devem à desilusão com o fracasso das reformas seguidamente prometidas pelos governantes do Estado russo em crise. Inicialmente, o desgaste se deu pelo fracasso das reformas liberais de Michail Gorbachev, conhecida como *perestroika*, e das reformas ocidentalizantes de Boris Yeltsin. Ambas, por seus resultados catastróficos, levaram os eurasianistas para a proximidade dos círculos nacionalistas e comunistas russos que tanto tinham evitado (LARUELLE, 2008, p.87).

Cabe destacar que além desse pensamento acadêmico, temos que o Eurasianismo, até pela participação de funcionários públicos de alto escalão no movimento, se imiscuiu profundamente no pensamento governamental russo, especialmente a partir da ascensão de Vladimir Putin ao poder, em meados de 1999.

4.2.1. ORIGENS: O EURASIANISMO CLÁSSICO

O Eurasianismo clássico, como foi relatado mais acima, sem esquecer as raízes profundas do pensamento no século anterior, é fruto do trabalho intelectual de refugiados russos brancos que fugiram da Rússia após a Revolução Comunista de 1918. Face a essa situação instável eles buscaram criar uma ideologia reativa ao internacionalismo explicitado pelo Comunismo Soviético. De fato, os intelectuais que pensaram o Eurasianismo vieram como equivocados não somente os revolucionários soviéticos (bolcheviques), mas também os chamados ocidentalistas.

O trabalho seminal acerca do pensamento surgiu com uma coleção de artigos chamado “Êxodo para o Leste”, cujos autores principais foram Nikolai Trubetzkoy, Petr Savitskii, Petr Suvchinsky e Georges Florovsky. O pensamento eurasiático via a Rússia como uma civilização única: nem europeia nem asiática (BARBASHIN e THOBURN,

2014). Outros pensadores, por contraste, indicavam que o eurasianismo já seria uma síntese das civilizações europeia e asiática.

Para Dugin, os eurasianistas originais buscaram criar uma civilização que não precisasse mais do modelo europeu. Ela combinaria pensamentos variados tais como: tradição, conservadorismo, conceitos eslavófilos misturados “com algumas noções contemporâneas no campo da geopolítica (Savitsky), linguística estrutural (Trubetskoy), direito (Alexeev), história científica (G.Vernadsky) e daí por diante” (DUGIN, 2014b).

Os eurasianistas clássicos certamente desenvolveram uma teoria bem mais profunda cientificamente, por sua abrangência, do que a do próprio Dugin. Este deve ter pinçado apenas parte dos conceitos originais eurasianos visto porque eles pretendiam uma base ideológica para um renovado regime czarista na Rússia, situação essa deplorada por Dugin (LARUELLE, 2008, p.115).

Portanto, a característica essencial do pensamento clássico foi a sua profunda oposição aos valores irradiados a partir da Europa, com bem como seu caráter: autoritário, coletivista, messiânico, místico entre outros contrastes com a tradição liberal perseguida no Ocidente. Além disso, essa vertente eurasiana original foi talhada para ser uma ferramenta útil para a disputa de poder no interior da Rússia na luta desigual contra os comunistas no poder. Não tinha um caráter expansionista, mas sim restauracionista.

4.2.2. O EURASIANISMO DE TRANSIÇÃO

Entre os eurasianistas clássicos e o que as modalidades mais recentes, surge o pensamento de Lev Gumilev em meados do século XX. Segundo Laruelle, Gumilev seria o liame entre os eurasianistas clássicos e os contemporâneos, dando solução de continuidade a um ideário que incluía a crença: no “destino manifesto” - que persiste através dos tempos - para os povos da Eurásia; na aliança entre as civilizações turca e eslávica, viabilizada durante o domínio mongol; na superioridade dos eurasianos sobre os europeus e na profunda rejeição ao Ocidente (LARUELLE, 2008, p.81).

Dentre os conceitos filosóficos destacados por Lev Gumilev, e acolhido pelo Eurasianismo recente foram o da etnogênese e o da passionalidade, já mencionados no início do capítulo. Para Gumilev, a etnogênese seria a maneira “pela qual as nações

são originárias da regularidade do desenvolvimento das sociedades”. Já a passionalidade seria “a propensão humana em se sacrificar em prol de uma ideologia”. (MATOS, 2012)

O conceito de etnogênese é bastante importante para a retomada do pensamento eurasianista, na medida em que incorpora a ideia de que os russos, isolados na porção norte do Heartland de Mackinder e, mesmo assim, subjugados – ainda que temporariamente – pelos mongóis foram assim preservados contra qualquer expansionismo ocidental antes da “era colombiana” de Mackinder. (MACKINDER, 1904; PETERSEN, 2011; KAPLAN, 2013).

Um outro conceito filosófico muito importante para o presente estudo, reverberado por Gumilev e recorrente em todas as correntes eurasianas, é a ideia de que não haveriam valores humanos universais. Segundo eles tal concepção universalista seria de origem ocidental, não havendo provas da existência da humanidade como entidade histórica.

4.2.3. O EURASIANISMO FILOSÓFICO DE ALEXANDR PANARIN

O pensamento de Alexandr Panarin é considerado pela maioria dos autores consultados como o de maior densidade filosófica, se destacando inclusive do eurasianismo mais político pensado por Alexandr Dugin. Apesar de ter mantido um certo afastamento dos eurasianos expansionistas, no final de sua vida Panarin chegou a participar do Congresso Eurasianista organizado por Dugin em 2002.

No regime soviético Alexandr Panarin, então já professor de Ciências Políticas na Universidade de Moscou, era considerado um dissidente moderado. Durante os anos 1970 e 1980, Panarin frequentou o círculo de interessados na Social-Democracia (LARUELLE, 2008, p.87).

Com a abertura para o Ocidente capitaneada por Gorbachev, a partir de 1985, Panarin foi um dos mais conhecidos defensores de uma Ocidentalização positiva¹⁷ da Rússia. Segundo Laruelle, “ele advogava a gradual introdução da democracia que ofereceria as vantagens da economia de mercado” enquanto preservaria as que chamava “avanços sociais soviéticos” (LARUELLE, 2008, p.87).

Ao longo dos anos 1990, Panarin desenvolveu o que chamou de Capitalismo

¹⁷ No original: Occidentalism (ocidentalismo positivo) contra Westernism (ocidentalismo tido como negativo) (nota do autor)

Popular, que se tratava justamente da teorização de sua pensada guinada ocidental sem a perda de essência soviética. É que por essa época, Panarin junto com outros russos nacionalistas, via seu país no auge da ocidentalização “negativa” de Yeltsin: “he felt that the Westernizers were engaged in an assault on Russian society, degrading national culture by their boundless admiration for the West, and creating a blend of capitalism, corruption, savage privatization, and the theft of the country’s resources”¹⁸ (LARUELLE, 2008, p.87).

No capitalismo popular, o Estado teria que ser eminentemente forte, para não perder o controle sobre o mercado que, segundo Panarin tenderia a ter sempre um caráter centrípeto, desagregador, quando aplicado na Rússia. Esse discurso, que buscava conservar a Rússia unida contra as influências desagregadoras ocidentais gradualmente o fez se aproximar dos círculos “conservadores” russos.

Para Panarin, o futuro Estado eurasiático além de forte, deveria contar com um “regime híbrido”. Isto significaria um regime de mercado livre que preservaria “os avanços sociais do Comunismo”, uma economia nacionalista que teria traços de iniciativa privada, uma ideologia oficial que teria caráter místico e nacionalista. Esta seria pensada por intelectuais com pensamento nacionalista (LARUELLE, 2008, p.99).

Quanto aos povos que viviam na Eurásia, Panarin pensava no papel messiânico do povo russo que “permanece como a única força motora histórica por trás da Eurásia”. Isso quer dizer que a Rússia é a única entidade capaz de liderar e unificar a Eurásia sob sua tutela, rechaçando visões eurasiáticas periféricas como a da Turquia ou do Casaquistão (LARUELLE, 2008, p.101).

Outro ponto interessante do ordenamento ideológico de Panarin, morto em 2003, ou seja, antes da Revolução Laranja da Ucrânia de 2004, e obviamente, da atual crise ucraniana, era sua visão negativa de uma “Rússia Kieviana”. Para ele, o Estado estabelecido na Kiev¹⁹ medieval nada tinha de eurasiático. Sua visão, compartilhada com o Eurasianismo de hoje, é que a Ucrânia seria uma entidade com viés mais europeu do que eurasiático.

O pensamento de Panarin abrangia, ainda, ideias comuns aos demais eurasiáticos com destaque para os seguintes postulados principais: maior aproximação

¹⁸ “Ele notou que os ocidentalistas estavam engajados num assalto à sociedade russa, degradando a cultura nacional em prol de uma admiração sem limites pelo Ocidente, e criando um misto de capitalismo, corrupção, privatização selvagem e o roubo dos recursos do país” (LARUELLE, 2008, p.87, tradução nossa).

¹⁹ Capital da atual República da Ucrânia (nota do autor)

com os países asiáticos, desprezo pelo conceito ocidental de “valores humanitários universais”; pluralidade das histórias civilizacionais: rejeição à globalização, conceito de império multi-étnico, em detrimento do Estado-Nação; existência de embate perene entre Ocidente e a Eurásia, na pós-modernidade (que seria um retorno à tradição autoritária russa), num anti-semitismo moderado, no acima citado, messianismo russo e na rejeição ao Ocidente (LARUELLE, 2008,p.100).

Como vimos essa rejeição ao Ocidente, para Panarin era inicialmente uma restrição. Tal variação ideológica é uma característica marcante do pensamento de Panarin, isto é, de uma posição condescendente com o Ocidente, que via como até certo ponto positiva, Panarin, gradualmente, passou a posições tão ou mais radicais que os postulados “expansionistas” de Alexandr Dugin.

Essa derivação ideológica de Panarin é importante, porque caracteriza precisamente o tipo de variação de identidade que o russo comum pode ter sentido com os seguidos revezes de seu país nos anos 1990. Tal estado de espírito foi aproveitado por políticos como Vladimir Putin para atingir e se consolidar no poder.

O contraste com o pensamento eurasianista de Dugin ocorria especialmente em temas naturalmente polêmicos como a geopolítica. Segundo Laruelle, “he was in search of a philosophy of history rather than a conception of geopolitics, and, unlike Dugin, he never left the sphere of intellectual endeavors for politics” (LARUELLE, 2008, p.88).²⁰

4.2.4. A POLITIZAÇÃO: O NACIONAL-BOLCHEVISMO

Como introdução a esta parte convém notar que no período soviético, ao menos na Rússia, os chamados políticos pró- Ocidente como Gorbachev, Boris Yeltsin Kozirev e outros, eram tidos - internamente - como de “esquerda”, ou seja, queriam a modificação do “status quo” soviético. Os opositores, preocupados com a deterioração do poderio estatal russo eram chamados de nacionalistas e conservadores, sendo considerados de “direita”.

Essa ressalva é importante, porque do ponto de vista brasileiro, a ideia que temos do regime soviético, ou seja, que se pretendia comunista, é que se tratava

²⁰ “ele estava em busca mais de uma filosofia da história do que de uma concepção geopolítica e, ao contrário de Dugin, ele nunca deixou a esfera das realizações intelectuais para as políticas”. (LARUELLE, 2008, p.88, tradução nossa)

portanto de um regime tipicamente de esquerda, na medida em que havia: supressão da economia livre, combate ao individualismo, violenta repressão política, típica de um regime totalitário de partido único. Desse modo, os operadores da glasnost e da perestroika, para o observador ocidental estaria mais à direita do que um partidário da linha dura comunista.

O conceito de nacional-bolchevismo foi o cerne do movimento chamado por Smith (1999) e outros como “Nova Direita russa”, surgido do profundo desacordo com as políticas “exageradamente” (na visão deles) ocidentais seguidas pelo grupo de Boris Yeltsin. À época aludida, ou seja, no começo dos anos 1990, o pensamento do Nacional-Bolchevismo era realizado por Aleksandr Dugin, enquanto o partido era chefiado por personagens de viés nacionalista como Alexandr Prokhanov e Eduard Limonov (SMITH, 1999).

Para Laruelle, o Nacional-Bolchevismo “*bases itself on references that are as nationalist as they are socialist, and presents itself as inherently revolutionary*”²¹. A ideologia do partido pretendia ser uma terceira via às opções ideológicas tradicionais: à direita ou à esquerda. Ainda segundo a autora, os nacionais-bolcheviques queriam permanecer como personagens influentes mas distantes da governança oficial.

Para Akgül, esta vertente do Eurasianismo significava uma versão a que chamou “linha dura”, ou seja, era hostil a todo americanismo, ocidentalismo ou europeísmo que exercesse alguma influência na Eurásia. Segundo este autor os chamados “linha-dura dividiriam-se em modernizadores e expansionistas (AKGÜL, 2005).

Os primeiros, seguindo a linha de Prokhanov, achavam que a União Soviética devia ser modernizada pois propiciaria o tipo de Estado realista, uma entidade imperial, capaz de prover a segurança do espaço eurasiático. Já os expansionistas, liderados pelo pensamento de Dugin viam a antiga União Soviética como um erro, preconizando em seu lugar também um Estado imperial, só que, ao contrário dos anteriores, eles previam uma ação agressiva, além das fronteiras clássicas soviéticas, para controlar, por meio de alianças geopolíticas, toda a Eurásia.

Segundo Zubrin, o nacional-bolchevismo se apresenta como uma ideologia que remete bastante ao nacional-socialismo, da mesma forma que o bolchevismo se relaciona ao socialismo. Esta auto-identificação aberta com o nazismo também é

²¹ baseia-se em referências que são tão nacionalistas quanto socialistas, apresentando-se como inerentemente revolucionário (LARUELLE, 2009, p.55, tradução nossa)

mostrada manifestamente na bandeira do Partido Nacional Bolchevique (PNB) (imagem 09), que parecia exatamente com uma bandeira nazista, com um fundo vermelho circundando um círculo branco, exceto que a suástica negra no centro é substituída por um martelo e foice pretos (ZUBRIN, 2014).

Na condição de teórico do movimento, Dugin propôs um verdadeiro sincretismo ideológico, que foi imediatamente adotado por Edward Limonov e outros dirigentes do grupo. Essa proposta sincretista previa uma aliança mundial entre todos os opositores do pensamento ocidental, tido como relativista. Como a resultante que queriam era a derrota do Ocidente, pouco importava quem seriam os agentes dessa luta. Estes incluíam, sem preocupações com coerência aparente: tradicionalistas católicos, comunistas, nazistas, fascistas, islamitas, hinduístas e outros grupos que na Rússia da época alimentavam crescente ódio aos EUA. Este era visto como o centro do esquema de poder ocidental responsável pela humilhação dos russos.

Imagem 09 – Bandeira do Nacional-Bolchevismo



Fonte: Wikipedia (2014)

Dugin define o Nacional-Bolchevismo como uma “meta ideologia comum a todos os inimigos da sociedade aberta” (no sentido pensado por Karl Popper). Indo mais além o teórico russo afirma que os nacional-bolcheviques seriam uma síntese entre as ideologias totalitárias de direita e de esquerda visando a erradicação da visão

individualista em detrimento do desejado coletivismo (LARUELLE, 2008, p.133).

Mais importante, é com o experimento do nacional-bolchevismo que Alexandr Dugin experimenta alguns conceitos teóricos, como o de centro radical e, partindo deste, das bases de sua famosa proposta da “quarta teoria política”. Quanto ao primeiro, ele afirma que o centro radical seria “uma invenção ideológica russa que não seria nem liberal, nem comunista, nem nacionalista” (DUGIN, 2014b). Esta definição seria a base para a teoria completa que foi proposta mais para a frente, já nos anos 2000 da chamada “quarta teoria política”. Esta seria uma ideologia sintética, destinada a ser a teoria política por excelência do Império Eurasiano e que substituiria os fracassados: Fascismo, Comunismo e Liberalismo, todos com raízes na odiada “modernidade” (DUGIN, 2012).

Um ponto a ser tocado nessa fase nacional-bolchevique de Dugin diz respeito a sua adaptação para o partido do conceito de Nacional-Comunitarismo, do belga Jean Thiriart, que previa a formação de uma “democracia orgânica”, a qual “colocaria o Estado a serviço da comunidade nacional (LARUELLE, 2008, p.128). Ora, essa teoria atende perfeitamente o clamor eurasiático por um Estado vigoroso, a serviço da coletividade e que naturalmente atenderia à sua sonhada volta à Tradição medieval, ou seja, pré-moderna, cujo modelo seria a Alemanha do período.

Em suma, o pensamento nacional-bolchevique preconizava as seguintes ideias: o combate ao individualismo, fomento do coletivismo, interferência estatal sobre a vida privada, combate ao Capitalismo e ao Liberalismo ocidentais. Com isso, podemos notar que o essencial do pensamento eurasiático tradicional estava refletido na roupagem ideológica do nacional-bolchevismo.

Segundo Dunlop, Alexandr Dugin permaneceu ligado ao movimento nacional-bolchevique até meados dos anos 1990, quando então se desliga para se concentrar numa versão expandida do pensamento anterior, com uma carga mais ambiciosa (DUNLOP, 2004).

4.2.5 O EURASIANISMO E OS MILITARES RUSSOS

De acordo com Dunlop, logo depois do fim da União Soviética, Dugin e Prokhanov se aproximaram de círculos militares. Diversos oficiais de alta patente escreveram artigos para a revista “Elementy”, revista voltada para assuntos geopolíticos, editada por Dugin a partir de 1992 (DUNLOP, 2004).

Posteriormente essa aproximação com o estamento militar simpático ao Eurasianismo daria mais frutos para Dugin, porque por volta de 1996 ele concluiu sua obra mais importante para a geopolítica eurasiática: Os Fundamentos da Geopolítica – o futuro geopolítico da Rússia.

Sobre esta obra, Dunlop acredita que ela recebeu grandes contribuições de elementos do Alto Comando militar russo, como o General Igor Rodionov (imagem 10), então comandante da Academia do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da

Rússia (DUNLOP, 2004; SHLAPENTOKH, 2009, p.27).

Dunlop prossegue explanando acerca do grande interesse que a ideologia eurásiana sempre despertou nos militares russos com formação na Academia do Estado-Maior Geral, quanto no chamado GRU, ou serviço militar de inteligência das Forças Armadas Russas (DUNLOP, 2004).

O interesse dos comandantes militares pela doutrina eurásiana não é recente. Como é notório, o estudo da Geopolítica e outros assuntos afins está no currículo das diversas

Escolas de Estado-Maior pelo mundo afora, desde a época da criação da estrutura pelos prussianos. Tal preocupação não era diferente nas escolas militares superiores da antiga União Soviética, apesar do assunto ser tratado com reservas para observadores externos.

Conforme Santos, o pensamento geopolítico militar russo, desde o final da 2ª Guerra Mundial, sempre passou por figuras como o Marechal Sergey Shtemenko e o Almirante Sergei Gorshkov. O pensamento desses dois militares sempre levou em conta a Rússia (então União Soviética) como uma potência terrestre, mas já adotando em meados do século XX, diversos conceitos do eurásianismo contemporâneo (SANTOS, 2004).

Em seu artigo sobre o Eurasianismo, Santos destaca elementos da grande estratégia soviética nos seguintes termos:

“Nos seus planos estratégicos (do Gen Shtemenko), bem como nos do Almirante Gorshkov, estava, desde 1948, a penetração econômico-cultural no Afeganistão, afirmando que aquele país tinha um papel geopolítico especial, permitindo o acesso soviético ao Índico” (SANTOS, 2004)

Tal pensamento de atingir o Oceano Índico, ou seja, “portos com águas quentes”, como já citamos a partir Isakova (2005), vem desde as primeiras expansões territoriais russas, sob Ivan, o Terrível. A seguir prossegue Santos:

Imagem 10 – General Igor Rodionov



Fonte: vladimir-pelevin blogspot (2014)

“Um dos herdeiros das ideias geopolíticas e geoestratégicas de Shtemenko foi o Marechal N. V. Ogarkov. Foi ele o responsável pela montagem da operação contra a Checoslováquia (em 1968), em que os serviços de informações da OTAN foram confundidos com uma contra-informação excelentemente conduzida, e também pela adopção de uma opção doutrinária de guerra convencional na Europa, como objectivo de planeamento e desenvolvimento militar” (SANTOS, 2004).

Daí temos que o Marechal Ogarkov é justamente o militar citado por Dugin, ainda nos anos 1980, como sendo “an outstanding geopolitician, strategist and eurasian.”²² (DUNLOP, 2004).

Dentre os militares com franco conhecimento dos postulados eurásianos em anos recentes destaca-se o General Leonid Ivashov (imagem 11). Este, coronel-general (equivalente a um general de exército brasileiro), atualmente na reserva, é o vice-presidente da Academia de Problemas Geopolíticos Russos, em Moscou. Para Dunlop seria um dos colaboradores do livro “Fundamentos da Geopolítica”, de Alexandr Dugin. Para Smith, ele advoga um pensamento similar ao de Dugin no sentido de que a Rússia é o centro da Eurásia e que sua postura internacional deve ser sempre contrabalançar os EUA (DUNLOP, 2003; SMITH, 2005).

Imagem 11 – General Leonid Ivashov



Fonte: Voltairenet.org (2014)

O pensamento de Dugin e Ivashov já foi mais próximo, mais segundo Shlapentokh, os dois vem divergindo em alguns pontos como por exemplo: a) Dugin deplora a China, preferindo o Japão como parceiro; já Ivashov, mais pragmático vê a China como parceiro ideal para a Rússia na Ásia; b) Dugin aceita certa interação com o que vê como faceta positiva do Ocidente; mas Ivashov rejeita qualquer ligação com o mesmo; c) Dugin vê a parceria, por exemplo, com o Irã, do ponto de vista mais geopolítico; Ivashov já vê os russos como aliados culturais do Irã; d) Dugin vê a Alemanha e a França como eventuais aliados, enquanto Ivashov, os vê como aliados da OTAN contra a Rússia (SHLAPENTOKH, 2009, p.27 e 28).

²² “um geopolítico, estrategista e eurásiano formidável.” (DUNLOP, 2004, tradução nossa).

4.3 A SÍNTESE: O NEO-EURASIANISMO DE DUGIN

Antes de prosseguir, e para fins de esclarecimento, é bom dizer que alguns atores, entre eles o próprio Dugin, costumam tratar o Eurasianismo atual por Neo-Eurasianismo (LARUELLE, 2008); outros, ainda, como Modelo Neo-Eurasiano (ISAKOVA, 2005).

Imagem 12 – Alexandr Dugin em 2014



Fonte: BBC (2014)

Para fins de simplificação, a partir daqui, a variante de Dugin, por objeto principal dessa pesquisa, será tratada simplesmente como Eurasianismo.

O cientista político Alexandr Dugin (imagem 12) é o teórico e difusor do Eurasianismo russo cuja versão vem sendo a mais difundida fora da Rússia, a partir de meados dos anos 1990. A ideia central de Dugin, e base ideológica do Eurasianismo, é que a história mundial confunde-se com uma longa luta entre os poderes marítimos (talassocracias) e poderes terrestres (telurocracias). Nesse mesmo rumo, completa Laruelle que o essencial do pensamento de Dugin seria que ele “combines the classic Eurasianist theories with this bipolar division of the world into sea-based and land-based powers, or thalassocracies and telurocracies and links them to various concepts from Russian thought” (LARUELLE, 2008, p.116)²³.

Assim, os grandes conflitos, ou desacordos, mundiais seriam reduzidos sempre à dicotomia poder marítimo contra poder terrestre. Como exemplos, no campo das disputas de poder, teríamos conflitos como: Atenas x Esparta, Cartago x Roma, Grã-Bretanha x França Napoleônica, EUA x URSS. Já no campo ideológico teríamos: Cristianismo Ocidental x Cristianismo Ortodoxo, Individualismo x Coletivismo, Capitalismo x Socialismo, Ocidente x Oriente.

Tal visão difere da maioria dos demais teóricos eurasianistas justamente por se basear em pensadores de lavra ideológica variada, nem sempre russa, como por exemplo: o britânico Halford Mackinder (Teoria Geopolítica do Poder Terrestre), o

²³ “combina as teorias do eurasianismo clássico com esta divisão do mundo em poder baseado no mar e poder baseado na terra, ou talassocracias e telurocracias, e os liga a vários conceitos do pensamento russo” (LARUELLE, 2008, p.116, tradução nossa)

alemão Karl Haushofer (Teoria Geopolítica do Espaço Vital), os franceses René Guénon (Teoria do Tradicionalismo Espiritual) e Alain de Benoist, o italiano Julius Évola (Teoria do Tradicionalismo Político), além do belga Jean Thiriart (Teoria do Nacional-Comunitarismo).

Em recente entrevista, Dugin afirma que seu pensamento como um todo foi influenciado principalmente pelas seguintes teorias: pelo Tradicionalismo, pela Nova Direita europeia (conceito de “Revolução Conservadora”), pelo Eurasianismo do começo do século XX e pelos Geopolíticos Clássicos (Mahan, Mackinder, Haushofer e Spykman) (DUGIN,2014b). É bem verdade que o pensamento de Dugin pode ter recebido mais influências²⁴ que as por ele mesmo descritas mas passaremos a dar ênfase às expressadas como principais por ele mesmo.

O Tradicionalismo Ocidental, paradoxalmente, é o primeiro contribuinte das influências de pensamento sofridas por Dugin. A influência tradicionalista sobre ele advém dos primeiros contatos do pensador russo círculos de estudiosos do francês René Guénon, no final dos anos 1970, ainda na época soviética. Dugin afirma que foi a partir de seus estudos sobre os tradicionalistas que “escolheu seu lado do campo definitivamente, ou seja: ficar ao lado da Tradição contra o Modernismo e o Pós-Modernismo”. Ele assevera que o Tradicionalismo é central para todo o seu trabalho filosófico posterior (DUGIN, 2014b).

O Tradicionalismo de Guénon teve seu pico intelectual, mais ou menos, simultaneamente com os Eurasianistas emigrados, no início do século XX. Os tradicionalistas guénonianos acreditam na chamada “Tradição”. Este é um conceito que se baseia na existência de um mundo que só seria completo se baseado em princípios religiosos, filosóficos e sociais. Tal mundo, ao menos no Ocidente, teria desaparecido a partir do século XVI (LARUELLE, 2006, p.09).

Para Sedgwick, Guénon propôs que fosse recriado o ambiente cultural anterior à chamada modernidade. Na verdade, ia mais além, querendo resgatar a chamada “filosofia perenial”, ou seja, aquela que representaria “the central religious truths behind all the major world religions”²⁵ (FITZGERALD, 2004).

Como no entender de Guénon, esse respeito pela tradição só teria

²⁴ Segundo Laruelle: da Ortodoxia cristã, do Arianismo e do Ocultismo (LARUELLE, 2006, p.)

²⁵ “as verdades religiosas centrais por trás de todas as principais religiões mundiais” (SEDGWICK,2004, tradução nossa)

permanecido nas filosofias orientais (Confucionismo, Taoísmo, Bramanismo e outras), a sua proposta seria a adoção de uma nova cultura europeia, e logo ocidental, sem a profunda influência da herança judaico-cristã original. É de Guénon, por exemplo, algumas idéias cara ao Eurasianismo Contemporâneo, como por exemplo, a questão da negação da civilização universal proposta pelo Ocidente²⁶.

Na Rússia, segundo Shekhovtosov e Uрман, as primeiras idéias do Tradicionalismo Integral de Guénon, somente começaram a circular nos anos 1990, justamente por meio de publicações feitas por Alexandr Dugin (SHEKHOVTOSOV, ULMAN, 2009). Para Dugin, o Tradicionalismo – nos termos expressados por Guénon, e mais precisamente, como veremos abaixo, por Julius Évola - se adequaria perfeitamente à Rússia, que estaria sofrendo forte influência da modernidade ocidental, tendendo assim a se enfraquecer como etnia.

Segundo Laruelle, o pensamento eurasiático seria mais próximo do discípulo de Guénon, o italiano Julius Évola. Este, diferentemente de Guénon desenvolveu um pensamento tradicionalista mais politizado, menos espiritual. Longe de tentar ser autêntico, baseado nos pressupostos de Évola, Dugin desenvolve a idéia de “russificar” o Tradicionalismo, o que desencadeou por exemplo a convicção em criar um partido russo nos termos tradicionalistas (LARUELLE, 2008, p.122 e 123).

Outra opinião sobre o entendimento de Dugin acerca do Tradicionalismo de Guénon, corroborando Laruelle, pode ser obtido junto a Shekhovtosov e Umland. Para estes autores Dugin estaria longe do tradicionalista típico que defende a *Philosophia Perennis*, sendo contudo mais próximo ao pensamento de Julius Évola. Para os autores, o Neo-Eurasianismo de Dugin usa o pensamento de Guénon: “as an arsenal of unconventional terms and offbeat notions—freely reagggregated in Dugin’s worldview—rather than as an organic precursor or ideational foundation of “neo-Eurasianism”²⁷(SHEKHOVTOSOV, ULMAN, 2009).

Definindo-se como pós-Guénoniano, Dugin discorda do mestre, ao dizer que ao contrário de Guénon, ele via a espiritualidade perdida pelo Cristianismo – outro elemento básico para os tradicionalistas ocidentais - como não aplicável à Igreja Ortodoxa. Esta, face ao seu afastamento dos sucessivos concílios que transmutaram

²⁶ “so long as western people imagine that there only exists a single type of humanity, that there is only one ‘civilization’, at different stages of development, no mutual understanding will be possible”

²⁷ “como um arsenal de termos pouco convencionais e noções excêntricas – livremente reagregadas na visão de mundo de Dugin – ao invés de precursor orgânico ou fundação ideológica do neo-eurasianismo (SHEKHOVTOSOV, ULMAN, 2000, tradução nossa)

a espiritualidade ocidental do Catolicismo (e logo: do Protestantismo), teria preservado o vigor da tradição original cristã (LARUELLE, 2008, p.123).

Na década seguinte (anos 1980), Dugin inicia sua aproximação com o pensamento ideológico de direita, tendo sido membro da organização de extrema-direita Palmyat, mas descontente com a nostalgia do movimento pelo Czarismo (que deplora), entre outras restrições, deixou o grupo após pouco tempo (DUNLOP, 2004). Posteriormente, nessa tendência ideológica de extrema direita, um pouco tardiamente, segundo ele próprio Dugin conhece o pensamento da “Nova direita” europeia, de Alan de Benoist, um intelectual francês de quem o russo se torna amigo (DUGIN, 2014b).

O pensamento da Nova Direita, ou “Nouvelle Droit”, é basicamente contra a intrusão de influências externas na Europa, como por exemplo: o Liberalismo norte-americano, a Globalização e o Multiculturalismo. Da Nova Direita, Dugin destaca a importância do conceito de “Revolução Conservadora” como forma de escapar da armadilha da destruição da civilização por conta da vida moderna para ele tida como decadente.

Além disso, a Nova Direita forneceu a Dugin ideias como a superação dos conceitos tradicionais entre direita e esquerda, bem como a sua intercambia idade em prol de uma nova postura ideológica: o “centro radical”. Este, seria “radical nas doutrinas políticas e filosóficas, mas centrista pela virtude de seu suporte ao presidente no poder”. Dugin mesmo comenta que ele está “definitivamente” à esquerda no que tange a questões econômicas. Com isso em mente, é impossível dizer simplesmente que Dugin é ligado à direita ou à esquerda do espectro ideológico (LARUELLE, 2008, p.127 e 141).

Neste ponto é bom esclarecer que Dugin não é bem aceito, e vice-versa, por personalidades do grupo nacionalista russo, quer seja à esquerda, quer seja à direita. Dentre eles, podemos destacar: Eduard Limonov (até o fim da parceria com os nacional-bolcheviques), Gennady Ziuganov (do PCFR, de extrema-esquerda) e Vladimir Zhirinovsky (PLDR, de extrema-direita), apesar de ter influenciado bastante o pensamento deles (LARUELLE, 2008, p.127).

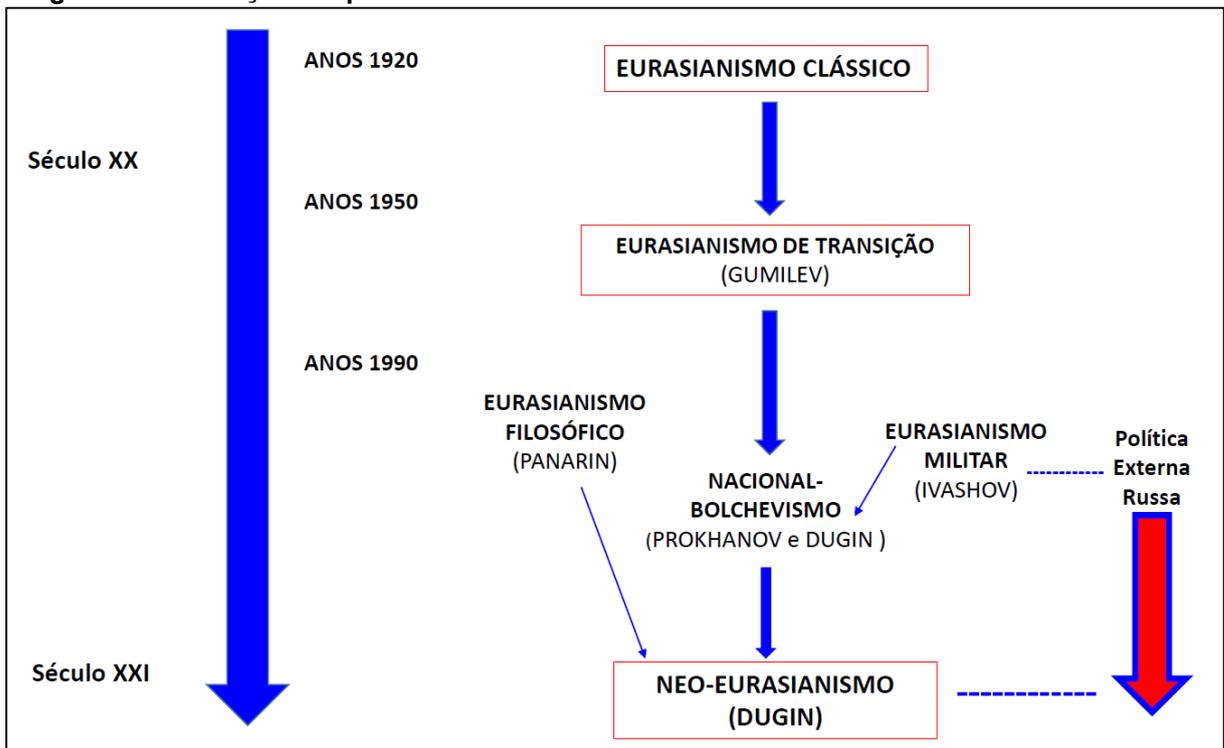
Como dissemos acima, Dugin acredita que o modelo estatal da Alemanha pré-moderna, um estado comunitário a seu ver, seria o ideal para a futura Eurásia. Neste ponto é bom que se diga que Dugin expressamente deplora as teorias raciais aplicadas pelos alemães ao longo do 3º Reich. Contudo, apesar dessa ressalva Laruelle, comenta que a aproximação com o pensamento de de Benoist e outros

“novos direitista” não tira de Dugin a suspeita de um anti-semitismo ambíguo (LARUELLE, 2008, p.142).

Outro contribuinte relevante é o Eurasianismo dos anos 1920/1930. Apesar dessa influência, o trabalho intelectual de Dugin, como falado acima difere das propostas originais dos “emigrados”, especialmente em questões geopolíticas. Enquanto os eurásianos originais pensavam a Eurásia como se situando entre “a Grande Muralha da China”, no leste, e as montanhas dos Cárpatos a oeste, o pensamento de Dugin, por sua vez, como veremos, é muito mais abrangente.

Contudo, os eurásianos proveram Dugin com diversas ideias por ele aproveitadas na presente síntese, dentre tais “intuições corretas” temos: a aversão à cultura ocidental, o domínio mongol como modelo e definidor da identidade russa, o conceito do “terceiro continente” (a Eurásia), bem como suas alusões recorrentes a tradição e ao conservadorismo (LARUELLE, 2008, p.115)

Imagem 13 – Evolução temporal dos Eurasianismos



Fonte: idealizado pelo autor

Finalmente, o pensamento de Dugin buscou muitos pontos da Geopolítica Clássica da parte inicial do século XX. Dentre os conceitos repetidos por Dugin podemos notar claramente: o Heartland e o poder terrestre de Mackinder, o poder naval de Mahan, as grandes regiões de Haushofer, Segundo Dugin “picked up the

idea of the fundamental role of geographical position as the force that defined the nature of the state and corresponding societies' political culture and aspirations". (SHLAPENTOKH, 2009, p.14)²⁸.

Em um conjunto teórico que será mais detalhado adiante, o "Grande Espaço" civilizacional" eurasiático de Dugin abarcaria a maior parte da "ilha-mundo", incluindo além da Rússia, o chamado "exterior próximo" (países da ex-União Soviética) e os países da União Europeia. Mais adiante, Dugin imaginava a Eurásia também composta, a leste, por territórios chineses e, para sul, alguma forma expansão territorial até o Oceano Índico (vide capítulo 5, na sequência).

Um problema prático do pensamento de Dugin será prover a exata dimensão do que seria ser "russo" no sentido étnico, "russo" no sentido político, "eurasiático" e afirmar categoricamente que lugar ele reserva para as minorias e ao Islã na Rússia Eurasiática (ISAKOVA, 2005). Nesse ponto torna-se interessante apresentar uma breve discussão acerca da questão da identidade russa no mundo de hoje.

4.4 O EURASIANISMO E A QUESTÃO DA IDENTIDADE RUSSA

Como vimos acima, o Eurasianismo é uma ideologia que procura fornecer, entre outras coisas, condições objetivas para a confirmação da Rússia como uma potência digna de nota no cenário internacional. Nesse prumo, os eurasiáticos prezam muito o reforço da identidade nacional russa para dar base a esse renascimento mas como uma potência eurasiática.

Conforme o expressado por Segrillo, em seu estudo sobre a democracia na Rússia, e outros autores já citados anteriormente, ainda hoje é possível identificar três correntes de pensamento sobre a identidade russa: a ocidentalista, a eslavófila e a eurasiática. Tais correntes, discutiam, e ainda discutem, entre si para definir se a Rússia seria um país europeu (ocidental), asiático, os dois anteriores, simultaneamente, ou nenhum dos dois, sendo assim uma civilização única (SEGRILLO, 2012, p.100).

Os primeiros a rechaçar formalmente o pensamento acerca da identidade russa como sendo ligada, umbilicalmente, quer ao Ocidente, quer ao Oriente, foram

²⁸ "adotou a ideia do papel fundamental da posição geográfica como a força definidora da natureza do estado e da cultura política e aspirações das referidas sociedades." ((SHLAPENTOKH, 2009, p.14, tradução nossa).

os eurasianos clássicos, do início do século XX. Laruelle afirma que o Eurasianismo de então foi o único a questionar a identidade russa com dúvidas sobre a legitimidade do Estado russo face a sua ambivalência geográfica, ou como um império russo poderia ser restabelecido sem trazer de volta o que chamaram de “nostalgia czarista” (LARUELLE, 2008, p.46).

O pensamento de Dugin, eclético apesar de complexo, assegura a ele uma grande popularidade, especialmente no que interessa ao público mais jovem. Este, por paradoxal que seja, parece atraído justamente pelos pontos ocultistas e excêntricos de seu pensamento que o afastam costumeiramente das correntes nacionalistas tradicionais (LARUELLE, 2008, p.142).

Mais à frente, ao discutir a o afastamento de Dugin dos círculos nacionalistas clássicos russos, tanto à direita, quanto à esquerda, Laruelle comenta que Dugin “attempts to dissociate the question of identity affirmation from the question of Nationalism”²⁹. Ele prefere uma versão mais elaborada de nacionalismo e que permita o máximo de agregação com os povos da Eurásia, em especial os turcos outras nacionalidades não-russas. Essa visão “desapaixonada” do nacionalismo russo foi outra causa do afastamento de Dugin de homens como Ziuganov (nacionalismo de esquerda) e Zhirinovsky (nacionalismo de direita).

Para reforçar essa identidade russa, os eurasianistas dão muita ênfase à renovação dos valores espirituais para garantir esse retorno do status de grandeza imperial perdido no passado. Uma questão importante é que essa volta à tradição, ou seja, ao passado original russo, implica num repúdio a quase todos os valores prezados pelo chamado Liberalismo Ocidental.

Um conceito interessante nessa busca pelo passado perdido é o conceito de *Dasein*, originalmente cunhado pelo filósofo alemão Martin Heidegger, e que Dugin adotou particularmente na obra em que propôs uma quarta teoria política, em substituição às três anteriores: o Liberalismo, o Fascismo e o Marxismo. Estas, tidas pelo pensador russo como modernas, devido a essa característica estavam fadadas ao fracasso (DUGIN,2012).

Para Heidegger, o *Dasein* seria a condição fundamental do ser humano. Ele estaria solto no mundo sem saber o porquê dessa situação, sendo portanto uma identidade em plena construção. Assim, o futuro do ser humano seria indeterminado, da

²⁹ “tenta dissociar a questão da afirmação da identidade da questão da nacionalismo” (LARUELLE, 2008, p.128, tradução nossa)

mesma forma que seu passado. Segundo Dugin, Heidegger afirmou que a maioria da atividade humana estaria centrada mais no “fazer” do que no “ser”, ou seja, nos aspectos existenciais do indivíduo, sendo que este último seria o chamado *dasein*.

A partir desse conceito Dugin teoriza que diferentes culturas teriam diferentes *dasein*. Desse modo, as diferenças culturais seriam baseadas não em raça, classe, gênero mas em diferentes *daseins*. Com isso, o mundo não teria estados-nações, mas impérios, baseados nos *daseins* particulares que teriam suas fronteiras definidas pelos grupos de pessoas com laços existenciais similares (DUGIN, 2012).

Por contraste, como vimos na parte sobre o Atlantismo, a agenda ocidental recomendada para todo o mundo, justamente com o “fim da história” materializado pelo ocaso da União Soviética englobaria características deploradas pelos eurásianos como por exemplo: a crença no individualismo, o incentivo ao consumo, a liberalização comercial, a defesa nos direitos humanos, o incentivo ao Estado de Direito, a preocupação ambiental entre outros valores liberais (MEAD, 2014).

Ocorre que o Eurasianismo vê os países do Ocidente como o principal interessado no enfraquecimento internacional da Rússia. É bom lembrar que o Eurasianismo atribui justamente à disseminação de valores ocidentais, tidos como decadentes, entre a população russa para o enfraquecimento da entidade estatal Rússia como personalidade internacional.

Os russos, no rescaldo da dissolução da União Soviética, em 1991, puderam contemplar o recuo internacional, sem precedentes, da estrutura estatal em vigor até então. Como já foi visto, as fronteiras russas regrediram à menor extensão desde o século XVIII, no reinado de Catarina II (KAPLAN, 2013, p.63).

Sobre isso, aliás, é bom saber que eurásianistas consideram o czar Pedro, o Grande, um traidor e inimigo da Rússia, por suas ideias e ações em prol da ocidentalização do império naquele período, preferindo a isso o jugo tártaro-mongol (BARBASHIN e THOBURN, 2014).

Além disso, em que pese o caráter totalitário do regime encerrado com o esgotamento do regime soviético, os russos não esperavam que o fim do ciclo comunista causasse a perda de tanto prestígio internacional. Logo, o inconformismo popular começou a ser atribuído à classe política, tida como incompetente.

Esse enfraquecimento nacional russo, portanto, calou profundamente no cidadão russo comum, causando um grande clamor nacionalista no país. Com isso, diversas forças políticas adotaram temas caros a essa parcela da população, a saber:

glorificação das forças armadas russas, visão antiocidental, expansão territorial para as fronteiras soviéticas, autoritarismo político e um crescente papel do Estado na economia (SMITH, 2005).

Ora esse ideário vem constituindo o cerne das políticas adotadas por Vladimir Putin, a partir da chegada de seu partido político, o Rússia Unida, ao poder, de forma completa, a partir do ano 2000.

Como já mencionado, Putin considerou o fim da União Soviética “a maior catástrofe geopolítica (para os russos) do século XX”. A adoção do discurso eurasiático pela liderança política do país, portanto não é pura obra do acaso ou das meras convicções pessoais dessa mesma elite. Na verdade as razões anteriores são o produto de uma mentalidade nacional profundamente impressionada pelo rumo da história.

Em 2005, O’Loughlin e Talbot realizaram uma pesquisa para aquilatar as percepções populares russas no que tange à situação política do país. Os pesquisadores entrevistaram 1.200 cidadãos russos, em entrevistas pessoais que procuraram abarcar as variadas preferências geopolíticas da população do país (O’LOUGHLIN e TALBOT, 2005).

A pesquisa acima demonstrou categoricamente que os cidadãos comuns da Rússia detinham clara compreensão da moldura geopolítica em que o país estava circunscrito. Sobre essa questão do apoio russo aos novos desígnios imperiais russos, Maryia Snegova, pesquisadora da Universidade Columbia, comentou que a sociedade russa “apoia as aspirações imperiais da elite russa porque tais aspirações correspondem a busca russa por sua identidade nacional perdida (SNEGOVA, 2014).

5. O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO EURASIANO

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Significativamente, um dos primeiros autores brasileiros a se deter sob a “reestruturação” geopolítica que a Rússia estaria sofrendo, nesse início de século foi Meira Mattos. Este, em sua última obra literária, “Geopolítica e Modernidade”, já asseverava que:

A Federação Russa, núcleo de poder de Moscou que resistiu ao processo de desagregação da União Soviética, está se reestruturando a fim de vir a ocupar seu lugar no cenário estratégico mundial. Após 10 anos de instabilidade política e econômica, agora sob a liderança do presidente Putin, a Federação Russa anuncia sua nova estratégia: a criação de um centro de poder eurasiático. Isto implica, sem abandonar a doutrina geopolítica de poder terrestre de Mackinder, a formulação de uma nova estratégia que pretende deslocar a área pivô, predominantemente europeia, para uma posição mais a leste, abrangendo maior faixa de território centro-asiático” (MEIRA MATTOS, 2011b, p148).

Para Meira Mattos, ainda no ano 2002, e que sempre viu a Rússia como o representante do poder terrestre, conforme o pensamento de Mackinder, ainda seria cedo para verificar se essa guinada geopolítica russa para leste efetivamente daria certo. É certo que tal mudança representaria um abandono da opção cultural europeia realizada por Pedro, o Grande, ainda no século XVIII, por uma eurasiática no século que se inicia (MEIRA MATTOS, 2011b).

O britânico Halford Mackinder expôs seu pensamento por meio de seu famoso artigo de “The Geographical Pivot of History”³⁰ onde apresentou diversos conceitos que seriam depois utilizados, e refinados, por diversos geógrafos como por exemplo: Karl Haushofer, teórico da geopolítica da Alemanha nazista, e Arthur Spykman, autor da teoria das fímbrias, cerne da estratégia ocidental de contenção da antiga União Soviética.

Dentre tais conceitos destacados por Mackinder podemos destacar: o do *Heartland*, o do *Crescente Interno* e o do *Crescente Externo*, a seguir brevemente descritos.

³⁰ O pivô geográfico da história (tradução nossa).

O *Heartland*, segundo Mackinder, seria o coração da Eurásia (porção estratégica dos continentes da Europa e Ásia) que, “vedado à penetração (ofensiva) marítima, seria suscetível à mobilidade dos povos nômades”. Tal mobilidade se deve às estepes (planícies gramíneas ali existentes) permitindo assim investidas bélicas desses povos tanto a leste (China), a sul (Oriente Médio) e a oeste (Europa). Aliás, segundo Mackinder, a ascensão europeia, especialmente a partir do século XV e XVI seria o “resultado do desafio secular contra as invasões asiáticas” (MACKINDER, 1904).

Para Petersen, o Heartland seria “o espaço terrestre fechado, inacessível a navios” que se desenvolveria, de leste para oeste, da Europa Oriental até o interior da Sibéria oriental, e de norte a sul, do Círculo Polar Ártico até os desertos da Ásia Central. Mesmo descontando os avanços tecnológicos que suplantaram (PETERSEN, 2011).

Para Kaplan, ligado ao renomado centro de estudos estratégicos STRATFOR, alinhado com o pensamento dos EUA e da OTAN, o Heartland, tão somente corresponderia ao Cazaquistão atual. Segundo ele:

“(o Cazaquistão) é rico em todos os recursos naturais estratégicos e situado no miolo da Eurásia, se alargando pela Sibéria Ocidental e Ásia Central – e possui uma largura de 1800 milhas que vai do Mar Cáspio, no oeste, até a Mongólia exterior, no leste. Os (montes) Urais desenvolvem-se no nordeste do Cazaquistão; os sopés do Tien Shan começam no sudeste do país. O clima do Cazaquistão é tão continental (afastado do mar) em seus extremos que, antes da alvorada, no inverno, a temperatura em Astana (capital do país) pode chegar a -40 °F (ou -40°C)” (KAPLAN,2012, p 114).

Ainda segundo Mackinder, “quem controlasse o *Heartland*, controlaria a Eurásia; quem controlasse a Eurásia controlaria o mundo”. Com isso, ante a ameaça eurásiana de dominação mundial, historicamente, sempre se levantaram as forças da reação, quase sempre identificadas com o “poder marítimo”. Este poder contrário ao terrestre da Eurásia estaria situado no Crescente Interno, ou seja, nas porções de terras emersas que circundavam a leste, sul e oeste, o coração da Eurásia” (MACKINDER, 1904).

Já o *Crescente Externo*, representado pelas terras emersas das Américas, África subsaariana, e da Oceania, seriam o prumo de expansão das potências marítimas, à época de Mackinder, fora do alcance das forças da Eurásia.

Outro geopolítico de destaque utilizado pela escola eurasianista foi o alemão Karl Haushofer. Considerado o ideólogo do expansionismo alemão na Segunda Guerra Mundial, Haushofer emprestou ao Eurasianismo contemporâneo o conceito das grandes regiões de influência (*Pan-Regionen*), chamadas na versão de Dugin, de “grandes espaços”. Tal visão do mundo em áreas de influência, foi imaginada pelos neo-eurasianistas como uma forma de contrabalançar a globalização defendida pelo Ocidente.

Para Dodds, a Teoria das Pan-regiões afirmava que a Alemanha e outras potências da época, como o Japão, deveriam desenvolver seus próprios *hinterlands*, independentes um dos outros, para sustentar seus super-organismos, segundo o postulado por Ratzel, viabilizando assim seus espaços vitais (DODDS, 2007, p.33 e 34).

Além das pan-regiões, um outro postulado de Haushofer aproveitado por Dugin diz respeito à necessidade dos alemães e russos se unirem para dominar – conjuntamente – a Eurásia. (KAPLAN, 2012) É preciso lembrar que Dugin e os eurasianistas, igualmente propõe uma aliança com os europeus ocidentais, capitaneados pela Alemanha.

É preciso entender, contudo, que para as elites russas, a parte do pensamento eurasiático que tem mais relevo é justamente a parte geopolítica, conforme o estipulado por Dugin em seu livro “Os Fundamentos da Geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia” e em alguns outros. Tanto é assim que Dugin chegou a chefiar o Comitê de Geopolítica da Duma, a Assembleia Nacional russa; além disso, ele costumava ser assíduo palestrante para plateias militares, diplomáticas e governamentais sobre temas estratégicos e geopolíticos (DUNLOP, 2004).

O livro mais famoso, “Os Fundamentos da Geopolítica”, publicado inicialmente em 1997, obteve grande repercussão entre a elite, civil e militar, russa, sendo até o presente, o livro texto da Academia de Estado-Maior (Escola de Estado-Maior Conjunto da Rússia). De fato, a obra não só teria sido adotada pela Academia de Estado-Maior russa, mas há indício de importantes contribuições de militares de alta patente do país na sua elaboração. A obra basicamente preconiza a busca da hegemonia russa sobre as terras que vão de Dublin a Vladivostok (DUNLOP, 2004; LARUELLE, 2008; MANKOFF, 2012, p.110).

Este livro de Dugin não possui, ainda, versão em línguas ocidentais. Há, contudo, diversos especialistas em Rússia no Ocidente que se debruçaram sobre a

doutrina expressa nesse e em outros livros do autor, como por exemplo o “russianista” John B. Dunlop. Este, em extensa resenha para o inglês³¹ dissecou os pontos mais importantes da obra, transportando para o Ocidente o seu entendimento acerca dos principais pontos do Eurasianismo como expressão geopolítica.

No entender de Dunlop, um especialista em Rússia do Instituto Hoover, já em meados da década de 1990, via-se a indícios na política externa russa de uma atitude que contrastava com as políticas pró-Ocidente que eram a tônica durante os governos Mikhail Gorbachev (ainda na antiga União Soviética) e Boris Yeltsin. Já se notava, portanto, “o esboço de uma nova ideologia para o Estado pos-soviético” (DUNLOP, 2003).

Outro autor que se debruçou sobre o livro de Dugin foi Smith. Para ele, a tese central do livro é que “existe um conflito básico no mundo entre um poder baseado predominantemente em terra e outro poder predominantemente baseado no mar. Tal conflito vem existindo desde a antiguidade, como entre Atenas e Esparta e Roma e Cartago”(SMITH, 2005).

Posteriormente, como resultado da penetração da ideologia eurásiana nos círculos de poder da Rússia, especialmente por causa do já citado livro Fundamentos da Geopolítica, Dugin foi convidado para lecionar tanto na Academia de Estado-Maior quanto no Instituto de Estudos Estratégicos da Rússia. Ao mesmo tempo, passou a ser o consultor geopolítico para a Duma, o parlamento russo, no final da década de 1990 (LARUELLE, 2008).

Com o início da administração Vladimir Putin, em 2000, o Eurasianismo recebe certa atenção da nova administração, destacando os laços de Dugin com figuras notórias da comunidade de inteligência e militar russa. Tais laços são ainda mais evidenciados com a criação do Movimento Eurásia, em 2001. Para Isakova, apesar de o governo russo aceitar, e até mesmo ter apoiado o estabelecimento do Eurásia, em 2001, não se pode afirmar categoricamente que o apoio é irrestrito. A autora apresenta um ponto de vista de que a versão russa seria algo como uma visão intermediária entre a teoria eurásianista pura e as realidades do poder (ISAKOVA, 2005).

O pensamento geopolítico do Eurasianismo atual trata, inicialmente, da imprescindibilidade do retorno de todos os antigos territórios soviéticos, para o

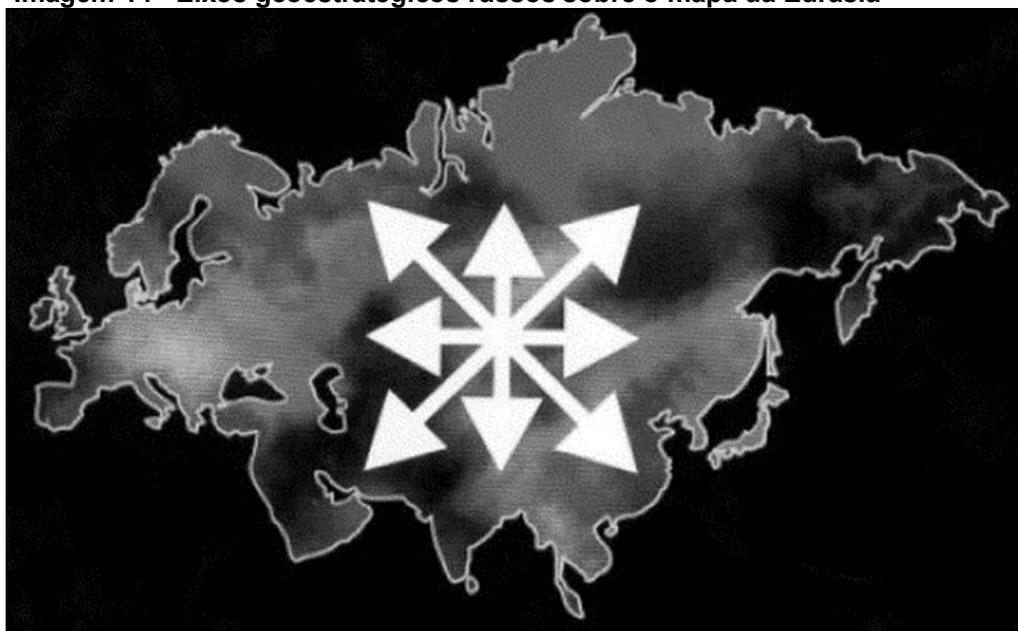
³¹ Ver Alexandr Dugin`s Foundations of Geopolitics, disponível em <http://www.4pt.su/en/content/aleksandr-dugin%E2%80%99s-foundations-geopolitics> (DUNLOP, 2003)

controle russo. Tal retorno deveria ser tentado como todos os métodos de projeção de poder disponíveis, salvo os da guerra, que deveria ficar como última possibilidade. Nesse sentido, fica premente a possibilidade de uso de todos o variado espectro de instrumentos de pressão como por exemplo: a ofensiva diplomática, a pressão econômica e, em casos extremos, a subversão, a desinformação e o terrorismo por parte dos serviços de inteligência e forças especiais russas (DUNLOP, 2004).

5.1. OS GRANDES ESPAÇOS

O Projeto Eurasiano é chamado por seus teóricos como projeto multipolar, ou dos grandes espaços, que propõe um modelo alternativo ao de dominação ocidental chamada nova ordem mundial. Os eurásianos propõem para a geopolítica mundial “o planeta dividido em quatro cinturões geográficos ou zonas meridionais, de norte a sul: a zona Anglo-Americana, a zona Euro-Africana, a zona Rússia-Ásia Central e a zona do Pacífico (TEIXEIRA, 2008).

Imagem 14 - Eixos geoestratégicos russos sobre o mapa da Eurásia



Fonte: www.sciencedirect.com

O cerne dessa ideia dos grandes espaços advém da crença de Dugin de que estruturas “modernas” como o Estado-Nação, ou ainda o “bloco ideológico”, ficariam inviáveis face ao “retorno” do conceito de espaço civilizacional. Segundo Dugin “we need to unite different countries in a centralized geopolitical, economic and social

entity”³² (DUGIN, 2014b). O ponto a ser acrescido dessa afirmação é que a Rússia, no caso da Eurásia, seria o centro desse grande espaço.

O modelo de Dugin das grandes regiões, ou grandes espaços descritos acima é evidentemente multipolar, não prevendo hegemonias, como no modelo unipolar norte-americano. Ocorre que em cada grande espaço, quem vai ter livre desígnio vai ser a potência mais desenvolvida capaz de fazer girar em seu entorno as economias dos demais (BASSIN, 2008).

Para os eurasianistas, a Rússia deve cada vez mais expandir suas relações internacionais, priorizando eixos políticos geoestratégicos que possibilitem a promoção dos interesses estratégicos russos (imagem 14). Segundo Dunlop, em seu estudo sobre a obra “Fundamentos da Geopolítica”, de Aleksandr Dugin, a Rússia vai projetar poder para os seguintes eixos geoestratégicos, de forma prioritária: o eixo Moscou-Tóquio, o eixo Moscou-Berlim e o Eixo Moscou-Berlim.

No entender de Isakova, “o sistema geopolítico ‘transeurasiano’ é descrito como passível de ser formado das seguintes formas: um eixo Berlim-Moscou-Tóquio-Teerã (versão de Dugin) ou como um eixo Berlim-Moscou-Pequim-Nova Delhi-Teerã (versão de Ivashov). De comum, o que sobressai de qualquer um dos eixos acima é a intenção clara de dominar politicamente a ilha-mundo, além de um repúdio aberto aos EUA e seus aliados (ISAKOVA, 2005).

Para Smith, o pensamento de Dugin é o prevalente no movimento eurasiano. Como tal, o pensador russo advoga o maciço engajamento da Rússia com os países do Crescente Interno de Mackinder, ou das Fímbrias, de Spykman, por meio da penetração diplomática, cooptando aliados, ou garantindo a neutralidade, dos mesmos. Tal estratégia seria justamente a construção dos eixos estratégicos: o europeu (Moscou-Berlim), o asiático (Moscou-Tóquio) e o do Oriente Médio (Moscou-Teerã) (DUNLOP, 2004; SMITH, 2005).

Dugin, de fato, admite a formação de um quarto eixo, unindo Moscou aos indianos (Moscou-Nova Delhi), mas deplora, paradoxalmente, qualquer forma de entendimento com a China. Para ele a China, no longo prazo, deve se aliar ao “bloco atlanticista”, não vendo motivos para qualquer integração posterior com a potência asiática (DUNLOP, 2004, SMITH, 2005).

³² “...ns temos que unir diferentes países numa entidade centralizada geopolítica, econômica e socialmente (...)” (DUGIN, 2014b, tradução nossa)

5.2. O EIXO EUROPEU

A ressurreição da hegemonia russa sobre o espaço dominado pela antiga União Soviética, seria seguido pelo estabelecimento de um condomínio euro-russo por meio da retomada de algo parecido com a “Santa Aliança”, do século XIX. O condomínio político, nos moldes acima, é definido por Dugin como o “Eixo Moscou-Berlim” (DUNLOP, 2004).

O Eixo europeu deve ser formado por meio de um ajuste diplomático com a União Européia, capitaneada pela Alemanha, que é o país considerado por Dugin como parceiro natural das pretensões eurásianas russas. Tal relação seria materializada, inicialmente pela devolução da região de Königsberg, hoje o enclave russo de Kaliningrado, na antiga Prússia Oriental. Segundo Ersen, Dugin acredita que França também poderia ser atraída para o bloco eurásiano, pois ela permaneceria reticente ao modelo atlanticista (DUNLOP, 2004; ERSEN, 2005).

Posteriormente a União Europeia e a Rússia dividiriam a Europa Oriental de acordo com as antigas esferas de influência, sem contudo caírem no erro de transformarem a zona de transição que seria formada em “cordão sanitário”, ou países com a finalidade de separar grandes potências. O objetivo precípua seria “a integração de esforços”.

Para Dugin, um parâmetro adequado de divisão das esferas de influência entre a Alemanha e a Rússia seria a questão religiosa, com algumas exceções. As regiões católicas e protestantes ficariam sob mando europeu e as regiões cristãs ortodoxas cairiam sob a tutela russa. Alguns casos especiais ocorreriam, como no caso da Estônia, que ficaria sob a esfera de proteção alemã, a Finlândia, que acrescida da região russa da Carélia, e a Polônia, ficariam sob a influência da Rússia.

Quanto aos Balcãs, Dugin sugere que a maior parte dos Balcãs, incluindo a Grécia, deveriam fazer parte do Império Eurásiano, só ficando com a União Europeia os países de recorte católico como a Croácia e a Eslovênia. Com essa assertiva atingida, os eurásianistas atingiriam o sonho da Rússia imperial de atingir os “mares quentes” do Mediterrâneo, como já havia sido tentado no século XIX (LARUELLE, 2008, p.118).

Uma parte dessa prescrição eurásiana para o Eixo Europeu que foi deixada para o final é a questão da Ucrânia. Como já comentado pontualmente nos capítulos acima, a Ucrânia, apesar de contar com maciça população católica, não seria

conveniente para as ambições eurásianas de existir fora da esfera de influência da Rússia (DUNLOP, 2004). Conforme o afirmado por Panarin, Ivashov, para citar outros eurásianos que não Dugin, “a Ucrânia nunca existiu fora da hegemonia russa”.

O próprio Dugin é ainda mais enfático afirmando que “the battle for the integration of the post-Soviet space is a battle for Kiev”³³. Já neste ano de 2014, ano da Crise da Ucrânia, ele concedeu várias entrevistas sobre o tema onde afirmou, entre outras coisas: “A Ucrânia (com a eclosão da mencionada crise) já se despedaçou” (DUGIN, 2014a); “o resultado da Crise da Ucrânia decidirá o futuro de Vladimir Putin, o da Rússia e, se me permite, dizer, também o dos europeus” (DUGIN, 2014c); “porque a guerra entre Rússia e Ucrânia é inevitável” (DUGIN, 2014c).

5.3. O EIXO ASIÁTICO

Para a Ásia, o Eurasianismo pressupõe uma aliança com os japoneses, num conceito geopolítico que claramente lembra a simpatia de Karl Haushofer pelos mesmos. A exemplo do oferecido à Alemanha, “controladora da União Europeia”, numa espécie de “intercâmbio territorial entre impérios”, ao Japão a Rússia deveria devolver as Ilhas Kurilas, bem como dispor de carta-branca para reencetar a “Esfera de Co-Prosperidade” já tentada nos anos 1930.

A Rússia, no entender de Dugin, deveria também buscar cooptar a Índia, como outro parceiro preferencial. Tanto o Japão, quanto a Índia, mas também o Vietnã e as Coreias seriam convidadas a participar do esquema eurásiano. Quanto à Mongólia, esta como já mantém excelentes relações com a Rússia, seria anexada à Rússia.

A China, embora parceira russa em diversas instituições atuais, é vista com hostilidade pela visão eurásiana. Para esta, tanto os EUA como a China são deletérios para o Império Eurásiano, devendo ser combatidos com todas as forças. Para Dugin, a China ou seria desmembrada, ou poderia buscar seu próprio espaço para sul, na direção da Oceania.

A prevenção eurásiana contra a China diz respeito às realidades demográficas já comentadas no Capítulo anterior, ou seja: a superpopulação chinesa diante do despovoamento populacional russo no Extremo Oriente. Segundo Dunlop, a China é tida por Dugin como “o vizinho geopolítico mais perigoso para sul” (DUNLOP, 2004).

³³ “a batalha pela reintegração do espaço pós-soviético é a batalha por Kiev” (LARUELLE, 2008, p.117, tradução nossa)

Para Dugin, a China deverá ceder o Tibete, Xinjiang e a Manchúria para transformá-los em estados tampões que evitem uma invasão chinesa ao Cazaquistão e à Sibéria. Cabe lembrar que essa visão de Dugin sobre a China contrasta com o pensamento dos eurásianos militares acerca do tema. Para homens como Ivashov, profundos estudiosos das ciências militares, a China – logicamente face a seu crescente poder militar - terá que ser uma aliada antes que uma inimiga.

Dugin vê a Sibéria como destinada a desempenhar um papel muito relevante na nova identidade da Rússia, pois trata-se de uma região que reforça o misticismo típico pensamento eurásiano. Para este, as vastidões territoriais e o clima inóspito siberianos remetem aos mitos nórdicos referentes, por exemplo, à origem dos arianos, credo corrente nos escritos de Dugin (LARUELLE, 2008, p.130).

5.4. O EIXO IRANIANO

Segundo Ersen, embora os eixos estratégicos anteriores, europeu e asiático, possam prover a Eurásia com recursos econômicos e tecnológicos, essenciais para seu desafio geopolítico ao “poder marítimo”. A consecução de uma ligação geopolítica com o Oriente Médio serviria para atrair as populações islâmicas como aliadas do esforço eurásiano, uma vez que o mundo muçulmano, no entende do autor, sempre viu com reticências o modo de vida liberal defendido pelo Ocidente (ERSEN, 2005).

Para Dunlop, essa seria a parte mais ambiciosa do projeto eurásiano de Dugin, pois advoga uma aliança entre a Rússia e os povos muçulmanos do sul da Eurásia. O ponto de convergência é que os islâmicos, assim como os russos, apresentam severas restrições quanto a cultura ocidental (DUNLOP, 2004).

Para Ersen, os iranianos sempre foram ligados por laços históricos à Eurásia, por isso seria natural que formassem um império com os países de seu entorno. Isso seria um prêmio pela ajuda iraniana na dissolução das pretensões de hegemonia regional tanto da Turquia (aliado secular dos Ocidentais) quanto da Arábia Saudita e seus aliados (braço sunita da Aliança Ocidental).

Na visão de Dugin, como citado acima, um país que provavelmente não teria lugar no espaço eurásiano, em seu eixo do Oriente Médio, seria a Turquia, devido a suas consagradas ligações com o “establishment atlantista”. Para os eurásianos, a Turquia seria o equivalente da China, no Oriente Médio, ou seja, um ponto de apoio para ações destrutivas para a Rússia e a Eurásia (ERSEN, 2005).

Para os eurásianos, o espaço que ficaria sob a sua influência russa seria todo o Cáucaso, bem como as porções norte e leste do Mar Cáspio. Nessa área seria muito importante o papel da Armênia, antigo aliado russo, como um polo de enfraquecimento de uma reação dos turcos ao domínio eurásiano. Com isso seria necessário criar um sub-eixo Mosco-Yerevan ³⁴ -Teerã, para alinhar o pensamento estratégico entre iranianos e armênios, de fato, dois antigos povos arianos.

O destino dos países mais refratários ao domínio russo seria provavelmente a entrega para o desmembramento entre os aliados russos da região, Armênia, Irã e provavelmente a Síria. Tal seria o caso do Azerbaijão e da Geórgia, que inclusive teria a Ossétia do Sul, uma das razões da Guerra de 2008 com a Rússia, anexada a esta.

Essa última questão a das minorias não-russas é muito importante, até porque, paradoxalmente, a etnia russa está espalhada minoritariamente por diversos Estados e regiões do antigo espaço soviético. Segundo Kolossov, “a maioria dos países que emergiram do colapso do Império Soviético possuem grandes minorias russas” (KOLOSSOV, 2003). Com isso, qualquer solução étnica violenta, proposta pelo Eurásianismo para as minorias não-russas gerará repercussões para aquelas russas no antigo “espaço soviético”.

Mais que isso, na versão atual, o Eurásianismo planeja extrapolar as áreas de influência do antigo Império Czarista, interagindo intensamente com o Irã, a Índia, o Japão e os demais países da Ásia Central. Tudo visando tornar a Eurásia “o novo palco geopolítico do século XXI, com clara intenção russa de dominá-lo geoestrategicamente” (SOUZA, 2012).

³⁴ Capital da Armênia.

6 A POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA

O presente capítulo pretende traçar um breve panorama sobre a política externa russa no período após o fim da União Soviética, em 1991. A proposta é que se permita ao leitor fazer uma ligação entre os desígnios geopolíticos da Rússia, ao longo de sua história, a evolução recente da atual configuração estatal russa e os pontos de destaque que podem denotar influência eurasiânica.

6.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No entender de Isakova, e como já foi citado mais acima, pode-se notar diversas escolas de pensamento, com origem anterior, ou dentro do período soviético e que causam influência na atual Política Externa russa. Ela cita expressamente as escolas: ocidentalista, eurasiânica, o modelo neo-eurasiânico e o modelo pragmático (ISAKOVA, 2005, p.14).

De acordo com Shlapentokh a elite decisória russa, inclusive para fins de política externa, é composta por duas camadas: a) a decisória, composta pelo presidente, seus assessores e os think tanks e intelectuais; e b) a oposição oficial, composta por membros da Duma (parlamento) ou de outros órgãos governamentais que são “permitidos pelo governo de discordar publicamente, ou seja, na televisão, jornais e revistas do governo” (SHLAPENTOKH, 2009).

Ora, Aleksandr Dugin, em conjunto com outros membros, do chamado “Clube Izborsky”³⁵, segundo ele mesmo deu a entender recentemente, faria parte do grupo decisório (DUGIN, 2014b). Tal grupo de assessores informais buscaria influenciar os desígnios da política externa russa, nem sempre com o sucesso pretendido.

O ponto de partida para qualquer discussão sobre a identidade russa na comunidade internacional passa pela sua percepção sobre o que isso significou esse período de transição pós-comunista para seus cidadãos e para as referidas elites decisórias. Para o atual presidente da Federação Russa Vladimir Putin, por exemplo, a dissolução da União Soviética teria sido “a maior catástrofe geopolítica do século XX” (PUTIN, 2005; SMITH, 2005).

³⁵ Think Tank não-oficial que reúne os principais pensadores eurasiânicos, reunindo regularmente nomes como Ivashov, Prokhanov, Dugin e outros (Nota do Autor)

A partir deste verdadeiro cataclismo russo, os organismos diplomáticos da Rússia passaram a encetar um complexo processo de busca por uma nova identidade na arena internacional. Sondhaus lembra que o colapso soviético, contrastou com o fim do regime nazista na Alemanha. Com isso, como não houve “colapso catastrófico” como o alemão, nem muito menos uma purgação dos crimes comunistas, muitas diretrizes soviéticas, foram transmutadas para a nova Rússia (SONDHAUS, 2006, p.35).

Para os ocidentais, em contraste, o fim da União Soviética foi um evento que causou uma grande surpresa em seus círculos decisórios: intelectuais, governamentais e militares. Tal aturdimento, certamente ajudado pelas teorias triunfalistas acerca do “fim da história”, pode ajudar a explicar o que Sondhaus chama de “óbvia continuidade” entre a política exterior soviética e a russa que se seguiu (SONDHAUS, 2006, p.28).

Sondhaus cita opiniões que colocariam a política externa da Rússia pós-soviética no mesmo patamar da França de De Gaulle, ou seja, uma potência internacional que pretendia ter, no começo dos anos 1990, “uma influência internacional maior do que a qualidade e/ou quantidade que seu poderio militar propiciava” (SONDHAUS, 2006, p.35). Este ponto de vista de Sondhaus acerca da identidade de uma grande potência é bem interessante, pois pode ter aplicação para outras potências emergentes, em especial o Brasil.

Segundo Smith, para atender esse desígnio de grandeza, em melhores condições que os primeiros governos russos, a vertente pragmática do Eurasianismo, cristalizada no estamento governamental da Federação Russa, vem se adaptando as proposições teóricas originais. Segundo Smith, sobre a política exterior russa:

(The) Official Russian foreign policy thinking favours several aspects of the heartland theory, although it is modified to accept the realities of the contemporary international system (Russia has currently no choice other than to accept the USA's power advantage) (SMITH, 2005)³⁶.

De fato, a postura internacional da Rússia passou da cooperação irrestrita com o chamado Ocidente, no começo dos anos 1990, passando por um período de estremecimento de relações e desconfiança, no final da década, culminando por um

³⁶ O pensamento diplomático oficial russo faz uso de diversos aspectos da teoria do “Heartland”, apesar de que ele tenha que ser adaptado para atender as realidades do sistema internacional contemporâneo (A Rússia, no presente não tem outra escolha a não ser aceitar a vantagem de poder dos EUA (SMITH, 2005, tradução nossa)

período em que, a partir da virada do século, reforçada pelos vultosos rendimentos obtidos com a venda de hidrocarbonetos, a Rússia buscou a reafirmação de seu papel como grande potência.

6.2. COOPERAÇÃO COM O OCIDENTE

O colapso soviético de 1991 significou o fim da ideologia marxista-leninista, ao menos na Rússia, e com ela houve a necessidade de buscar uma nova ideologia que substituísse a anterior como cimento entre a nação russa e seus antigos territórios. Segundo Malek, a escolhida pelos russos foi “a religião da geopolítica”, que logo começou a influenciar sua diplomacia e outras instâncias de poder (MALEK, 2009).

Para Malek, isso se explica, porque a geopolítica, como “nova religião do Estado”, ficou sendo algo fundamental para os russos. Tanto é assim que eles chegaram ao requinte de contar com uma Comissão de Geopolítica, no interior de sua Assembleia Nacional, a *Duma* (MALEK, 2009).

Outrossim, a dissolução da União Soviética representou o surgimento de quinze países³⁷ que até então eram repúblicas soviéticas comandadas desde Moscou. Com essa quebra da união anterior, não de imediato, mas a médio prazo, a maioria dos russos ficou com a percepção de que seu país fora espoliado. Tais países emancipados, passaram a ser chamados de espaço ex-soviético, e finalmente espaço pós-soviético³⁸. Com o fim da superpotência comunista, sua herdeira natural, a Rússia, nos anos que se seguiram, se achou com grandes dificuldades para manter a imagem de grande potência, tão cara para os russos especialmente no seu exterior próximo (MALEK, 2009).

Naquele início de década, com a instabilidade política russa e de outros atores, quem aproveitou para avançar politicamente na Eurásia foram os EUA. Para Trenin, “o fato de que a China, Índia e Rússia estavam preocupadas com seus problemas internos, efetivamente deixou os EUA como único ator ativo na Eurásia”. (TRENIN, 2013, Tradução nossa).

³⁷ Os países emancipados foram: Estônia, Letônia, Lituânia, ou seja os países bálticos; Belarus, Ucrânia, Moldova, Armênia, Geórgia. Azerbaijão, Casaquistão, Usbequistão, Quirguistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, além da própria Rússia. (TOMÉ, 2007)

³⁸ Para Smith, o antigo espaço soviético é chamado pelos russos de “exterior próximo” e “exterior afastado”. O “exterior próximo” é o termo usado na Rússia para descrever as 14 repúblicas que faziam parte da União Soviética (descontando a Rússia). O resto do mundo, incluindo a Europa Central seria o “exterior afastado” (SMITH, 1999). Segundo Akgül o termo “exterior próximo” foi cunhado pelos russos a partir de 1992 (AKGÜL, 2005, p.39)

Na tentativa de resgatar parte do poder anterior, a Rússia então capitaneou a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), em fins de 1991, em conjunto com a Ucrânia e a Bielo-Rússia (atual Belarus). Afora os três membros originais, desde sua fundação, e graças à pressão russa, todos os outros países do espaço pós-soviético aderiram à comunidade, tendo alguns retrocedido recentemente³⁹ (TOMÉ, 2007).

A primeira edição do governo de Boris Yeltsin (1991-1996) era majoritariamente composta por políticos pró-Occidente, que defendiam a liberalização econômica em seu patamar mais radical, pois somente assim “o país ultrapassaria etapas para alcançar o padrão de vida europeu o mais rápido possível”. (ALVES, 2012). Além da vertente econômica, a primeira equipe de Yeltsin procurou se aproximar dos EUA e dos países europeus, buscando passar a imagem de uma potência satisfeita.

Com isso em mente, o pensamento pró-Occidental irrestrito desses primeiros anos de Yeltsin, não deu a devida atenção aos foros em que a Rússia exerceria alguma influência em seu “exterior próximo”. Com isso, começaram a surgir diversas insurgências em diversos pontos da Federação Russa, como por exemplo, só para falar da região do Cáucaso: no Daguestão, na Inguchétia e, este um caso mais conhecido, na Chechênia.

Ao longo da década de 1990, com sucessivas mostras de que os países ocidentais não dariam o devido valor à Rússia, como foi visto em episódios como: a Guerra na Bósnia, a questão da expansão da OTAN, a crise do Kosovo e a forma como a Rússia foi tratada durante a crise econômica russa de 1998⁴⁰ (ISAKOVA, 2005; ALVES, 2012).

Segundo Urnov, a Política Externa da Rússia teve que lidar com duas premissas conflitantes: “a crescente popularidade da noção de que a Rússia deve ser aceita como uma grande potência e a crise resultante no país ao reconhecer que essa ideia é utópica senão perigosa para o futuro da Rússia” (URNOV, 2006).

³⁹ Somente os três Estados Bálticos não aderiram à CEI. A Ucrânia, desde 2003, o Turcomenistão, desde 2005, são Estados observadores. A Geórgia, desde 2009, logo após a guerra da Ossétia do Sul se desligou da comunidade (ALVES, 2012, p.40)

⁴⁰ Segundo Alves, os dirigentes russos esperavam obter, em troca de sua colaboração no estabelecimento acelerado de uma economia de mercado em seu país, vultosas ajudas externas americana e europeia que lhes permitiriam atenuar os efeitos sociais e econômicos da transição. No caso americano, esta ajuda nunca veio; no caso europeu e de organismos internacionais como o FMI, foi extremamente limitada.

Embora, pontualmente, a Rússia já mostrasse sinais de inquietude desde 1993, foi somente com a ascensão de *Yvgeny Primakov* ao posto de Ministro do Exterior, em 1996, que a diplomacia russa começa a se comportar de forma menos colaborativa com os EUA e seus aliados (ZAPORSKIS, 2007; ALVES, 2012).

Segundo Mazat e Serrano, “a chegada de *Yevgueny Primakov* ao cargo de ministro das relações exteriores em 1996 de fato marcou uma pequena inflexão na política externa que, contudo, não se traduziu em uma mudança na situação geopolítica difícil da Rússia”, mas significou a primeira mudança na política inicial da Rússia com o Ocidente (MAZAT e SERRANO, 2012).

É verdade que essa redefinição de seu papel como ator internacional não variou no aspecto de que a Rússia ainda deseja exercer influência e controle sobre seus antigos territórios, emancipados com a dissolução soviética.

Sobre os laços que foram mantidos com os países de seu “exterior próximo”, Luis Tomé, professor da Universidade de Lisboa, escreveu um abrangente estudo em que destaca os mecanismos que foram propostos, ora pela Rússia, ora pelos ocidentais, para cooptar o espaço pós-soviético (TOMÉ, 2007).

Nesse estudo podemos verificar que além da CEI, a diplomacia russa patrocinou o surgimento de outras organizações no espaço pós-soviético. Dentre as organizações forjadas nessa fase de retração de poder, destacamos o Tratado de Segurança Coletiva da CEI, de 1992, e a União Alfandegária com a Bielorrússia (Belarus) e Casaquistão, a partir de 1997. O primeiro visava dar um caráter de segurança coletiva à frouxa ligação que havia com a CEI. Já o segundo visava dar a partida para a reincorporação futura do seu “exterior próximo”, não tendo avançado muito além da retórica (TOMÉ, 2007).

Com a ascensão de Primakov, a Rússia inaugurou o período em que buscou, abertamente, o que chamava de “Mundo Multipolar”, em resposta ao “unipolarismo” que os EUA preconizavam. O multipolarismo de Primakov postulava uma política global dominada por “polos”, os quais seriam liderados pelos seguintes países: Rússia, União Europeia, China, Índia, Japão e os EUA. Para Ersen, embora Primakov, não se coloque abertamente no campo do Eurasianismo, os conceitos de multipolaridade expressos por eles se assemelham bastante aos postulados de Dugin (ERSEN, 2005; MALEK, 2009).

Em reforço a sua perspectiva multipolar, discurso que angariava grande repercussão entre as grandes potências e as potências regionais, Primakov

desencadeou, em 1998, uma aproximação com a China e a Índia, com vistas a neutralizar a influência dos EUA e aliados na Ásia. Era o chamado Triângulo Rússia-China-Índia, sendo que os russos buscavam atrair as duas potências asiáticas rivais, por meio da simpatia mútua que o combate, simultâneo ao separatismo, ao terrorismo e ao extremismo causava a todos (KHANNA, 2008; MALEK, 2009).

Mesmo com alguns ganhos isolados, “a diplomacia russa, nos anos 1990, foi incapaz de atingir seus dois supostos objetivos prioritários, que eram a constituição de um espaço de segurança na área da ex-União Soviética e o impedimento de qualquer alargamento da OTAN” (MAZAT e SERRANO, 2012). Tal situação, juntamente com o agravamento da crise econômica interna, que transborda para o exterior em 1998, causa a renúncia de Yeltsin e abre caminho para Putin e seus seguidores do partido, ou “movimento cívico”, Rússia Unida.

6.3. REAFIRMAÇÃO DA POTÊNCIA EMERGENTE

Como visto acima, como resposta a essa situação, para eles, humilhante, as elites governantes da Rússia começaram a sofrer forte influência do pensamento eurasiático, a partir de meados da década de 1990. Com a ascensão do movimento político Rússia Unida ao poder, na virada do século, e face ao seu conteúdo programático fortemente nacionalista e claramente influenciado pelos eurasiáticos, a postura conciliatória russa nos foros internacionais gradualmente passou a mudar (SOUZA, 2008).

Para Ersen, no que é assistido por Isakova, o presidente Vladimir Putin, desde o início de suas gestões sempre adotou postulados eurasiáticos em seus discursos e documentos, como por exemplo, na sua primeira Diretriz de Política Externa. Esta, afirmava que “uma preocupação principal para a Rússia seria o crescimento de uma grande tendência mundial no sentido do estabelecimento de uma estrutura unipolar de poder para o mundo, com domínio econômico e político dos EUA” (ERSEN, 2005; ISAKOVA, 2005).

Contudo, tal comportamento foi dúbio, ao menos enquanto o poder russo não pôde ser gradualmente reforçado, ao longo da primeira década do século. Segundo Malek, o comportamento russo logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA, deu a entender que a Rússia voltaria a uma colaboração irrestrita com a superpotência e seus aliados, no quadro da “Guerra ao Terror” (MALEK, 2009).

No entender de Khanna, contudo, apesar da China estar tendo maior relevo diplomático e geopolítico nos últimos anos, a Rússia, “controlando mais recursos naturais – combustíveis, gás natural, carvão e madeiras – do que os EUA, a União Europeia e a China, combinados, o Kremlin pode, mais uma vez pensar e agir imperialmente, até mesmo no Polo Norte” (KHANNA, 2008).

No que tange a sua política comercial, além da venda seus vastos recursos naturais, outro ponto de destaque de sua carteira de exportações são os produtos de sua vasta base industrial de defesa, herança dos tempos soviéticos. A China, nos últimos anos, tornou-se o maior comprador de armamento russo, amenizando com essa parceria comercial a natural rivalidade geopolítica (KHANNA, 2008).

Outro campo de esforço constante da Rússia, em sua política externa recente, vem sendo a projeção de poder para o que considera seu “Exterior Próximo”, ou seja, os países que eram componente da finada União Soviética. A hegemonia russa nessa área geográfica tem sua importância justificada pela análise geopolítica vista ao longo do capítulo 3. Luis Tomé afirma que:

para o espaço pós-soviético, a Rússia mantém cinco objetivos geopolíticos essenciais: a) proteção das minorias e dos interesses russos, b) a restauração e consolidação de uma certa ordem imperial (influência, tutela ou mesmo domínio) a partir de Moscou; c) o estabelecimento de um “cordão de segurança” e a estabilização das suas fronteiras; d) a limitação de influências externas, nomeadamente ocidentais, mas não só; e) e a utilização desse espaço como mecanismo catalizador da reemergência da Rússia como superpotência regional na Europa e na Ásia e como grande potência mundial (TOMÉ, 2007, p.38).

A partir de 2008, quando a formalização do agrupamento BRICS foi levada a efeito, a Rússia alarga suas opções diplomáticas no campo dos países emergentes, antes restrita à OCX. Essa abertura para novas relações, especialmente comerciais, com as potências-chave do chamado “Sul”, permitiu a presença russa em áreas que há muito tempo não exercia influência. Dentre esses países-chave selecionados pela Rússia apareceu o Brasil, um dos líderes informais do comércio mundial (KHANNA, 2008).

Para Karaganov, atualmente, a Rússia está realizando uma política externa agressiva baseada na *Realpolitik* e na Geopolítica. Estas dão respaldo a um país que, segundo o autor, não teria “lastro econômico ou cultural para deslanchar uma política de “softpower” (KARAGANOV, 2013).

Segundo Trenin, o presidente Putin, pretende assinar ainda em 2014, um tratado de união que criará a União Eurasiana, com diversos países do seu “exterior próximo”. A pergunta que ele faz é em que medida essa união será diferente da União Alfandegária entre Belarus, Cazaquistão e a Rússia, com suas idas e vindas. (TRENIN, 2014). Será mais uma tentativa de reforçar a influência no seu “exterior próximo” para retomar fronteiras, senão de fato, mas de direito, mais defensáveis.

Imagem 15 – Quadro demonstrativo da ideologia governamental na Rússia (1991-2014)

Governo	Ministro do Exterior	Pensamento Geopolítico
Boris Yeltsin (1991-1996)	Andrei Kozirev	Ocidentalista
Bóris Yeltsin (1996-1999)	Yevgeny Primakov (1996-1998)	Em transição
Vladmir Putin (1999-2000)*	Igor Ivanov (1998-2004)	Eurasianista
Vladmir Putin (2000-2004)		
Vladmir Putin (2004-2008)		
Dmitri Medvedev (2008-2012)	Sergei Lavrov (2004-	Eurasianista
Vladimir Putin (2012-2018)**		

* interino

** mandato presidencial mudado para 06 anos, a partir da eleição de 2012 (GUEORGUEVA e SIMON, 2009)

Fonte: o autor

Trata-se, como já foi visto, de um dos imperativos geopolíticos russos o exercício de influência e, se possível, controle sobre os territórios emancipados do antigo espaço soviético. O problema é que cada vez mais os cidadãos dos territórios emancipados da antiga União Soviética começam a desenvolver identidades nacionais próprias, cujos desígnios nacionais nem sempre vão se alinhar com um pensamento eurasiático, ainda mais se capitaneado pela Rússia. (TOMÉ, 2007; KOLOSSOV, 2003).

Os teóricos do Eurasianismo russo parecem não se importar com isso. Ao falar nos estabelecimento e consolidação da União Eurasiana, a Rússia deu mostras de que o restabelecimento do status quo ante é considerado como algo desejável e natural para o país. Com conhecimento do pensamento geopolítico russo, é difícil negar a seus operadores geoestratégicos a influência que evidentemente possuem nos antigos territórios controlados pela Rússia imperial e pela União Soviética.

Nesse campo multilateral, outra linha de esforço da política externa russa foi a aproximação com os seus vizinhos na Ásia, como já visto acima, com foco declarado no combate aos “três fragelos” (o extremismo, o separatismo e o terrorismo), na já mencionada OCX. Além desse arranjo a Rússia buscou parcerias, desta feita, como também visto acima, com as grandes economias emergentes, dentre estas com o Brasil, no também já citado agrupamento BRICS.

6.4 O ESFORÇO MULTILATERAL E A APROXIMAÇÃO COM O BRASIL

O arranjo BRICS, ao menos no ponto de vista do Brasil, acha-se inserido no eixo das relações de cooperação Sul-Sul, sendo formado por outros países em ascensão, a saber: Rússia, Índia, China e África do Sul (KOSOLAPOV, 2013). Já para a Rússia, o BRICS sinaliza a busca por interações com os países emergentes buscando mais uma alternativa aos foros tradicionais onde a proeminência dos EUA limita a ação russa (MANKOFF, 2012).

Tal grupo de países aproveitou uma definição lançada por uma empresa de serviços financeiros para o mercado mundial (Goldman Sachs) para torna-la realidade. Assim, tais países lançaram uma aproximação de suas economias emergentes em prol de uma oposição organizada e sistemática à economia globalizada centrada nas instituições ocidentais (ALVES, 2012, p.86).

Do ponto de vista político, embora o BRICS careça de pontos de confluência verdadeiramente importantes entre seus diversos países, o arranjo privilegia certos aspectos caros a países como a Rússia e Brasil, tais como: a defesa intransigente de sua soberania, o multilateralismo (como contraste vívido ao unilateralismo dos EUA) e a clara oposição geopolítica ao status quo pós-Guerra Fria.

Segundo Reis, a origem do BRICS remonta a fins de 2006, quando foi realizado um encontro quase que improvisado dos seus futuros componentes durante os trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas. O ponto interessante é que tal encontro foi fomentado pela Rússia, que queria estreitar relações entre os chanceleres (ministros de relações exteriores) de países definidos (REIS, 2011, p.36)

No ano seguinte, o encontro não previsto do ano anterior foi repetido, desta feita com coordenação do Brasil, sendo uma das afirmações dessa reunião o agendamento de um encontro formal para o ano seguinte. Tal reunião, transcorrida

em Ekaterimburgo, na Rússia Central, segundo Reis, foi oportunidade para o lançamento das primeiras idéias conjuntas do arranjo a saber:

- a) fortalecimento da segurança e da estabilidade internacionais;
- b) necessidade de assegurar oportunidades iguais para o desenvolvimento de todos os países;
- c) fortalecimento do multilateralismo, com a ONU desempenhando papel central;
- d) necessidade de reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz;
- e) China e Rússia registraram apoio às aspirações do Brasil e Índia de desempenhar maior papel nas Nações Unidas;
- f) apoio à solução de disputas por meios políticos e diplomáticos; favorecimento do desarmamento e da não proliferação;
- g) condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações;
- h) reconhecimento da importância da cooperação internacional para o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima;
- i) reiteração do compromisso de contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e o apoio aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza; e
- j) acolhimento da sugestão do Brasil de organizar reunião de Ministros das Finanças dos BRICS para discutir temas econômicos e financeiros (REIS, 2011, p.37)

Com visto acima, a opção russa pelo BRICS e por outros foros multilaterais extra-ocidentais significou uma busca por maior número de opções internacionais para o governo russo. Para Mankoff, além disso, a cartada multilateral foi reforçada pela profunda crise econômica que atingiu o cenário internacional em 2008 (MANKOFF, 2012)

A verdade é que as realidades da cena global em crise reforçaram a necessidade da Rússia buscar alianças com novos parceiros, especialmente os com grandes resultados ou potenciais de crescimento em seu poderio relativo. A opção por países emergentes como o Brasil, portanto, atende justamente essa necessidade russa por segurança num cenário econômico global muito precário.

Como visto, na visão eurásiana, tudo deve girar em torno da criação de um bloco, Império, ou “União Eurásiana”, que compreenda os eixos estratégicos acima descritos que permitam executar golpes geoestratégicos concêntricos que isolem a superpotência norte-americana. Um ponto interessante, citado por Mankoff, é que no auge da descrição de um “assalto total” ao poderio norte-americano, Dugin “chega a considerar a cooptação da América Latina da esfera de influência dos EUA” (MANKOFF, 2012, p.70).

É nesse ponto que sobressai a situação do Brasil perante esses esquemas de poder na esfera internacional. É que, como disse O´Tuathail, as visões geopolíticas tradicionais quase sempre são eurocêntricas, ou no máximo atribuem aos países do chamado “Sul” um papel, senão irrelevante, quase periférico em suas percepções (O´TUATHAIL, 2006).

Em entrevista concedida à televisão russa em 2013, Alexandr Dugin tratou justamente da identidade brasileira no cenário internacional (DUGIN, 2013), sendo que o cientista político russo tinha estado no Brasil no final de 2012. Na entrevista foi possível destacar algumas impressões do teórico do Eurasianismo sobre o Brasil e seu papel na visão de mundo eurásiana.

Para Dugin “o Brasil parece, à distância, um país atrasado, mas é um “mundo” que está em franco desenvolvimento tecnológico”. A seguir destaca que o país acha-se em “busca de sua identidade pois apesar de contido no Ocidente, faz parte de um outro Ocidente, bem distinto da Europa e dos EUA. Além disso, em sua viagem ao país, deu para notar que “os brasileiros não querem corroborar com o pensamento ocidental típico” (DUGIN, 2013).

Mais à frente o russo cita o desejo por uma agenda mundial multilateral da Rússia, no que o Brasil também se enquadra, sendo que demonstrou conhecer o atual pensamento geopolítico brasileiro. Nesse ponto foi específico quanto à proposta do Meridionalismo, de André Martin, que propõe a busca do Brasil por seu lugar no mundo, particularmente entre os países do chamado “Sul” (DUGIN, 2013).

Na sequência, o teórico russo destaca o multiculturalismo, sem conflitos, do Brasil e afirmou que a Rússia deveria estreitar mais seus laços científicos, intelectuais e espirituais com o Brasil. Ao final dessa parte da entrevista que versou sobre o Brasil ele concluiu dizendo que a Rússia “tendo perdido seu status de superpotência, tendo caído para o 2º mundo, sem deriva para o 3º mundo, acha o Brasil em sentido inverso”.

Para ele, portanto, o Brasil é um país muito promissor e que devia ser descoberto pelos geopolíticos, filósofos e demais pensadores russos (DUGIN, 2013).

É certo que o pensamento geopolítico brasileiro no século passado produziu uma visão do Brasil como uma potência satisfeita, regional, mas com potencial de ser tornar uma grande potência. Os geopolíticos da época pensaram, paralelamente, em desafios geopolíticos, meramente defensivos, que, além de colaborar com geopolíticas extra hemisféricas, viabilizassem a integração social e econômica dos grandes espaços brasileiros, ainda carentes de maciços investimentos públicos, ao que Berta Becker chamou de Economia-Mundo (BECKER e EGLER, 1993).

A reafirmação, ou não, da Rússia no cenário internacional como uma grande potência, evento ainda em andamento na cena internacional, é um fato de elevada importância para o Brasil. Isto porque a potência regional sul-americana tem interagido bastante com a autodenominada potência eurasiática nos últimos anos, especialmente em foros multilaterais como o BRICS.

É que por mais que esse fosse o desejo de elementos mais radicais dentro do movimento eurasiático, a agenda teórica e a agenda prática nem sempre são conciliáveis. É que conforme Laruelle, o conjunto ideológico de Dugin é muito complexo para qualquer partido, ou governo, o seguirem à risca, tornando-o o pensador oficial do regime” (LARUELLE,2008).

Do ponto de vista eurasiático, portanto, uma aliança com o Brasil atende perfeitamente a aproximação de países que, segundo o próprio Dugin, apresentam claro desejo de se afastarem de uma identidade ocidental clássica.

Embora o pensamento de Alexadr Dugin seja a corrente teórica mais forte por trás da geopolítica contemporânea da Rússia - com suas visões de grandeza imperial e desafio ao Ocidente – a verdade é que o governo russo, por seus compromissos com a racionalidade, nem sempre pode andar *pari passu* às teses eurasiáticas. O quadro da imagem 15, acima, procura demonstrar, a lealdade teórica de alguns ministros de relações exteriores russos, demonstrando assim que a guinada eurasiática, embora limitada, começa, ainda no Governo de Bóris Yeltsin.

No capítulo seguinte será feita uma breve revisão da situação estratégica russa e brasileira, destacando alguns cenários que podem levar a uma maior tensão com as potências componentes da chamada Aliança Ocidental. Tais interações caso derivem num futuro para a rivalidade aberta, ou mesmo um hipotético – além de pouco desejável - conflito, certamente demandarão uma tomada de posição de grandes

potências como a China e a Rússia que, em maior ou menor grau, vem confrontando os interesses de países atlânticos em diversos episódios recentes.

7. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Na última década, após um interregno considerável, o Brasil voltou a demonstrar preocupação com questões diretamente ligadas à defesa de seu imenso território. A publicação de uma série de documentos de defesa, a saber: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa se somaram a uma série de medidas visando a reconstituir a Base Industrial de Defesa brasileira, que vinha se deteriorando pelo menos desde o começo dos anos 1990.

No que tange ao revigoramento de uma política de incentivo à indústria nacional de defesa, a promulgação da Lei 12.598, a lei de fomento à Base Industrial de Defesa foi um passo importante nesse sentido. Sobre esta lei, é importante dizer que ela permite isenções fiscais, regimes especiais de compra, preferência por equipamentos nacionais por parte das Forças Armadas e toda uma gama variada de incentivos.

Apesar dessa lei, e em complemento a ela, seria importante o Governo Federal brasileiro manter uma política orçamentária para a Defesa compatível com a projeção internacional demandada pelo país. Neste ponto, os documentos de segurança russos são bem mais incisivos, como veremos abaixo.

7.1 AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS RUSSAS

A Rússia no que tange a seus compromissos internacionais, desde o início do século, o que coincide com os primeiros mandatos do presidente Vladimir Putin, após reforçar a sua situação econômica, começou, gradualmente, a reforçar suas forças armadas. Segundo o SIPRI, atualmente o dispêndio militar russo teria atingido cerca de US\$ 88 bilhões (SIPRI, 2013).

Ao mesmo tempo, tendo mais que dobrado seu orçamento militar desde 2003, os russos continuaram lançando e aperfeiçoando toda uma série de documentos atinentes a sua atuação internacional. Dentre tais documentos, destacamos: a) a concepção de segurança nacional da Federação Russa até 2020, com última emissão no ano 2009; b) a concepção de política externa da Federação Russa, atualizado em 2013; e c) a nova doutrina militar de 2010.

Estes documentos, que orientam as principais vertentes do poder nacional russo, tiveram sua emissão original em 1993. Segundo, Sondhaus já nessas versões podia-se ler que a Rússia, apesar de se definir como uma potência regional, tinha os países da CEI como sua área de influência. No que tange à estratégia militar, esta destacava, a tarefa de proteger minorias russas no âmbito da CEI (SONDHAUS, 2006, p.34).

Para Bertonha (2013), em um de seus estudos que envolvem a Rússia, traça uma séria de considerações sobre a Doutrina Militar russa do ano de 2010, que equivale à EDN brasileira. Em suma, a diretriz prevê a Rússia do século XXI como possuidora de uma força moderna, profissional e que prioriza a qualidade em detrimento da quantidade. Esta última percepção certamente se choca com a cultura estratégica conhecida pela dispendiosa guerra “à moda russa”.

Além disso, o documento é fortemente ancorado em bases políticas, destacando a necessidade de uma maior assertividade na defesa do interesse nacional russo, especialmente no “Exterior Próximo”. Outrossim, em que pese a reforma pela qual as forças russas vêm empreendendo desde 2008, e que pretende priorizar a qualidade em detrimento da quantidade (BERTONHA, 2013, p.117), a presente doutrina militar procura não desprezar as “vantagens comparativas” históricas russas no campo estratégico

Bertonha conclui que os russos, ao menos na visão de sua estratégia militar:

- a) não planejam adquirir capacidades de dissuasão extra-regional como o caso brasileiro, já garantidas pelo status nuclear que herdou da antiga União Soviética e b)

projetam suas forças para atuarem especificamente no seu entorno estratégico (exterior próximo) (BERTONHA, 2013, p.118). Esta não é a visão britânica, pois Bosbotinis afirma que “a grande estratégia russa e sua estratégia militar” objetivam a proteção e a projeção de poder da Rússia como uma grande potência”, ou seja, deve ter capacidade de, eventualmente, operar em cenários extra regionais para defender seus interesses (BOSBOTINIS, 2011, p.33; BUZAN e WAEVER, 2003, p.34)

Por outro lado, os russos mencionam a necessidade de algumas capacidades de projeção além da Eurásia, “especialmente em termos navais”, mas sua ênfase é atingir a hegemonia na já citada massa continental. Para permitir essa expansão militar a reforma de 2008 teve que se alinhar em medidas com o foco na melhoria de sua base industrial de defesa, com destaque para as indústrias do ramo atômico, eletrônico, de construção naval e de mísseis (BYSTROVA, 2011, p19).

As reformas de 2008 foram resultado direto das lições aprendidas no conflito como a Geórgia, a Rússia realizou uma ampla reforma de suas estruturas militares de defesa, visando tornar as forças armadas mais efetivas e profissionais. Dentre as medidas destacam-se: a) a criação de um quadro de oficiais não-comissionados, ou seja, praças, profissional; b) transformação das unidades escalão regimento e divisão para o escalão brigada.⁴¹ (BLANK, 2011); c) redução de seis para quatro distritos militares – ocidental, meridional, central e oriental (BLANK, 2011; BYSTROVA, 2011); e e) reorganização de certas unidades militares para acabar com organizações com pouca ou nenhuma efetividade militar (BLANK, 2011).

Para concluir, a Rússia ainda vê os EUA como principal oponente no futuro próximo, sendo que “o planejamento militar russo permanece focado num hipotético conflito de alta intensidade, interestatal e nuclear”. Para essa eventualidade, e contrariamente ao ocorrido nos anos 1990, a Federação Russa pretende aumentar suas forças militares em 60%, em curto prazo (BOSBOTINIS, 2010).

7.2 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Ao contrário da Rússia, o Brasil não possui atualmente uma concepção de segurança nacional que unifique, e portanto emita diretrizes às diversas estratégias setoriais do país, ou seja, as políticas: de defesa, de relações exteriores, de tecnologia, de cultura e outras. Tal “estratégia-mãe”, na concepção de Bergo, seria um documento unificador de todo o planejamento estratégico nacional, algo inexistente até o presente (BERGO, 2007, p.73).

Para fins do presente estudo, portanto, nos basearemos apenas nas diretrizes setoriais de Defesa: a Política Nacional de Defesa (nível político) e a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil (nível estratégico). No campo que tangencia as relações exteriores brasileiras, nenhum outro setor está planejado, e alinhado, como o da defesa.

Para demonstrar tal alinhamento, nos níveis mais baixos, pode-se citar que o Exército Brasileiro, por sua vez, emitiu em 2013 uma diretriz para regular, no âmbito dessa Força Singular sua atuação internacional, sempre alinhado com os ordenamentos jurídicos originados do Ministério da Defesa e da Presidência da

⁴¹ Segundo Blank, a meta russa era atingir o número de 80 brigadas completamente operacionais até 2012. Pelo relatório, no final de 2009 essa meta estava quase concluída;

República. A chamada Diretriz para as atividades do Exército Brasileiro na área internacional (DAEBAI), em certo ponto afirma:

[que] a finalidade da presente Diretriz é estabelecer as orientações básicas, de caráter geral, para subsidiar o planejamento e as ações das atividades afetas ao Exército Brasileiro (EB) na área internacional, definindo os critérios que permitam a priorização desse esforço a fim de alcançar os objetivos estratégicos (OE) definidos pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) (BRASIL, 2013, p.06).

A DAEBAI alude inclusive à busca por um alinhamento com a política externa brasileira, delineado pelo Artigo 4º da Constituição Federal de 1988. Segundo a diretriz, a política externa brasileira (PEB):

(...) propugna uma ordem internacional baseada na democracia, no Multilateralismo, na cooperação e na busca da paz entre as nações. Nessa direção, defende a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do Direito Internacional (BRASIL, 2013, p.19).

É bom notar neste ponto que certos princípios de relações exteriores são convergentes com certos princípios notados na Concepção de Política Exterior da Rússia, já citada anteriormente, que faz menção à “busca por um mundo multipolar e a reformulação das estruturas de poder mundiais” (RUSSIA, 2000 e RÚSSIA, 2009)

A DAEBAI, como documento alinhado com a PEB, destaca a prioridade brasileira no que diz respeito às ligações com governos e instituições estrangeiras. A imagem 16 ilustra essas relações de interesse destacando: a ênfase no cenário sul-americano, seguida do entorno estratégico (África, Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP) e Atlântico Sul (ZOPACAS).

Nessa visão geral das prioridades de uma vertente da diplomacia militar brasileira pode-se notar que a situação da Rússia fica indeterminada. Ela não é mencionada no chamado “arco do conhecimento” (Prioridade 3), junto com os EUA, Europa e Japão, mas infere-se que deva estar na Prioridade 6, juntamente com a China e outros países tratados como “novas oportunidades” (BRASIL, 2013, p.28).

Imagem 16 – Prioridades para atuação internacional do Exército Brasileiro
ÁREAS GEOGRÁFICAS DE MAIOR INTERESSE



Fonte: DAEBAI (BRASIL, 2013, p.28)

Aparecendo como segunda prioridade internacional do Exército, e logo da PEB, o Atlântico Sul foi o meio que possibilitou o surgimento do país. Além disso, como grande vetor de desenvolvimento nacional ao longo da história, a referida região oceânica teve sua importância renovada nos últimos decênios. Tal redescoberta brasileira do Atlântico Sul surge no momento em que a atenção dos EUA, potência hegemônica, volta seus esforços para o Oceano Pacífico (FRANCO, 2013).

A referida área marítima é responsável pelo transporte de 95% do Comércio Exterior do Brasil, partindo de portos situados ao longo cerca de 7.941 km de litoral (PENNA FILHO, 2013). Desse comércio, destaca-se o transporte de minérios e soja para países do Extremo-Oriente, com destaque para a China, país que recentemente tornou-se o principal parceiro comercial do país (STRATFOR, 2014).

Face a essa renovada importância estratégica, o Brasil, ao menos na última década, vem empreendendo esforços no sentido de vivificar a presença estatal na Amazônia Azul. Isto significa dizer que o país vem alinhando suas políticas de Defesa no sentido de aumentar sua presença econômica e militar no mar territorial, na Zona

Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental, chamadas pela Marinha do Brasil, em seu conjunto, de Amazônia Azul (WIESEBRON, 2013, p. 101 e 102).

No que tange à importância econômica, em anos recentes, o Brasil foi pioneiro na pesquisa e exploração de hidrocarbonetos da chamada camada geológica do Pré-Sal, que ocorre na zona econômica exclusiva do Brasil no Atlântico. Esta zona geológica tem o potencial de ser um vasto reservatório de petróleo e gás natural que se localiza ao longo das Bacias do Espírito Santo, de Campos e de Santos (WIESEBRON, 2013).

Com isso, apesar da complexidade e da incerteza dos cenários vindouros, o Brasil deveria já estar planejando possuir forças militares capazes de secundar uma eventual disputa sobre a posse de tais recursos atlânticos. Isso porque países como os EUA não reconhecem tal exploração econômica exclusiva além do mar territorial de 12 milhas.

Imagem 17 - Poder naval comparado de certas potências

Unidades Navais	EUA	Grã-Bretanha	Rússia	China	Brasil
Porta-Aviões nucleares	10	1	1	1	0
Cruzadores lançadores de mísseis	22	0	4	0	0
Fragatas	28	13	4	19	9
Destroyers (contra-torpedeiros)	62	6	16	29	0
Submarinos nucleares (SSN)	5	0**	4	6	0***
Submarinos nucleares (SSGN)*	53	7	14	0	0
Submarinos convencionais (SS)	0	0	16	51	5
Navios de Assalto Anfíbio	9	1	0	0	0
Navios Desembarque e Doca	23	2	13	9	4
Corvetas	6	4	15	16	5
Efetivo	324.000	36.000	142.000	350.000	59.600

* Listados somente os submarinos nucleares de ataque (SSN) e lança-mísseis de cruzeiros (SSGN) – aptos a operações convencionais, desconsiderando os lançadores de mísseis balísticos (SSBN), estratégicos, aptos a ataques nucleares.

** os britânicos possuem 04 SSBN

*** a primeira unidade brasileira do tipo está prevista para ser comissionada em 2023.

Fontes: Marinha da China. Disponível em <http://www.globalsecurity.org/military/world/china/navy.htm>

Marinha do Brasil. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/navios>

Marinha da Grã-Bretanha. Disponível em <http://www.royalnavy.mod.uk/the-equipment/ships>

Combat Capabilities of Russian and US Navies in 2012.

<http://rusnavy.com/nowadays/structure/techreadiness2012/index.php?print=Y>

Fonte: GONÇALVES, 2014

Face às ameaças vislumbradas, importa ressaltar que para garantir o destaque no Atlântico Sul, o Brasil terá que enfrentar a discussão sobre a questão da projeção militar sobre a área. É que para se fazer relevante, há que se enfrentar os custos militares decorrentes dessa maior presença militar. Isso porque mesmo que a União desejasse abertamente a construção de forças militares bem equipadas, o como financiar tal expansão seria uma grande questão (FLORES, 2002).

Para Flores, a questão dos custos é o principal problema à consecução desse desejável reforço de nossas capacidades estratégicas visando uma dissuasão extra regional. Para piorar, ele cita que temos ainda o desconhecimento por parte da classe política e dirigente brasileira sobre temas de segurança e defesa – por acharem que tal temática seria atinente exclusivamente aos militares.

O quadro da imagem 17, acima, demonstra o quantitativo das principais unidades navais de certas marinhas de peso, bem como os números da Marinha brasileira. Tal quadro demonstra a grande disparidade naval entre o Brasil e as principais potências com interesses mundiais.

Diante dessa situação de grande desvantagem naval, o setor de defesa do Estado Brasileiro vem tentando influenciar o discurso político para obter ações palpáveis visando a vivificar a presença nacional nessa parte do oceano Atlântico de grande interesse para o país. Dentro desse cabedal de ações podemos citar vários projetos, ainda que modestos, diante das necessidades do país, dentre os quais: um programa de reequipamento naval, projetos de desenvolvimento de meios e transferência tecnológica, projeto de levantamento geográfico da plataforma continental e de um futuro sistema de monitoramento e controle da chamada Amazônia Azul.

O programa de fortalecimento de meios da Marinha 2010-2047 (PROSUPER) é um programa dos mais importantes para o país, visto que é o que pode viabilizar mais segurança e logo mais projeção internacional do Brasil perante os demais atores. O reequipamento naval possibilitará que a marinha nacional possa, inclusive, caso o poder político decida, garantir efetivamente a segurança da navegação comercial em todo o Atlântico Sul.

Saboia lista uma série de outros benefícios do programa a saber: projeto e fabricação de submarinos (convencional e nuclear); projeto e fabricação de navios de superfície destinados a realizar tarefas de combate, transporte e patrulha;

fornecimento de sistemas e equipamentos para os diversos navios; aeronaves e sistemas a serem construídos e em processo de manutenção/revitalização/modernização; monitoramento e controle das águas jurisdicionais brasileiras, pelo SisGAAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul), por meio de sensores em terra, no espaço e no mar; estabelecimento de uma Base Naval próxima da foz do Rio Amazonas; instalação de nova Base para submarinos (convencionais e nucleares) (SABÓIA, 2011).

A projeção de poder na direção estratégica Brasil-África vai depender, certamente de forças navais que disponham de um ou mais navios-aeródromos, pois no entender de Flores “a aviação embarcada é um sistema de armas para operações típicas de marinhas com encargos ou responsabilidade extensas e/ou distantes” de seu mar territorial (FLORES, 2002, p.50). E não é só isso, pois as unidades mencionadas acima precisarão de diversas outras unidades navais, terrestre e aéreas para complementar suas capacidades, tais como: brigadas de projeção estratégica do Exército, esquadrões de transporte e interceptação de última geração da Força Aérea, novas fragatas, submarinos nucleares, unidades de minagem e desminagem navais e outras.

Para Franco, o Brasil e os seus parceiros na região têm que desenvolver um poder “anfíbio” (grifos nossos) compatível às necessidades de se manter o controle autóctone sobre a região. Tal desenvolvimento minimizaria as ações de potências extra regionais nesse sentido. As capacidades navais sugeridas dizem respeito ao transporte de helicópteros para salvamento e patrulha, realização de operações anfíbias e antissubmarino, transporte de tropas e meios blindados para projeções pontuais de poder (FRANCO, 2013).

Alsina cita o fortalecimento dos meios e sistemas capazes de proteger interesses econômicos brasileiros em seu mar jurisdicional como algo desejável de ser logo obtido. Além disso são listadas com capacidades estratégica desejáveis: proteção das linhas de navegação marítimas no entorno estratégico brasileiro, proteção do espaço aéreo nacional contra incursões aéreas hostis, defesa antiaérea de ponto e de áreas estratégicas; defesa contra emissões eletromagnéticas hostis, além de capacidades antiterrorismo e antibalística (ALSINA, 2006, p.168).

Rocha Paiva alerta que uma vez reforçado o poder naval, o país vai ter que reforçar as demais vertentes do poder militar brasileiro: a terrestre e a aeroespacial, pois num quadro de guerra moderna, as ações militares tenderão a ocorrer de forma

conjunta. O autor estima que para atingir uma paridade militar com grandes potências como Grã-Bretanha e França, o país – começando já – deveria traçar um horizonte de investimentos visando uma paridade em 2034 (ROCHA PAIVA, 2013).

Nas últimas décadas, apesar dos diversos problemas internos enfrentados pelo país, este conseguiu por motivos diversos - tamanho, posição geográfica, população, importância econômica, capacidade de influência entre outros – galgar algum relevo internacional. Dentre tais destaques podemos citar: papel mais ativo em missões de paz da ONU; maior inserção multilateral com blocos como os BRICS (com Rússia, Índia e China) e o Forum IBAS (com Índia e África do Sul); a luta por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU; e a defesa da integração econômica da América do Sul (BRANDS, 2010).

Apesar disso, há consenso que o país não consegue ganhar maior relevo internacional, inclusive objetivos antigos como, ao que tudo indica, agora distante assento permanente no CS/ONU, devido a sua crônica inexpressividade militar. É certo que no curto prazo, enquanto os EUA, e outras potências, detiverem um poder naval incontestável, os governos do Brasil, e outros estados da região, vão sentir uma certa falta de urgência em ampliar seus meios militares, salvo se a ameaça for a própria OTAN (FLORES, 2002, p.65).

Vários autores indicam que um país do tamanho e importância do Brasil não pode mais se abster de reforçar suas forças armadas de defesa nacional. Contudo, como a letargia permanece, há um claro diagnóstico acerca do fator decisivo a contribuir nesse ambiente de pouco ânimo, ou mesmo aversão, a grandes programas de expansão militar: a presente cultura estratégica brasileira.

7.3 A INFLUÊNCIA DA ATUAL CULTURA ESTRATÉGICA BRASILEIRA

Historicamente, na falta de uma clara diretriz geral de atuação para o país, ou seja, de uma Concepção Nacional de Desenvolvimento Nacional, ou algo nesse sentido, os diversos setores do poder brasileiro, independentemente, buscaram atingir os objetivos que achavam mais adequados ao país. Com isso, por exemplo, o MRE brasileiro, no último século, procurou “consolidar uma identidade internacional calcada na capacidade de formação de consensos, de aproximação entre desiguais, de acomodação” (ALSINA, 2006, p.163).

Alsina acredita que tal postura da Chancelaria brasileira se devesse a

percepções pragmáticas sobre a fraqueza do Estado brasileiro, internamente, o que inviabilizaria quaisquer sonhos de fortalecimento militar. Ignorando a advertência do Barão de Rio Branco sobre a conveniência de se respaldar o softpower com um adequado poderio econômico-militar (hardpower), o Itamaraty procurou passar a imagem de que o país sendo pacífico seria muito mais influente por conta da identidade conciliatória, ou seja, pacífica, mencionada acima por Alsina.

Para Alsina, certas elites brasileiras, sobretudo as diplomáticas, creem firmemente que um Brasil como uma potência benéfica, desmilitarizada, e sem buscar objetivos hegemônicos seria o modelo ideal de país. Este modelo, baseado nos *trading states* do pós-2ª Guerra Mundial: Alemanha e Japão (ALSINA, 2006, p.169), baseiam-se claramente em ideias kantianas de paz universal. Além disso, tais setores acham que a pujança cultural, o potencial agrícola, e mineral, além da cultura cordial e pacífica seriam suficientes para tornar o país uma liderança natural.

É que culturalmente, o brasileiro não percebe ameaças em seu entorno: a América do Sul não apresenta desafios fronteiriços ou disputas figadais que envolvam o Brasil; além disso, como estamos numa periferia pouco relevante estrategicamente as grandes potências não estão diretamente pressionando por vantagens os países do entorno brasileiro. Este fato possibilitou a gestação de uma cultura estratégica que minimiza naturalmente o dispêndio excessivo com dispêndios de defesa.

A cultura estratégica brasileira, como a dos demais países, pode variar mas vai sempre lastrear seu comportamento nas características da cultura do país. Enquanto por exemplo a cultura estratégica russa acha razoável o uso da força para resolver suas contendas, para o brasileiro médio guerras, conflitos ou pressões econômicas e militares são vivências distantes geográfica e temporalmente de seu cotidiano, não sendo consideradas como eventos prováveis para o país (BITTENCOURT e VAZ, 2009, p.7).

Bittencourt e Vaz destacam, contudo, que a cultura estratégica brasileira apresentada no século XX, resumida acima, parece estar em transformação para o século, em andamento. É que começam a surgir eventos, internos e externos, que contribuem para essa mudança. Dentre tais circunstâncias destacamos: a crescente instabilidade de alguns vizinhos sul-americanos, o gigantesco potencial energético das reservas da camada de Pré-sal, a perspectiva do aumento das pressões internacionais (tanto na Amazônia original, quanto na chamada “azul”), e a adesão do Brasil a agrupamentos como o BRICS (BITTENCOURT E VAZ, 2009).

Imagem 18 – PNB 2013 comparado

<i>Ranking</i>	<i>Economy</i>	<i>(millions of US dollars)</i>
1	United States	16,800,000
2	China	9,240,270
3	Japan	4,901,530
4	Germany	3,634,823
5	France	2,734,949
6	United Kingdom	2,522,261
7	Brazil	2,245,673
8	Russian Federation	2,096,777
9	Italy	2,071,307
10	India	1,876,797

Fonte: WORLD BANK, 2014

Bertonha, por sua vez, acha que a identidade internacional apesar de pacífica, sempre viu o país como destinado a ser “potência que um dia ascenderia ao primeiro plano em termos globais”. Não obstante tal desígnio, o país sempre procurou se pautar, por motivos variados, como uma potência média que atua a reboque dos Estados maiores (BERTONHA, 2013, p.121 e 122).

Para Bertonha, a rarefação das forças militares, para um país que produz um PIB⁴² dos mais elevados do mundo é algo que destoa quando se compara com outros países, especialmente os do BRICS (imagem 18). O autor destaca ainda que tal fraqueza militar é anômala sobretudo pelo desejo do país em ombrear com as grandes potências, especialmente em um CS/ONU reformado (BERTONHA, 2013, p.121).

Com isso, constata-se que para atingir o patamar de grande potência, mais compatível com seu peso e expressão internacional, um dos fatores a serem modificados será a própria cultura estratégica nacional. Esta, longe de admitir a deficiência militar evidenciada acima, acredita – de forma um tanto ingênua – que o modelo de potência benéfica faz prescindir qualquer expansão de poder militar.

7.4 UMA PROPOSTA DE GEO-IDEOLOGIA AUTÓCTONE

A vertente acadêmica brasileira, por sua vez, vem se preocupando em definir uma estratégia de participação nesse espaço geopolítico, que se trata igualmente de uma proposta por uma política nacional definida para orientar essa ocupação. Tal

⁴² O PIB brasileiro para 2013 foi estimado em R\$4,84 trilhões. Em dólares, o referido PIB brasileiro, equivalente a cerca de US\$2,25 trilhões, é o 7º do mundo (IBGE, 2014 e WOLD BANK, 2014)

preocupação pode ser evidenciada por exemplos de interação recentes entre governo e o setor acadêmico como, por exemplo, a publicação de documentos como: Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, todos frutos de intenso debate com setores civis interessados no tema.

É nesta toada que surgem propostas como, por exemplo, o Meridionalismo, delineado por André Roberto Martin, e que pretende emitir um justamente o pensamento que oriente a geopolítica do país. Esta, de caráter mais agressivo do que a visão mais defensiva idealizada por Golbery e Meira Mattos, pode facilitar a montagem de uma política de desenvolvimento nacional, documento de cunho político, que coordene rigidamente as geoestratégias dos diversos setores do poder nacional na América do Sul e na porção meridional do Atlântico.

Para Martin, o Meridionalismo é a geoideologia, ou seja, a visão de mundo, com um ponto de vista ao sul do Equador, reunindo as potências que são alijadas da disputa de poder entre as potências marítimas e terrestres setentrionais. O pensamento meridionalista pressupõe ainda a aproximação com as demais potências meridionais (África do Sul, Índia e Austrália) refutando peremptoriamente relações desiguais. Estas não podem ser aceitas, pois há risco do país renunciar às suas potencialidades, aprofundando assim as desigualdades internas do Brasil (BRASIL, 2012).

A inquietação quanto à inexistência de uma visão geopolítica para as geoestratégias do país surge em boa hora, na medida em que o Atlântico Sul, face a sua evidente importância econômica para o país, vem ganhando importância. Tal urgência sobressai na medida em que potências como a Rússia, em ações tipicamente revisionistas, como as mencionadas ao longo do texto, agem para retomar seu papel de protagonismo aumentando a tensão mundial.

O desenvolvimento dessa concepção geopolítica como orientadora do Brasil em suas ações internacionais foi objeto de comentários auspiciosos por parte do próprio Alexandr Dugin, mentor do pensamento eurasiático. A seu modo de ver, o Meridionalismo, ou qualquer outro pensamento geopolítico autônomo por parte do Brasil, vem ao encontro da visão eurasiática de um mundo multipolar, ou seja, com múltiplos centros de poder.

No capítulo seguinte trataremos das relações russo-brasileiras na atualidade, destacando, na medida do possível, eventuais pontos de convergência e divergência na atual conjuntura internacional.

8. REFLEXOS PARA A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

A Rússia, como vimos acima, é uma forte defensora de uma configuração multipolar nas relações entre as grandes potências, em detrimento da unipolaridade hegemônica dos EUA que foi característica dos primeiros anos do pós-Guerra Fria. Nesse contexto, e sobretudo a partir da ascensão ao poder de Vladimir Putin, pela primeira vez, em fins 1999, o discurso internacional russo se modificou gradualmente, vindo a ser alinhar naturalmente ao do Brasil, ao menos nessa questão da estrutura de poder mundial.

O presente capítulo pretende realizar uma breve exposição acerca das conjunturas atuais de Brasil e Rússia, com ênfase em eventos relacionados a questões de defesa, dando ênfase aos pontos em que ficam mais nítidas as influências eurásianas. Ao final do capítulo, baseados nos eventos descritos serão examinadas ameaças e oportunidades da interação com a Rússia para o planejamento estratégico de defesa brasileira.

8.1 A RÚSSIA E A CONJUNTURA RECENTE

A primeira década do século XXI começou sob a égide dos ataques de 11 de setembro de 2001, nos EUA, e que deflagraram a chamada “Guerra ao Terror” por parte da superpotência ocidental. Em meio a seu primeiro mandato presidencial e com graves problemas internos por resolver, incluindo a insurgência chechena, a tibieza econômica e militar russa e a consequente expansão da OTAN para a Ásia Central, Vladimir Putin preferiu não obstar a forte resposta militar norte-americana à agressão.

Tal posição, lastreada sem dúvida no pragmatismo mencionado no capítulo anterior, teve fortes repercussões internas. Como seria de se esperar, os setores eurásianistas viam os ataques ao solo norte-americano, e principalmente a posterior resposta estratégica dos EUA, como uma situação de extremo perigo para o projeto eurásiano (DUNLOP, 2004).

Para Panarin, por exemplo, os ataques serviram como uma “prova de que a superpotência americana estava agarrando-se a ilusões” no que tange a suas políticas unilaterais (LARUELLE, 2008, p.88). Já Dugin, achava que os ataques, e posterior intervenção norte-americana no Afeganistão foram tratados erradamente pelo

Governo Putin, já que os EUA conseguiram com isso obter bases militares bem no centro da Eurásia (DUNLOP, 2004).

Face às circunstâncias mencionadas acima, e lembrando de eventos modificadores de cenário, como o tratamento ocidental à Sérvia sobre o Kosovo – onde Moscou se mostrou impotente para impedir os bombardeios ocidentais – causou uma definitiva mudança de sua postura (MANKOFF, 2012). Como visto acima, face a esse notório enfraquecimento relativo, ao menos no curto prazo, a Rússia evitou qualquer acirramento de disputas flagrantes com o Ocidente.

Não obstante, segundo a STRATFOR, o renascimento do poderio russo passou pelas seguintes ações que ocorreram entre os anos 2000 e 2013: a) combate à fragmentação política e econômica do país, b) uso do fornecimento de hidrocarbonetos aos países europeus, e à Ucrânia, como instrumento de pressão política, c) escalada militar onde se fizesse necessário para preservar o status quo (Chechênia e Geórgia), d) lançamento da União Aduaneira – cerne de uma futura União Eurasiana além de e) impasse com o projeto de expansão da UE sobre o “exterior próximo” russo (STRATFOR, 2014).

O combate à fragmentação política ficou caracterizada pela busca da centralização do poder político, novamente sob o poder central de Moscou, em detrimento dos diversos *oblast* (distritos). Isso significou, no âmbito político, a criação de uma estrutura partidária não apenas para concorrer nas eleições regulares, mas sobretudo para prover o presidente de sustentação parlamentar. Para os eurásianos, o processo de centralização autoritária estava totalmente de acordo com sua visão de retomada do Estado forte e da tradição centralista e intervencionista típica da governança russa ao longo da história.

Já no âmbito econômico, o governo russo procurou reforçar o poder estatal nos eixos comercial e financeiro, mas sobretudo nos estratégicos setores de energia, bancos e produtos de defesa. Tal medida, além de impactar nos mecanismos de controle da economia (intervencionismo estatal), gerou um enfraquecimento de esquemas de poder paralelos (oligarquias), sobretudo no setor petrolífero (MANKOFF, 2012).

A questão energética também foi uma ferramenta bastante utilizada como forma de reativar a proeminência russa. Uma consequência direta dessa diplomacia energética foi a obtenção de prestígio suficiente junto a Ucrânia para, por exemplo, renovar a cessão de uso das bases navais da Ucrânia. Outra consequência foi a

expansão sem precedentes das receitas auferidas com o fornecimento de combustíveis para a Europa e outros compradores. Tais receitas, permitiram dar início à renovação do dispositivo militar (imagem 19), uma proposta tipicamente eurásiana, o que possibilitou ações agressivas como as da Geórgia em agosto de 2008.

O ataque militar à Geórgia, em meio a um ambiente internacional distraído com as Olimpíadas de Pequim, significou possivelmente a primeira projeção de forças militares russas, em seu “Exterior Próximo”, desde o fim da Guerra Fria. A primeira incursão russa pós-soviética fora de suas fronteiras reconhecidas ocorreu não por conta do futuro status de áreas remotas como a Abcásia e Ossétia do Sul⁴³, mas sim pelo desejo da Geórgia em se aliar ao Ocidente (PETERSEN, 2011, p.88)

O lançamento de esforços multilaterais, como o caso da União Aduaneira, não foi o único esforço nesse sentido pela Rússia. Alinhado com as proposições eurásianas, o governo russo, desde os anos 1990, vem propondo sucessivos arranjos para incluir, em maior ou menor grau, os antigos territórios soviéticos como por exemplo a Comunidade de Estados Independentes (CEI). Outro arranjo, dessa vez mais abrangente, foi a OCX.

Imagem 19 – Expansão do dispêndio militar russo comparado ao dos EUA



Fonte: Ukraine Crisis Media Center (2014)

⁴³ As denominações de países e regiões citadas buscam seguir a denominação adotada pelo MRE do Brasil, conforme documentos oficiais do ministério (nota do autor)

Em 2001, a Rússia formou, em conjunto com a China e outros países da Eurásia a chamada Organização de Cooperação de Xangai (OCX) (para mais detalhes *vide* p.07. Para Tomé, a OCX caracterizaria o chamado “Eixo Moscovo-Pequim”, “sendo instrumental para ambos contrariarem a influência americana e estabilizarem a Ásia Central (TOMÉ, 2007). Mais que isso, a formação da OCX, em que pese as restrições de Dugin, atende aos desígnios da ala mais militar do Eurasianismo, exemplificada pelo já citado General Ivashov.

É que apesar das realidades geopolíticas, a existência da OCX, reconhecida como a “principal organização internacional da Ásia Central” (ALVES, 2012, p.74), parece ser a maior prova de uma certa dissonância prática entre os postulados do Eurasianismo de Dugin e a práxis diplomática russa. Segundo Tomé, “a importância da China para a política asiática da Rússia é tal que, por vezes, esta parece ser sinocêntrica, admitindo-se que alguns russos sonhem mesmo com uma aliança (entre) Rússia-China (TOMÉ, 2007).

Na questão da Guerra Civil síria, os russos se interpõem aos desejos dos EUA e do Ocidente de derrubar o governante sírio Bashar Al-Assad, tido como aliado tanto de iranianos, como, em última análise, dos russos. Sobre esta questão Dugin, em nome dos eurásianos aplaude a conduta de Putin, afirmando que: “Putin has shown to everybody in the world and in the region that there is not only one place where strategic decisions on who is the bad guy and who is the good one is taken anymore” (DUGIN, 2014b)⁴⁴

Finalmente, chegamos à questão do avanço das instituições ocidentais sobre o Exterior Próximo russo. Para os eurásianos isso é uma questão inegociável, sendo inclusive um notório ponto de convergência entre as teses eurásianas e a práxis diplomática russa. Como ilustração deste fato podemos citar que, de acordo com a Concepção de Segurança Nacional da Federação Russa de 2000 (atualizada, sem muitas modificações em 2009), das variadas ameaças e à Rússia na esfera internacional, destacam-se: o fortalecimento de blocos e alianças militares, “sobretudo a expansão da OTAN para o leste” e o possível surgimento de bases militares estrangeiras e grandes contingentes de tropas “nas proximidades diretas das fronteiras da Rússia” (RÚSSIA, 2000).

É nesse ambiente de avanço ocidental para leste, que começa o ano de 2014.

⁴⁴ “Putin mostrou a todos, no mundo e na região, que não há mais lugar algum onde decisões estratégicas do tipo quem é o ‘mocinho’ e quem é o ‘bandido’ são aceitas” (PUTIN, 2014b, tradução nossa).

O evento da vez é a retomada da crise política ucraniana, numa repetição piorada, para os russos, dos eventos relativos à Revolução Laranja de 2004. De modo similar àqueles eventos conturbados, parcelas da população ucraniana mais voltadas para uma aproximação com o Ocidente voltaram a contestar o *status quo* e, posteriormente, causar a deposição pelo Parlamento do presidente Viktor Yanukovitch, conhecido por suas posições pró-Rússia.

Este presidente ucraniano foi eleito eleito por votos majoritariamente do leste do país, ou seja da população mais próxima (física e mentalmente) da Rússia. Com isso, face à diversidade cultural do país, nem todas as suas decisões foram bem aceitas em todo o país. Dentre as convicções mais desgastantes para a popularidade da gestão Yanukovitch, um dos mais emblemáticos foi o caso da cessão de uso das bases navais da Criméia para a Rússia.

Este litígio vem a ser uma questão sucessória advinda da dissolução da União Soviética. Com o “Tratado de Partição”, de 1997, um acordo duramente negociado por Yevgeny Primakov, os Estados russo e ucraniano chegaram a um acordo quanto à divisão da esquadra soviética do Mar Negro. Mais importante para a Rússia, foi a renovação por mais 20 anos da cessão das bases navais na Criméia (MAZAT e SERRANO, 2012, p.17).

A anexação da Criméia pela Rússia, em março de 2014, no vácuo de poder causado pela deposição de Yanukovitch causou forte comoção internacional, além de ter desencadeado muitas sanções econômicas norte-americanas e europeias sobre a Rússia. Apesar disso, a captura da Criméia trouxe grande satisfação aos eurásianos, além de melhorar – no curto prazo - sua situação geopolítica no Mar Negro. Com tal ação os russos também materializaram a estratégia nacional de não perder o controle sobre territórios tidos como essenciais para seu poder nacional (DUGIN, 2014b).

O advento da influência do Eurasianismo contemporâneo nas ações internacionais da Rússia, como visto, vem causando uma modificação dramática na postura internacional daquele país. Tal comportamento internacional mais agressivo, em que pese a maior aproximação entre Brasil e Rússia em fóruns como o BRICS, não significa, a priori, que o Brasil deva condenar ou apoiar as ações russas.

Muito pelo contrário, historicamente, o Brasil sempre evitou alinhamentos militares automáticos a terceiras potências, à exceção do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947. Este tratado, assinado numa conjuntura internacional inédita (logo após a 2ª Guerra Mundial) foi visto mais como

um gesto de solidariedade pan-americana, do que de real assistência militar recíproca.

Antes da 2ª Guerra Mundial o mundo vivia uma multipolaridade onde sobressaíam grandes potências como França, Grã-Bretanha e Alemanha Nazista na Europa, a União Soviética, o Japão e a China na Eurásia, e os Estados Unidos nas Américas. Nesse quadro já então complexo, o Brasil, então um país praticamente agrícola, soube explorar as rivalidades entre as potências rivais para auferir o máximo de ganhos na cena internacional.

Mesmo antes da conflagração mundial, a Alemanha e os EUA já disputavam a influência política em terrenos ainda neutros da América do Sul, portanto passíveis de servirem como fornecedoras de matérias-primas. O Brasil, de forma pragmática, buscou evitar o alinhamento automático, com um ou com outro, pois via o embate entre rivais como a chance de obter o apoio que precisava para seu desenvolvimento.

Posteriormente, com o agravamento da luta travada mundialmente, face a circunstâncias alheias a seu desejo inicial – o Brasil declarara-se neutro com a deflagração do conflito europeu em 1939 – o país assinou um acordo com os EUA, que gerou, entre outros benefícios, a instalação da primeira planta industrial siderúrgica do país.

Com o início da chamada Guerra Fria, e o endurecimento da disputa ideológica entre os EUA e a União Soviética, duas superpotências nucleares, não houve mais como o Brasil, pragmaticamente, garantir uma neutralidade vantajosa entre rivais geopolíticos.

Com o final da Guerra Fria e o surgimento de uma provável multipolaridade neste início de século XXI, pode surgir uma nova oportunidade para exploração diplomática da rivalidade geopolítica entre as grandes potências. Desta feita o Brasil, agora 7ª potência industrial do mundo, observa um cenário internacional mais complexo do que no entre guerras do século XX.

Neste início de século, os EUA permanecem como a maior potência, sendo agora rivalizados por potências emergentes como China e Rússia, mas tendo que levar em conta outras potências menos agressivas como: União Europeia, Índia, Japão e Brasil.

Ao contrário da multipolaridade anterior, o mundo atual possui uma profusão de organismos multinacionais, com destaque para: alianças militares, como a OTAN; agrupamentos comerciais, como o G20 agrícola, e a OPEP; e agrupamentos com objetivos variados, como a OCX e o BRICS. Tal multiplicidade de organizações, com

interesses e objetivos cada vez mais variados, é o principal fator de complexidade na atual agenda internacional.

É bom reforçar que o agrupamento BRICS não se trata de uma aliança militar, mas de um foro de discussão de diversos assuntos, com destaque para questões econômicas. Com isso, o arranjo não possui um tratado internacional formal tratando de obrigações ou deveres no campo da segurança internacional. Tal realidade diplomática é outro fator que comprova a complexidade do mundo atual, pois arranjos como o BRICS reúnem países com interesses nem sempre convergentes.

Neste ponto não podemos deixar de notar que tanto a Rússia, quanto a China, sem esquecer dos países ocidentais, tem aberto interesse em expandir seu controle sobre regiões fornecedoras de recursos naturais e itens estratégicos. A Rússia, seguindo o postulado eurasiologista que recomenda independência em todos os campos de poder, é uma voraz exploradora de recursos energéticos, mas também industriais, tendo sido inclusive uma das razões da recente questão da anexação da Criméia.

8.2 REFLEXOS PARA A DEFESA DO BRASIL

Face ao estudado nos capítulos anteriores, e levando em conta os principais eventos recentes descritos acima, é possível agora fazermos um apanhado acerca das principais oportunidades de uma maior interação entre Rússia e Brasil, destacando aquelas do campo da defesa. Contudo antes de entrarmos neste setor propriamente dito, passaremos a fazer, paralelamente, uma breve incursão em outros setores componentes do poder nacional para fins de melhor entendimento da questão.

Nos últimos anos o intercâmbio comercial entre os dois países tem ficado estacionado na casa de US\$10 bilhões, o que esforços recentes como a Cúpula de Fortaleza e o recente Acordo de Cooperação em Defesa vem tentando ampliar. Para os governos de Brasil e Rússia a “cooperação econômica e comercial é parte importante da parceria estratégica bilateral” e, nesse sentido, “destacaram o compromisso de trabalhar para, no curto prazo, elevar o intercâmbio comercial bilateral”. (TECNOLOGIA E DEFESA, 2012a).

No campo econômico, vimos acima que a Rússia é um grande exportador de petróleo, no que o Brasil pode se equiparar caso se confirme, como vem sendo o caso, o grande potencial das reservas petrolíferas do chamado “Pré-Sal”. Cabe notar que

tanto um quanto o outro, “monster countries”, atualmente não são membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP).

A Rússia, como vimos, grande produtora de hidrocarbonetos, a exemplo do Brasil, possui imensas porções de território ainda inexploradas. Tal fato pode tornar as duas potências regionais, hoje produtoras com limitada participação no mercado mundial de energia, mais adiante, grandes exportadoras de hidrocarbonetos. Tal situação vai reforçar a necessidade de uma crescente interação das políticas econômicas, com reflexos na segurança nacional, dos dois países.

Outrossim, com a influência do Eurasianismo, agora que a Rússia é parte da OMC, o Brasil pode ter a chance de ampliar suas exportações de bens primários (agrícolas) e certos bens de maior valor agregado. Tal fato pode ser evidenciado pela recente Crise da Criméia, quando o governo russo, para compensar as sanções ocidentais, aumentou as importações de certos produtos brasileiros (especialmente carnes, laticínios e outros produtos alimentícios) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

No campo financeiro, especialmente após a recente cimeira do BRICS em Fortaleza (julho de 2014), Brasil e Rússia em parceria com os outros membros do arranjo criaram, entre outras ações: um banco de financiamento alternativo ao Banco Mundial (MRE, 2014b). Com o fortalecimento do enfoque eurasiático, a Rússia pode, cada vez mais, ajudar a ampliar o papel de certas organizações multilaterais de viés econômico, contribuindo assim para uma arquitetura econômica mundial menos concentrada no Ocidente.

No campo científico-tecnológico, segundo Roffey, a Rússia, em 2011, define como prioritárias as pesquisas nas seguintes áreas: tecnologias de segurança e anti-terror, ciências naturais, nanotecnologia, ciência dos materiais, sistemas de comunicações e tecnologia da informação, tecnologias militares avançadas, sistemas espaciais, energia e biotecnologias. Destas, o país vem envidando o grosso dos esforços e recursos nos campos da nanotecnologia e da biotecnologia, ao invés de investir em todo amplo espectro de áreas de inovação passível (ROFFEY, 2013). Com isso, nessas áreas, onde o Brasil possui pesquisas aplicadas, com destaque para a biotecnologia, os dois países podem expandir sua cooperação.

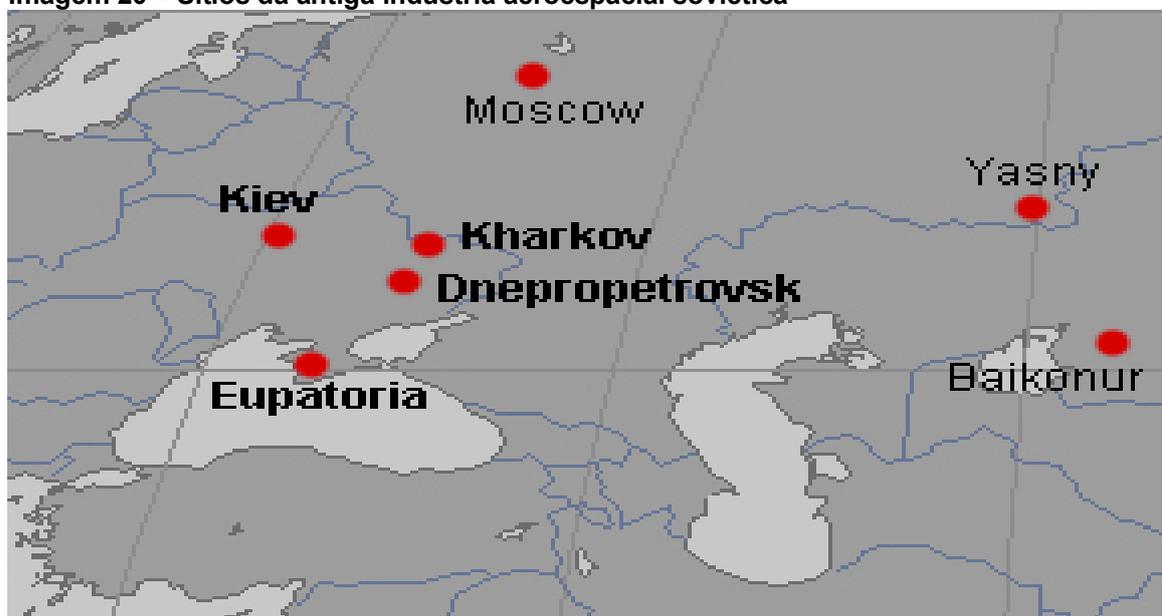
No setor aeroespacial, o Brasil nos últimos anos firmou uma parceria com a Ucrânia para uso do foguete Cyclone 4, com veículo de transporte prioritário (ou veículo lançador de satélites – VLS) para projetos, pesquisas e satélites espaciais brasileiros (BRASIL, 2011). Ocorre que, com o conflito endêmico na Ucrânia oriental,

a parceria espacial brasileira com a Ucrânia pode ficar comprometida, visto que as plantas de produção do VLS ucraniano (ex-soviético) acham-se precisamente na região conflagrada (BRASIL, 2011, p.244). Face a essa ameaça, o Brasil poderia buscar uma parceria preventiva com a própria Rússia. Esta, vale dizer, além do setor de produção aeronáutica, possui um setor de produtos espaciais russo considerado dos mais avançados do mundo.

Como o Brasil, nesse setor, pouco pode esperar dos EUA ou dos demais países ocidentais, no âmbito do BRICS, e com o incentivo do Eurasianismo russo, o país poderia substituir a limitada parceria tecnológica com a Ucrânia⁴⁵ por uma mais abrangente com a Federação Russa. É bem verdade que os russos também devem ter restrições contra a entrada de novos concorrentes nesse seleto mercado mundial de satélites.

O lançamento de foguetes espaciais é uma capacidade que viabiliza o manejo de mísseis balísticos, mas também o lançamento de satélites de diversos tipos. É bom lembrar que o satélite brasileiro de defesa e comunicação está previsto para estar pronto até 2016, o que provê pouco tempo para a aquisição de uma capacidade de lançamento de grandes foguetes dos russos.

Imagem 20 – Sítios da antiga indústria aeroespacial soviética



Fonte: NPOintercos (2014)

⁴⁵ ameaçada pela anexação da Criméia e a insurgência na sua porção leste, onde se situam a maioria dos centros da indústria aeroespacial russa, a saber: Eupatoria, Dnepropetrovsk e Kharkov (imagem 20) (NPOintercos, 2014)

No campo da política, mais especificamente da governança estatal, o modelo russo – em que pese seu tom algo autoritário – de uma Grande Estratégia nacional, chancelada pelo presidente da Federação Russa, vem a ser bastante interessante para uma adaptação à realidade e às tradições brasileiras. Segundo a regra de um aproveitamento virtuoso das propostas eurásianas, ou seja, “adotar o melhor, descartar o pior”, o Brasil poderia adotar esta espécie de “diretriz mestra” capaz de alinhar todas as suas políticas de segurança internacional.

Tais diretrizes alinhariam as estratégias setoriais desempenhadas pelos ministérios da Defesa e Relações Exteriores, minimizando, ou mesmo evitando descompassos no nível político do Estado Brasileiro. Além disso, seria desejável que essas diretrizes viabilizassem uma coordenação de esforços de outros ministérios (Casa Civil, Justiça, Planejamento, Fazenda e outros) em prol da Grande Estratégia; tudo em prol do fortalecimento da atuação do Estado brasileiro no cenário internacional. Tal rol de diretrizes geoestratégicas, necessariamente, teria que dispor de força de lei e, portanto, ser originada a partir do Congresso Nacional.

Com essa Grande Estratégia definida é altamente desejável que o mais alto mandatário, homem ou mulher, do Brasil tenha a visão estratégica e o correto entendimento do que seja alta política, a semelhança do que realizaram os últimos presidentes russos (Vladimir Putin e Dmitri Medvedev). Isso porque é inegável, por diversos autores consultados, que esses últimos governantes russos, apesar dos graves problemas estruturais russos ainda presentes, e apesar disso, transformaram a visão internacional e a própria identidade nacional russa.

É sempre bom lembrar que a atual liderança estratégica russa, passível de emulação, possui defeitos à luz da cultura estratégica brasileira, como o personalismo excessivo e conhecidos traços de autoritarismo que devem, portanto, ser evitados. Além disso, a Rússia, é bom lembrar, nos últimos meses vem perfazendo diversos atos contrários à lei internacional, o que não seria desejável, muito menos aceitável, para a tradição diplomática brasileira.

Entrando no campo militar, propriamente dito, a Rússia, como a maior herdeira das tradições, doutrinas e tecnologias da antiga União Soviética, tem grande potencial para prover intercâmbios em algumas áreas com as Forças Armadas brasileiras. Recentemente, empresas russas afirmaram que a Rússia deseja expandir sua cooperação militar, dando ênfase aos BRICS, e que negociações já estão bastante adiantadas nesse sentido. Certos analistas russos, indo mais longe, chegam a afirmar que “uma vez que tivermos começado a cooperar com o Brasil e a África do Sul, vamos concentrar esforços na integração dos sistemas de armas entre Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul em um ambiente militar e industrial unificado” (DEFESANET, 2014b).

Nesse rumo, no que tange à cooperação entre forças terrestres, a Rússia não mantém militares fazendo intercâmbio no Brasil. Logo, ambos os países poderiam iniciar tal troca de oficiais, praças e estudantes para uma maior interação, especialmente nos setores industrial e tecnológico. Além disso, o Brasil precisa desenvolver um carro de combate principal que possa substituir no médio prazo, as recentes aquisições de viaturas blindadas de combate Leopard, alemãs. Neste quesito, o desenvolvimento conjunto de uma viatura do grau de complexidade da plataforma Armata (Imagem 21), também conhecido como T-99, ainda pode ser delineado como desejável para o futuro.

De palpável mesmo até agora, para o vetor terrestre, há a provável aquisição, com parcerias de aquisição tecnológica de lotes de sistemas de defesa antiaérea de média altura Pantsir TS1 (Imagem 22). Segundo analistas, estão sendo negociados três sistemas de artilharia antiaérea de média altura Pantsir-S1, mas o Brasil também vai adquirir “dois sistemas de artilharia de baixa altura Iгла – também de origem russa -, e o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um subsistema de controle e alerta de média altura, composto por três sensores e três centros de operações de artilharia antiaérea” (DEFESANET, 2014c).

Imagem 21 – Plataforma Universal Armata – T99



Fonte: Defense Update 2012

No que tange às forças navais, a marinha russa possui vasta experiência

histórica na construção e manejo de frotas capazes de operar dentro, e fora, de seu entorno regional. Os estaleiros russos, segundo Bosbotinis, estão trabalhando para permitir uma notável expansão das unidades navais russas a um quantitativo suficiente para fazer da Rússia, novamente, um global player (BOSBOTINIS, 2012). Com a influência eurásiana, os russos podem vir a facilitar a viabilização de parcerias tecnológicas com estaleiros brasileiros.

É bom lembrar que com o advento do Pré-Sal, diversos estaleiros nacionais vêm sendo renovados com recursos da exploração petrolífera (PETROBRAS e PETROSAL) para possibilitar a construção de navios e outras embarcações para aplicação na exploração. Com isso, a construção de unidades navais militares, nesses mesmos estaleiros renovados, com tecnologia russa, seria uma questão da disponibilidade dos recursos financeiros necessários e conveniência política.

Finalmente, voltando ao campo aeroespacial, agora militar, a Rússia, como herdeira da União Soviética possui vastas capacidades na produção de mísseis e outros vetores aéreos modernos. Os russos atualmente estão empenhados na construção de um caça de quinta geração, um produto de defesa de alta complexidade

Imagem 22 – Sistema Pantsir TS1



Fonte: DEFESANET, 2014

Imagem 23 – Caças Sukhoi T-50



Fonte: AÉREO, 2013b

de produção, sendo que pretendem buscar parceiros para cooperar nessa produção, tendo sido indicado que a Índia já estaria participando do projeto como membro do BRICS.

O Brasil ensaia participar da produção do caça Sukhoi T-50, ora sendo construída em duas versões: a nacional, para uso exclusivo da força aérea russa; e a conjunta, visando a aquisição pelos indianos. Face a isso, é

possível que a parceria possa ser estendida para um projeto mais ambicioso como o caça de última geração do BRICS, o que evidenciaria a grande cooperação desse arranjo, ainda em luta contra suas contradições inerentes (PRAVDA, 2013).

Na área de aeronaves de transporte, por sua vez, Brasil e Rússia possuem aeronaves concorrentes, respectivamente: KC-390 e MTA, o que pode afastar cooperações nesse nicho. O MTA, que já foi vendido para a Índia aparece como um dos concorrentes do KC-390 da Embraer Defesa e Segurança (EDS), contudo, ao contrário do avião russo, a aeronave de carga brasileiro deverá realizar o seu voo inaugural em novembro de 2014 e as entregas estão previstas para começarem em 2016 (TECNOLOGIA E DEFESA, 2012b).

Não podemos esquecer que o Brasil também já adquiriu nos anos anteriores um lote de 12 helicópteros Mi-35, tendo sinalizado a compra de mais 06 unidades, que dependeria das disponibilidades orçamentárias. É certo que as compras dessas unidades de combate preencheram certas deficiências nas capacidades de combate da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Exército Brasileiro, mas careciam da já tradicional contrapartida tecnológica exigida pelo Brasil (AÉREO, 2011a)

Como foi visto acima, as parcerias em defesa entre os dois países são promissoras, mas temos que lembrar que os produtos de defesa russos possuem diversos pontos negativos, a saber: falta de apoio governamental, atrasos de produção (BYSTROVA, 2011, p18), dificuldade de aquisição de componentes de reposição, pós-venda inconstante (AÉREO, 2011a). Tal portfólio de deméritos contrasta inclusive com os problemas da base industrial de defesa brasileira, sempre em luta contra escassez de mão de obra qualificada, a crônica escassez de recursos das Forças Armadas nacionais e a pequena escala de produção.

Ao tocar neste ponto, temos que lembrar que o Estado brasileiro ao menos desde o final do Regime Militar, face à ênfase – igualmente importante, diga-se de passagem, no desenvolvimento humano no país – relevou a segundo plano quaisquer políticas de fortalecimento das estruturas e programas estratégicos no Brasil, daí os crônicos problemas apresentados, que pretendem ser resolvidos com a adoção de leis de incentivo como é o caso da Lei 12.598, Lei de Fomento à Base Industrial de Defesa, regulamentada no ano de 2013.

É válido notar que o setor mais institucionalizado, e organizado, do país é justamente o setor de defesa, o que pode ser evidenciado pelos diversos documentos oficiais produzidos pelo setor: Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional

de Defesa (END) e Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN). Outra fonte de evidente prestígio do setor são os seguidos eventos que contaram com a participação fundamental das Forças Armadas Brasileiras nos últimos anos (os Grandes Eventos).

Após essa exposição de idéias sobre as possibilidades de cooperação russo-brasileira, à luz do fenômeno eurasiânico, podemos notar que, apesar da distância física que as separa, Rússia e Brasil possuem muitos interesses, projetos e pensamentos possíveis de compartilhamento. Resta dizer que, lembrando o dito de São Paulo: “tudo posso, mas nem tudo me convém”, ao Brasil, e em especial à sua liderança política, resta atuar no sentido de selecionar exatamente as boas práticas que atenderiam ao interesse nacional brasileiro, num quadro de crescente complexidade internacional.

9. CONCLUSÃO

O estudo realizado pela presente dissertação pretendeu **entender como a teoria geopolítica do Eurasianismo vem exercendo influência na política externa russa, destacando se ela poderá influenciar as ações de defesa do Brasil**. Para responder a essa inquietude, ao longo de densa e longa pesquisa, tivemos a oportunidade de nos debruçar sobre assuntos tão variados quanto diversos, como por exemplo: a geopolítica da Rússia e sua conseqüente política exterior, o Eurasianismo contemporâneo, em especial o explorado por Alexandr Dugin, bem como aspectos da geopolítica e geoestratégias do Brasil.

Ao fim da pesquisa, podemos afirmar que, principalmente após o advento dos governos de Vladimir Putin, no ano 2000, a Rússia passou a adotar boa parte do pensamento neo-eurasiano em suas ações governamentais, desprezando apenas o inviável pelas realidades da política internacional. Baseado sempre nos imperativos geopolíticos do país, o pensamento eurasiático atuou fortemente sobre a política externa da Rússia por meio de think tanks, publicações e influência político-partidária, resultando numa surpreendente retomada do papel internacional do país na agenda mundial.

Dentre os eventos internos e externos executados pela Rússia em que podemos notar traços neo-eurasianos destacamos: o fortalecimento interno do Estado russo; a profunda reforma militar russa, sobretudo a partir de 2008; a retomada das tradições militares imperiais e soviéticas; a renovação da pressão sobre os países da antiga União Soviética; a política de distensão com a China, resultando inclusive na criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX); o afastamento dos países e posições políticas do Ocidente; o advento de melhores relações diplomáticas com países emergentes como Brasil, China, Índia e África do Sul, parceiros do arranjo BRICS, entre outras ações de caráter multilateral.

O objetivo geral pretendido pela pesquisa, que foi a seleção de reflexos dessa nova política exterior russa para o Brasil foi atingido ao longo do capítulo anterior, onde procurou-se, na medida do possível, correlacionar ações bilaterais recentes com a influência eurasiática, uma constante na política exterior russa pós-soviética.

Na sequência, buscando atender aos objetivos específicos, a pesquisa revisitou a geopolítica russa, tendo ainda descrito os muitos desafios a serem

vencidos pela Rússia de hoje para o futuro. Assim foi visto que o atual diagnóstico russo para voltar a ser potência passa, no presente, pela criação de uma nova ideologia geopolítica: o Eurasianismo contemporâneo ou Neo-Eurasianismo. Tal pensamento geopolítico, que segundo a tradição filosófica russa influencia tanto a política externa quanto a interna, é defensora da formação de uma Grande Rússia, com as seguintes características: profundamente contrário às tradições, países e instituições do Ocidente (EUA e países da Aliança Atlântica); caráter multicivilizacional, imperial, autoritário e mantenedor das tradições russas.

Neste sentido, os eventos de grande importância geopolítica em curso na península da Criméia e na Ucrânia Oriental, mais precisamente na densa região industrial do Vale do Don (a famosa região do Donbass) indicam claramente que a Rússia está em flagrante oposição às agressivas ações expansionistas do Ocidente na Eurásia. A disputa pelo controle sobre a Ucrânia, aliás, se insere perfeitamente na visão geopolítica eurásiana que abjura qualquer presença do Atlantismo no seu “exterior próximo”.

Portanto, do exposto acima, e lembrando da breve Guerra da Geórgia, em agosto de 2008, conclui-se que longe de se conformar com a diminuição de poder que o fim da União Soviética significou para o país, a Rússia, como herdeira das tradições russo-soviéticas, jamais deixou de operar para soerguer a hegemonia perdida no espaço eurásiano.

Essa visão messiânica russa se assenta numa realidade geopolítica que, ao menos desde o século XV, vem sendo focada pelas sucessivas versões do estado russo para melhor garantir sua sobrevivência. Dentro desses imperativos geopolíticos sempre levados em conta podemos destacar: a busca incessante por fronteiras defensáveis e segurança interna, a presença de vastas extensões de terras improdutivas, o clima atroz de boa parte das imensas áreas de soberania russa, um litoral carente de portos livres de congelamento durante os longos invernos, a distância dos principais centros de poder mundial, a presença de variadas etnias no interior da Federação Russa, o grande anecúmeno da Sibéria Oriental e a luta vital para transportar alimentos do campo para as grandes cidades russas.

Posteriormente, como resposta a esses imperativos categóricos, com o fim do Regime Czarista, seguido pelo início e fim do sangrento regime comunista, o surgimento do Eurasianismo representou uma nova tentativa russa de responder aos desafios impostos por sua natureza geográfica.

O advento desse grande Estado na Eurásia, certamente traria reflexos para toda a comunidade internacional inclusive para o Brasil. Este, potência regional, com vocação natural por se tornar uma grande potência, atualmente vem dando os primeiros passos para adoção de uma geo-ideologia e geoestratégias próprias, voltada para a América do Sul e seu chamado “entorno estratégico”.

É nessa complexa moldura mundial que nesse início do século XXI acha-se o Brasil, ou seja, numa encruzilhada estratégica como só se encontrou nos anos anteriores à 2ª Guerra Mundial. Naquela oportunidade, o país manteve, por mais que quisesse evitar, e até quando não pôde mais fazê-lo, uma custosa neutralidade entre o lado dos chamados Aliados (EUA, Grã-Bretanha, França e China, principalmente) e o do chamado Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Neste ponto, em contraste com as elites russas, ao refletir sobre a constante incúria das sucessivas elites brasileiras sobre questões de defesa, política externa e segurança internacional, faz lembrar uma famosa afirmação atribuída ao teórico marxista Leon Trotski: “você pode não estar interessado na guerra, mas a guerra está interessada em você”.

Infelizmente, corroborando o russo, o Brasil, longe de alinhar suas estratégias nacionais para esse desejável fortalecimento nacional, o país ainda vem se prendendo a infindáveis questões internas (segurança pública, miséria, fome, desigualdade, infraestrutura deficitária, desemprego, terras indígenas), todas de reconhecida e justa importância à luz da cultura humanística brasileira, mas cuja atenção exclusiva relegam a segundo plano a preparação do país para fazer face às duras realidades da geopolítica mundial. Deste fato resulta a quase inexpressividade brasileira na maior parte dos tabuleiros da cena mundial, a despeito de nosso inegável peso geopolítico.

Como relatado por McCann, o Brasil soube explorar muito bem as divergências entre os contendores antes, e durante, o último período de conflagração mundial, agindo de forma pragmática, para obter o máximo de ganhos para o país. Ao se decidir pelo apoio dos Aliados, o Brasil obteve decisivo financiamento para construir seu parque fabril siderúrgico, modernizar seu planejamento governamental, equipar e adestrar suas forças armadas com material e doutrina norte-americana, dentre outros benefícios (McCANN, 1995).

De igual modo, diante do prognóstico de crescentes rivalidades entre os EUA e a OTAN (o Ocidente), de um lado e Rússia e China, e eventuais aliados, de outro (o condomínio eurasiático) seria interessante que o Brasil tivesse uma estratégia

diplomática similar àquela dos anos 1930 e 1940, sem esquecer dos preparativos estratégico-militares, negligenciados naquela ocasião. Só assim o Brasil poderia tatear seu próprio rumo, soberanamente, sem estar limitado por qualquer tipo de aliança, ou imposição da força sob pressões políticas, econômicas e militares.

Por fim, o presente estudo sobre Eurasianismo contemporâneo pretendeu despertar o interesse acadêmico pela divulgação dos conceitos, objetivos e visões de mundo dessa teoria geopolítica ainda muito desconhecida do grande público nacional, e de boa parte do público acadêmico também.

Ao par dessa provável originalidade, ao longo da presente pesquisa ficou patente a necessidade de outras pesquisas similares sobre: o pensamento eurasiático nos discursos da política exterior russa, o grau de aceitação chinês desse pensamento eurasiático, os meios de emprego militar e a estrutura de forças realmente necessários para o Brasil atuar como “global player”, a visão sobre o papel da África para a Eurásia, entre outros temas que poderão enriquecer o debate pretendido pelo Instituto Meira Mattos e pelo Exército Brasileiro.

De um modo geral, a Eurásia é uma região do globo que apresenta grandes oportunidades, mas também grandes desafios para um país como o Brasil, já que contém em seus domínios grandes potências que podem, e devem, ter seu estudo aprofundado pela academia brasileira.

Resta dizer que, ao contrário do Brasil, a Rússia, apesar do “cataclisma geopolítico” que sofreu soube preservar o essencial da identidade russa ancestral. Com isso, à luz de uma liderança política preparada e – visto de fora – realmente interessada no fortalecimento de seu Estado Nacional, a Rússia, com todas as suas mazelas e contradições, vem, nos últimos anos, gradualmente, atingindo um dos imperativos de sua realidade geopolítica: voltar a ser uma grande potência no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emmanuel; BARNETT, Michael (Ed). **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press. 1998. 484p

AÉREO. **Corte na defesa faz Brasil suspender compra de helicópteros da Rússia**. 09/04/2011. <http://www.aereo.jor.br/2011/04/09/corte-na-defesa-faz-brasil-suspender-compra-de-helicopteros-da-russia/>

_____. **Irá o Brasil comprar o T-50? Fotos para ver, fatos para debater**. 18/10/2013. <http://www.aereo.jor.br/2013/10/18/ira-o-brasil-comprar-o-t-50-fotos-para-ver-fatos-para-debater/>. Último acesso em 02/09/2013.

AGNEW, John. **Geopolitics: re-visioning world politics**. London and New York: Routledge, 1998.

AKGÜL, Esra. **Russian Foreign Policy and the discourse of eurasianism: rhetoric versus reality**. Dissertação de Mestrado. Ankara. The Graduate School of Social Sciences. Middle East Technical University. Novembro, 2005. 86p

ALSINA JR, João Paulo Soares. **Política externa e política de defesa: a síntese imperfeita**. Brasília: comissão de relações exteriores e de defesa nacional. Câmara dos Deputados. 2006. 195p.

ALVES, André G.P. **O Renascimento de uma Potência? A Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA. 2012. 214p

ALVES, André G. P. **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**. Brasília: IPEA. 2012. 298p

ALSINA JR, João Paulo Soares. O Poder Militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista brasileira de política internacional**. Brasília, v.52,nº2, julho/dezembro de 2009. Disponível em <http://www.scielo.br>. Último acesso em 30/07/2014.

AMBROSIO, Thomas; VANDROVEC, Geoffrey. Mapping the Geopolitics of the Russian Federation: The Federal Assembly Addresses of Putin and Medvedev. **Geopolitics**, Volume 18, n.2, p. 435-466, 2013.

ANTONENKO, Oksana. Russia, NATO and European Security after Kosovo. in **Survival**. The International Institute for Strategic Studies.

BASSIN, Mark. Eurasianism “Classical” and “Neo”: The Lines of Continuity. In **Beyond the Empire: Images of Russia in the Eurasian**. 2008. p.279-294.

BECKER, Bertha.K; EGLER, Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1993. 267p

BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento: a primeira década do século XXI na América Latina e no Mundo**. Maringá:EDUEM, 2011, 328p.

BERTONHA, João Fábio. A estratégia nacional de defesa do Brasil e a dos outros BRICS em perspectiva comparada. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. Nº56 (2). 2013. P.112-130.

BOSBOTINIS, James. **The Russian Federation Navy: An Assessment of its Strategic Setting, Doctrine and Prospects**. United Kindom Defence Academy. London: UKDA Press. 2010. 41p

BRANDS, Hal. **Dilemmas of Brazilian Great Strategy**. Carlisle (PA), Strategic Studies Institute, US Army War College, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Desafios do Programa Espacial Brasileiro. Brasília. 2011. 276p. Disponível em http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/espacial_site.pdf. Último acesso em 25/08/2014

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI)**. Brasília. 2013.36p.

_____. Ministério das Relações Exteriores. BRICS. In **Mecanismos Inter-Regionais. Temas da Agenda Internacional**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Último acesso em 29/07/2014

_____. Ministério das Relações Exteriores. BRICS. **Declaração de Fortaleza**. 15/07/201. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza>. Último acesso em 01/09/2014.

_____. Câmara dos Deputados. **Seminário Estratégias de Defesa Nacional, sob o tema as grandes tendências no cenário estratégico global: repercussões para o Brasil**. Notas Taquigráficas. Brasília: CREDEN. 27 Nov 12. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/documentos/notas-taquigraficas/seminario-as-grandes-tendencias-no-cenario-estrategico-global-repercussoes-para-o-brasil-e-lancamento-de-livros>. Último acesso em 24/07/2014

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.–Soviet Contest**. Boston: The Atlantic Monthly Press. 1986. 288p

_____, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books. 1998. 240p

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge University Press, 2003. 598p

_____, Barry. Rethinking Security in the Post Cold War. In **Cooperation and Conflit. Nordic International Studies Associations**. SAGE Publications. 1997. 25p. Disponível em <http://www.mhamchi.yolasite.com/resources/Rethinking%20Security%20after%20the%20Cold%20War.pdf> . Último acesso em 10/07/14

CARMONA, Ronaldo G. **Geopolítica Clássica e Geopolítica Brasileira Contemporânea: Mahan, Mackinder e a Grande Estratégia Brasileira no século XXI**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. USP. 2012. 166p

CHAPMAN, Bert. **Geopolitics: a guide do the issues**. Contemporary military, strategic, and security issues. Santa Barbara, California: Praeger Boos. 2011. 272p

COSTA, Wanderlei Messias. **Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec. 1992. 349p

DEFENSE UPDATE. **Russia Plans to Field the T-99, a Radically New Main Battle Tank by 2015**. 10/08/2012. Disponível em http://defense-update.com/20120810_russia-plans-to-field-the-t-99-a-radically-new-main-battle-tank-by-2015.html#.VBR-UJUtC70. Último acesso em 02/09/2014.

DEFESANET. **BRICS - Putin busca apoio em visita ao Brasil. Coberturas Especiais**. Brasil Rússia Geopolítica. 09/07/2014. Disponível em http://www.defesanet.com.br/br_ru/noticia/15923/BRICS---Putin-busca-apoio-em-visita-ao-Brasil/. Último acesso em 30/07/2014.

_____. **Moscou busca desenvolver armamentos com outros BRICS**. Cobertura Especial Brasil-Rússia. 21/08/2014. Disponível em http://www.defesanet.com.br/br_ru/noticia/16508/Moscou-busca-desenvolver-armamentos-com-outros-BRICS/. Último acesso em 02/09/2014.

_____. Cobertura Especial Brasil-Rússia. 21/08/2014. Disponível em http://www.defesanet.com.br/br_ru/noticia/16508/Moscou-busca-desenvolver-armamentos-com-outros-BRICS/. Último acesso em 02/09/2014.

DODDS, Klaus. **Geopolitics: a very short introduction**. New York: Oxford Press University, 2007.199p

DUGIN, Alexandr. **The fourth political theory**. Londres: Arktos Media. 2012. 212p

_____, Alexandr. **Visão Eurasianista**. Tradução de Rafael Machado. 08 Nov 2010. Artigo online. Disponível em <http://evrazia.info/article/4436>. Último acesso em 22/07/2014.

_____, Alexandr. **Sobre a Identidade Brasileira**. Moscou, Canal de Notícias Rússia.ru, 07 Jan 2013. Programa Especialistas. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ulf2kQ1AdAU>. Último acesso em 21/07/2014.

_____, Alexandr. Interview on Ukraine. Entrevista (online). 20 Mar 14. Por Nikita Mironov. Disponível em http://openrevolt.info/2014/03/20/dugin_interview_ukraine/. Último acesso em 31/07/2014.

_____, Alexandr. The Long Path: an interview with Alexandr Dugin. Entrevista (online). 17 Maio 14. Disponível em <http://openrevolt.info/2014/05/17/alexander-dugin-interview/>. Último acesso em 21/07/2014.

DUNLOP, John. B. **Alexsandr Dugin's Foundations of Geopolitik**. In Democratizatsiya. Hoover Institute. 2004. Disponível em <http://www.4pt.su/en/content/aleksandr-dugin%E2%80%99s-foundations-geopolitics>. Último acesso em 15/07/2014.

ERNESTO, Chris. The Eurasian Chessboard: Brzezinski Mapped Out “The Battle for Ukraine” in 1997. In **Global Research** (online). Disponível em <http://www.globalresearch.ca/the-urasian-chessboard-brzezinski-mapped-out-the-battle-for-ukraine-in-1997/5373707>. Último acesso em 30/07/2014.

ERSEN, Emre. Neo-Eurasianism and Putins Multipolarism in Russian Foreign Policy. In **Turkish Review of Eurasian Studies**. Volume 4. 2004. 38p.

FITZGERALD, Michael. SEGDWICK, Mark. **Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century**. Oxford: Oxford University Press, 2004. Review. 14p

FRIEDMAN, George. The Geopolitics of Russia: permanent struggle. **STRATFOR**. Austin, 2008. Disponível em <http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-russia-permanent-struggle>. Último acesso em 26/07/2014.

_____, George. The Geopolitics of Brazil: an emergent power struggles with geography. **STRATFOR**. Austin, 2012. Disponível em <http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-brazil-emergent-powers-struggle->

[geography](#). Último acesso em 26/07/2014.

FLINT, Colin. **Introduction to Geopolitics**. London: Routledge, 2006. 312p

GLOBAL FIREPOWER. Countries ranked by military strength. **Strenght in numbers**, 2014. Disponível em http://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=Brazil . Último aceso em 26/07/2014.

GONÇALVES, Hermes L.M.B.L. **Visões Geopolíticas Contemporâneas do BRICS sobre o Atlântico Sul: os enfoques do Brasil e da Rússia**. VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ENABED. Brasília. 19p.

GRAY, Colin S. In Defence of the Heartland, Sir Halford Mackinder and his Critics a Hundred Years on. in **Global Geostrategy, Mackinder and the Defence of the West**. London: Routledge, 2005.p. 17-35.

GREBENIKOVA, Ganna. How to become Russia's leading neo-Eurasianist: the case of Alexandr Dugin. **Substantive Essays nº2**. Cambridge: 2012. Disponível em http://www.academia.edu/1539198/How_to_become_Russias_leading_neo-Eurasianist_the_case_of_Alexandr_Dugin. Último acesso em 17 Jan 14.

GREGOR, A. James. **In the Shadow of Giants: The Major Powers and the Security of Southeast Asia**. Stanford: Hoover Press. Hoover Institution. University of Stanford. 1989. 188p

GUEORGUIEVA, Vassia; SIMON, Rita James. **Voting and Elections the World Over**. Global Perspectives on Social Issues Series. Lexington Books. 2009. pp. 79-88

IBGE. **Em 2013, PIB cresce 2,3% e totaliza R\$ 4,84 trilhões**. 27/02/2014. Disponível em <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2591&busca=1&t=2013-pib-cresce-2-3-totaliza-r-4-84-trilhoes3>. Último acesso em 18/08/2014.

ISAKOVA, Irina Viktorovna. **Russian Governance in the twenty-first century: Geostrategy, geopolitics and governance**. Cass Contemporary Studies Serie. London/New York. Frank Cass. 1ª edição. 2005. 328p

KAPLAN, Robert. D. **A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013. 383p

KARAGANOV, Sergei. Russia Needs One More Capital – in Siberia. In **Russia in Global Affairs**. nº2. Abr-Jun 2012.21 Jun 2012. 5p. Disponível em <http://eng.globalaffairs.ru/pubcol/Russia-Needs-One-More-Capital--in-Siberia-15567> Último acesso em 30/07/2014.

KATZ, Mark. N. Russia's Security Challenges. In **Acta Slavica Iaponica**. Sapporo: Slavic Research Center. 2007. 13p

KERR, David. The New Eurasianism: the rise of Geopolitics in Russia's Foreign Policy. **In Europe-Asia Studies**, Vol 47, nº6, 1995, p977-988.13p

KHANNA, Parag. **The Second World: How emerging powers are changing the world**. New York: Random House. 2008. 496p

KOLOSSOV, Vladimir. **After Empire: Identities and Territorialities in the Post-Soviet Space**. in AGNEW, John et Al. A Companion to Political Geography. Oxford: Blackwell Publishing. 2003. 510p

KOSOLAPOV, Nikolay. A Prototype Model of Post-Capitalism. **In Russia in Global Affairs**. nº1. Jan-Mar 2013.15 Abr 2013. 5p. Disponível em <http://eng.globalaffairs.ru/number/A-Prototype-Model-of-Post-Capitalism-15934>. Último acesso em 15/07/2014.

KLINKE, Ian. Five Minutes for Critical Geopolitic:a slightly provocative introduction. **In Exploring Geopolitics: introducing the many faces of geopolitics**. London, January 2009 Disponível em <http://www.exploringgeopolitics.org> . Último acesso em 30/07/2014

LACOSTE, Yves. **Géopolitique. La longue histoire d'aujourd'hui**. Paris: Larousse. Hors Collection. 2006.335p

LARUELLE, Marlene. **Aleksadr Dugin: A Russian Version of the European Radical Right?** Ocasional Paper #294. Kennan Institute. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars. 2006. 32p

_____, Madeleine. **Russian Eurasianism: an ideology of empire**. Washington: Woodrow Wilson Center Press. Woodrow Wilson International Center for Scholars. 2008. 144p

_____, Madeleine. **In the name of the Nation: nationalism and politics in contemporary Russia**. Sciences Po series in international relations and political economy. New York: Palgrave Macmillan. 2009. 263p

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 48 n. 1. Brasília, Ibri, 2005.

MACKINDER, Halford. The Geographical Pivot of History. **In The Geographical Journal**, Vol. 23, No. 4 (Apr., 1904), pp. 421-437. Blackwell Publishing on behalf of The Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers). Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1775498> . Último acesso em 20/07/2014.

MALEK, Martin. Russian Geopolitical Concept in Eurasia: a short overview. **In Journal**

of **East-European and Asian Studies**. Bucareste: Maio de 2009. Disponível em <http://www.jeeas.org/index.php/current-issue/36-current-issue/59-martinmalek?showall=1>. Último acesso em 28/07/2014.

MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. Council on Foreign Relations Books. Washington: Rowman & Littlefield Press. 2012. 352p

MARKOV, Sergei. **In Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Rússia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 120p

MATOS, Dídimo. O Neo-Eurasianismo e o redespertar russo. In **Revista de Geopolítica**. Natal, v3, nº2, p 71-79, jul./dez.2012. Disponível em <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs2.2.3/index.php/rg/article/viewArticle/7>>. Último acesso em 25/07/2014.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. A Geopolítica das Relações entre a Federação Russa e os EUA: da “Cooperação” ao Conflito”. in ALVES, André G.P. **O Renascimento de uma Potência? A Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA. 2012. 214p

MCCANN, Frank. D.**A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEx. 1995. 396p

MEIRA MATTOS, Carlos. Brasil: Geopolítica e Destino. In **Geopolítica**. BIBLIEx/FGV Editora. Volume 1. 2011. 315p

_____. Estratégias Militares Dominantes: soluções para uma estratégia militar brasileira. In **Geopolítica**. BIBLIEx/FGV Editora. Volume 2. 2011.416p

_____. Brasil: Geopolítica e Modernidade. In **Geopolítica**. BIBLIEx/FGV Editora. Volume 3. 2011.424p

MENNA, Kishnendra. Ask an Expert. Institute for Defense Studies and Analyses, Nova Delhi. Disponível em <http://idsa.in/askanexpert/geopoliticsandgeostrategy>. Último acesso em 31/07/2014.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. 713p

NPOintercos. International Cooperation in Space. 2014. **Ukrainian Space Activities and Industries**. Disponível em <http://www.npointercos.jp/Ukrainianspace.html> . Último acesso em 01/09/2014.

OCX. **Página principal do sítio institucional da SCO (OCX)**. Disponível em <http://www.sectesco.org/EN123/index.asp>. Último acesso em 26/07/2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Rússia aumentará importações do Brasil para compensar produtos dos EUA e UE**. 08/08/2014. Economia. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,russia-aumentara-importacoes-do-brasil-para-compensar-produtos-dos-eua-e-ue,1540192>. Último acesso em 01/09/2014.

OKUNEV, Igor. **Russian Geopolitics**. Entrevista dada ao site Exploring Geopolitics. Leonard Van Efferink. Maio de 2009. <http://www.exploringgeopolitics.org>. Último acesso em 20/08/2013.

_____, Igor. The New Dimensions of Russia's Geopolitical Code. in **Turkish Policy Quarterly**, 2013, Vol. 12, No. 1, pp. 67-75. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2272084>. Último acesso em 25/07/2014

O'TUATHAIL, Gearoid. The Critical Reading/Writing of Geopolitics: re-reading/writing Wittfogel, Bowman and Lacoste. In **Progress in Human Geography**, 18,13. 1994. p.313 a 332.

_____, Gearoid. **Critical Geopolitics: the politics of writing global space**. London: Routledge. 1996. 258p

_____, Gearoid et Al. **The Geopolitics Reader**. London: Routledge. 2006.

_____, Gearoid. **Russia's Kosovo: A Critical Geopolitics of the August War over South Ossetia**. School of Public and International Affairs, Virginia Tech, Draft version, (forthcoming Eurasian Geography and Economics, 2009, Vol. L, No. 1), on-line text.2008.

PAIVA, Luis Eduardo Rocha. **O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil**. Núcleo de Estudos Prospectivos. Centro de Estudos Estratégicos. Brasília: Estado-Maior do Exército. 23/09/2013. 61p.

PETERSEN, Alexandros. **The World Island: Eurasian Geopolitics and the Fate of the West**. Santa Barbara (California). Praeger Security International. 2011. 176 p

PRAVDA. **Rússia considera o Brasil um parceiro estratégico**. 21/10/2013. Disponível em <http://port.pravda.ru/russa/21-10-2013/35448-0/>. Último acesso em 01/09/2014

PUTIN, Vladimir. **Annual Address to the Federal Assembly of the Russian**

Federation. April 25, 2005. The Kremlin. Moscou. Disponível em http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2005/04/25/2031_type70029type82912_87086.shtml . Último acesso em 26/07/2014;

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. in BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG.2011. 344p.

ROFFEY, Roger. Russian Science and Technology is Still Having Problems—Implications. in **Defense Research Journal of Slavic Military Studies**. Routledge Pubs. 26:162–188, 2013. 28p.

RÚSSIA. **Concepção de Segurança Nacional da Federação Russa**. 2000 [online]. Disponível em [www. http://www.mid.ru](http://www.mid.ru) . Último acesso em 30/07/2014.

_____. **Regional Bodies of State Authority of Russian Federation**. Sítio Oficial Federação Russa. Disponível em http://www.gov.ru/index_en.html. Último acesso em 02/08/2014

_____. **Russian Federation - Key Geographical Data. Jan 2013**. Disponível em http://www.economy.gov.ru/wps/wcm/connect/a27fe1004d750c86a0d0bdc05beb4f7e/facts_march2013_f.pdf?MOD=AJPERES. Último acesso em 22/07/2014

_____. **Constituição Federal da Federação Russa**. 1993. 35p. Disponível em <http://eng.constitution.kremlin.ru/>. Último acesso em 20/07/2014

_____. **National Emblem of Russian Federation**. In Sítio Oficial da Federação Russa. Disponível em http://www.gov.ru/main/symbols/gsr2_2_en.html . Último acesso em 25/07/2014.

SABÓIA, Rodolfo Henrique de. **Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER) -Perspectivas para a Indústria Nacional**. Palestra para a ABIMAQ. Out 2011. Apresentação de Slides.

SANTOS, Eduardo Silvestre dos. O eurasianismo: a “nova” geopolítica russa. **Jornal Defesa e Relações Internacionais**. Lisboa, 2004. Disponível em <http://projectoeurasia.wordpress.com/2009/04/20/o-eurasianismo-a-%E2%80%9Cnova%E2%80%9D-geopolitica-russa/> . Último acesso em 04/07/2014.

SHEKHOVTSOV, Anton; ULMAN, Andreas. Is Alexandr Dugin a Traditionalist? “Neo-Eurasianism” and Perennial Philosophy. 2000. In **The Russian Review**. Nr 68. Outubro de 2009: 662-78. 17p.

SONDHAUS, Lawrence. **Strategic Culture and Ways of War**. Cass Military Books Londres: Routledge Military Studies, 2006. 160p

SOUSA, Danilo Rogério de. A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo. **Revista de Geopolítica**, v. 3, n. 2, p. 61-70, 2012. Disponível em <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs2.2.3/index.php/rg/article/viewArticle/7> Último acesso em 15/07/2014.

SMAILOV, Eldar; PAPAVAL, Vladimer. Eurasianism and the Concept of Central Caucaso-Asia. In **Rethinking Central Asia**. Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program – A Joint Transatlantic Research and Policy Publication. Singapore: Central Asia- Caucasus & Silk Road Studies Institute, 2010.63p.

SMITH, Graham. The masks of Proteus: Russia, geopolitical shift and the new Eurasianism. In **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 24, n. 4, p. 481-494, 1999. 15p.

SMITH. Mark A. Russian Nationalist Movements and Geopolitical Thinking. In **Russian Series**. Defence Academy of the United Kingdom. Conflict Studies Research Center. September 2005, 11.

STITES, Richard. **Russian Symbols – Nation, People, Ideas**. In GEISLER. Michael E (Org), National Symbols, Fractured Identities: Contesting the National Narrative. Lebanon: Middlebury College Press. 2005. 275p. p 101-105

STRATFOR. A Chronology of Russia's Resurgence. In **Analysis**. 07 Fev 2014. Disponível em <http://www.stratfor.com/sample/analysis/chronology-russias-resurgence>. Último acesso em 24/07/2014

TECNOLOGIA E DEFESA. **Cooperação Índia x Rússia**. 16/10/2012. Disponível em <http://www.tecnodefesa.com.br/materia.php?materia=510>. Último acesso em 02/09/2014.

_____. **Acordo Defesa Brasil x Rússia**. 16/12/2012. Disponível em <http://www.tecnodefesa.com.br/materia.php?materia=648> . Último acesso em 02/09/2014.

TEIXEIRA, José Achilles Abreu Jorge. O Pensamento Geopolítico da Rússia no Início do Século XXI e a Geopolítica Clássica. In **Revista da Escola de Guerra Naval**, n. 13, Dez 2008, p. 122-146, 27 cm

TOMÉ, Luis. **Grande Jogo Geopolítico nos Espaços do “Espaço Pós-Soviético”**. In Europasia. Site de Relações Internacionais. Lisboa. 2007. Disponível em <http://europasia.net/>. Último acesso em 30/07/2014.

TRENIN, Dmitri. Revising the concept of Eurasia. In **Eurasia Outlook**. Carnegie Moscow Center. 2013. Disponível em <http://carnegie.ru/eurasiaoutlook/?fa=54083>. Último acesso em 28/07/2014

_____, Dmitri. Eurasia in 2014. In **Eurasia Outlook**. Carnegie Moscow Center. Disponível em <http://carnegie.ru/eurasiaoutlook/?fa=54083>. Último acesso em 28/07/2014

URNOV, Mark. Russia: Geopolitical Views and Domestic Political Context. Urnov, M. Russia: Geopolitical Views and Domestic Political Context, in: **Wider Europe: Nordic and Baltic lessons to Post-Enlargement Europe**. Copenhagen: Danish Institute for International Studies DIIS, 2006. p. 101-122 22p

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto.
TOSTA, Octávio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: BIBLIEX. Coleção General Benício. Volume 225. 1984.104

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Políticas externas comparadas, relações bilaterais e multilaterais com as "potências emergentes"**. PORTO ALEGRE: UFRGS, 2006.

VORONKOV, Lev. The Arctic for Eight: Evolution of NATO's Role in the Arctic. in **Russia in Global Affairs**. nº2. Abr-Jun 2013.30 Jun 2013. 3p. Disponível em <http://eng.globalaffairs.ru/number/The-Arctic-for-Eight-16058>. Último acesso em 23/07/2014

WORLD BANK. **Gross domestic product - 2013 Ranking**. 01 Jul 2014. <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf> . Último acesso em 20/08/2014;

ZAPOLSKIS, Martynas. **Russian Geopolicy: between Atlantism and Neo-Eurasianism**. 2007. Disponível em <http://www.geopolitika.lt/print.php?artc=36> . Último acesso em 25/07/2014